

EDUARDA ALBERTO

ARQUITETURA E URBANISMO COM MOVIMENTOS POPULARES

experiências da prática profissional com
ocupações na área central do Rio de Janeiro



TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

EDUARDA ALBERTO

ARQUITETURA E URBANISMO COM MOVIMENTOS POPULARES:
experiências da prática profissional com ocupações na área central do Rio de Janeiro

Trabalho Final de Graduação apresentado ao Curso de Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

BANCA AVALIADORA

Prof. Dr. Thiago Melo Grabois (orientador)
Departamento de Tecnologia da Construção
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Claudio Rezende Ribeiro (orientador)
Departamento de Urbanismo e Meio Ambiente
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a. Iazana Guizzo
Departamento de Projeto de Arquitetura
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a. Regina Bienenstein
Escola de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Fernando Minto
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Santa Úrsula

Rio de Janeiro, 2022.

Sumário

Resumo	4
Prólogo	5
1. Introdução	10
2. Justificativa	19
3. Objetivos	23
4. Metodologia	25
5. Resultados	29
5.1 Síntese das ocupações de imóveis ociosos no Centro do Rio de Janeiro	29
5.2. Ocupações com participação de arquitetas/os e urbanistas	47
5.2.1. Associação Livre Por Moradia	48
5.2.2. Regente Feijó	50
5.2.3. Chiquinha Gonzaga	53
5.2.4. Zumbi dos Palmares	55
5.2.5. Quilombo das Guerreiras	59
5.2.6. Manuel Congo	62
5.2.7. Mariana Crioula	64
Tabela síntese	69
5.3. Experiências de arquitetas/os e urbanistas com movimentos populares	70
5.3.1. Profissionais de Arquitetura e Urbanismo entrevistadas/o	71
5.3.2. Demais agentes envolvidos nas experiências	75
5.3.3. Integração dos moradores na dinâmica de trabalho	79
5.4. Desafios	87
5.4.1. Remuneração da equipe técnica	87
5.4.2. Recursos para as obras	89
5.4.3. Gestão dos recursos	91
5.4.5. Falta de vontade política	92
5.5. Caminhos potenciais	94
5.5.1. Viabilidade econômica do trabalho	94
5.5.2. Segurança de posse dos residentes	96
5.5.3. Fontes de recursos	97
5.5.4. Articulação entre universidade e movimentos populares	99
5.5.5. Mobilização e articulação política suprapartidária	101
6. Considerações finais	105
7. Conclusão	107
8. Referências	111
Agradecimentos	113
Anexos	114

Em memória de



Sérgio Luis Santos das Dores,
O Presidente legítimo das Ruas do Rio de Janeiro.

Que seu amor, coragem e indignação estejam
sempre vivos em nossos corações.

**PRESIDENTE PRESENTE,
HOJE E SEMPRE!**

Resumo

Com intento em contribuir com demandas da população e movimentos sem-teto, este trabalho se propõe a estudar a atuação de profissionais do campo da arquitetura e urbanismo com movimentos populares no contexto de ocupações de imóveis ociosos. O recorte adotado é a área central do Rio de Janeiro, entre os anos 2000 e 2022. Objetiva-se apresentar os desafios e caminhos potenciais para a referida atuação profissional, com ênfase na viabilidade econômica do trabalho e das intervenções. Foi consultado referencial teórico e aporte normativo referente a linhas de crédito e programas habitacionais. Complementarmente, também foram consultadas notícias de imprensa para o levantamento de dados sobre o contexto de ocupações no recorte adotado, para o qual foi apresentado uma síntese, e que contribuiu para identificação dos casos que tiveram contribuição técnica para estudo aprofundado. Entrevistas foram realizadas com 5 profissionais de arquitetura e urbanismo que participaram das 7 experiências identificadas. São apresentadas informações sobre as ocupações selecionadas e aspectos gerais das experiências de ATHIS, bem como os agentes envolvidos nas experiências e a relação entre eles. Identificam-se alguns dos principais desafios, como: 1 - dupla jornada de trabalho; 2 - trabalho com contraproduto; 3 - composição de custos dos programas de habitação popular; 4 - falta de fonte de recursos específica e 5 - falta de vontade política. Então, são analisadas as estratégias adotadas e indicadas pelas/os entrevistadas/os, complementadas pelo referencial teórico/normativo. Por fim, foi realizada ponderação sobre as direções e possibilidades da atuação considerando: 1 - a viabilidade econômica do trabalho; 2 - segurança de posse dos residentes; 3 - fontes de recursos disponíveis; 4 - articulação entre universidade e movimentos populares e 5 - mobilização social suprapartidária.

Palavras-chave: ocupações; atuação profissional; luta por moradia.

Prólogo

Dezenas de profissionais se formam na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU UFRJ) anualmente e, embora tenham acesso ao mesmo projeto pedagógico, são as percepções e interesses particulares que norteiam os focos de dedicação. O mesmo curso de graduação formará profissionais com perfis distintos. O Trabalho Final de Graduação (TFG), então, se apresenta como momento apropriado para manifestar este perfil profissional particular.

Destarte, é importante destacar que as motivações para a escolha do tema a ser abordado na realização neste TFG tiveram início antes da própria certeza sobre estudar Arquitetura e Urbanismo e influenciaram diretamente nesta decisão. Nesse sentido, este prólogo tem o intuito de compartilhar tais questões e, este trecho, especificamente, será apresentado em primeira pessoa, uma vez que visa expor motivações que interagem com vivências e experiências que, embora compartilhadas com muitas outras pessoas, partem de percepções pessoais.

Visando estar mais próxima de oportunidades de trabalho, acesso a educação formal¹, equipamentos culturais e toda a sorte de benesses das quais a Baixada Fluminense (BXD) é, historicamente, privada, a sobrevivência na “cidade”², ainda que desafiadora³, foi a alternativa adotada meses antes de iniciar o curso na FAU/UFRJ.



Figura 1: Sente-se e seja bem vindo. Paisagismo no bairro de Santa Eugênia, ao fundo, Rio Botas. Fotografia tomada na esquina da rua onde cresci, em Nova Iguaçu. Fonte: Arquivo pessoal, 2013.

1 Considerando que, somente para chegar à FAU, via transporte público, partindo de meu bairro natal, é necessário pegar ao menos 3 veículos, em deslocamentos com duração mínima de 1h30 e máxima que já chegou a 4h.

2 Maneira como a população iguaçuana mais antiga se refere à cidade do Rio de Janeiro. É importante ressaltar que, uma vez que “cidade” (termo puro, sem complementação) representa a capital da Região Metropolitana, a adoção desse termo sugere a compreensão popular de que as cidades periféricas não são “cidades”.

3 Vivendo em deslocamento constante entre casa de amigos, ocupações de praças públicas e imóveis na cidade.

Este momento coincidiu com um marco histórico das mobilizações sociais do país, suscitado diretamente pelo aumento de custo da mobilidade urbana⁴ em 2013 e, portanto, pela restrição do acesso à cidade. Neste período de revolta, propício para a mobilização popular, diversas greves relevantes aconteceram, como a levantada pelo SEPE⁵, em 2013, e a histórica greve pela base realizada pelos Garis, em 2014.

Cabe mencionar que a cidade do Rio de Janeiro, mais intensamente a partir de 2010⁶, passava por intensas transformações urbanas com recorde em números de remoções⁷ para a conformação da Cidade Olímpica. A resistência dos movimentos de luta por moradia, neste contexto, foram somadas às demais mobilizações de classe e às pautas sobre mobilidade urbana. Desse modo, ampliaram-se para reivindicações sobre o Direito à Cidade, considerando-o indissociável ao direito à moradia.



Figura 2: Intervenção artística da qual participei, realizada em frente à Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, em contexto de Greve dos Garis e remoções. Fonte: Arquivo pessoal, 2014.

4 Com demandas pelo passe livre em vários Estados. No Rio, as maiores manifestações tiveram o aumento em 20 centavos no custo da tarifa de transporte de ônibus como uma das principais pautas.

5 Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro.

6 Intensificados a partir da escolha do Rio de Janeiro como sede para os Jogos Olímpicos de 2016 pelo Comitê Olímpico Internacional, em 2009.

7 FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico. 2015.

Foi nesse contexto, de lutas por justiça social e tentativa de sobrevivência no Centro da Cidade, que me aproximei do movimento de luta por moradia e comecei a pensar no potencial político da técnica. Com intento em contribuir com a resistência das ocupações, considerei o potencial da arquitetura e urbanismo, sobretudo, como ferramenta de negociação com agentes públicos, mas também como meio de acesso a editais e políticas para acessar recursos financeiros, com vista à reabilitação dos espaços. Iniciei o curso com muito otimismo.

Porém, durante os estudos na FAU/UFRJ, devo registrar o enorme estranhamento inicial com o espaço acadêmico e, ao longo de todo o curso, com as referências eurocêntricas e espetaculares abordadas nas disciplinas, a despeito do estudo sobre processos produtivos e territórios populares. Sentia que estava cursando uma série de disciplinas sem compreender a aplicabilidade dos conteúdos em contextos de demandas sociais básicas como por exemplo a redução do déficit habitacional.

Nesse sentido, deve-se refletir sobre o perfil de dezenas de profissionais que, anualmente, se habilitam a atuar na transformação do espaços da cidade. Enquanto edifícios comerciais mirabolantes, grandiosos equipamentos urbanos e outros projetos inexecutáveis estivessem no escopo de disciplinas obrigatórias, o projeto para Habitação de Interesse Social (HIS) compôs somente uma disciplina ao longo de todo o curso que, ainda, era optativa. Cabe mencionar também que pude observar a desproporcional priorização dos aspectos do “pensar” a arquitetura, em detrimento do “fazer” a arquitetura⁸.

Ainda, durante parte do curso eu vivia em uma ocupação diante de uma série de demandas construtivas, num espaço com patologias graves urgentes. Lá havia muito pouco recurso financeiro, porém grandes disponibilidades de materiais como terra e bambu, cujo entendimento sobre a manipulação não compunha o escopo de nenhuma disciplina obrigatória do curso. Tal questão foi geradora de grande frustração, que reboteu em dúvidas sobre minha permanência no curso.

Eu não compreendia se, de fato, a graduação me forneceria subsídios para contribuir no contexto de ocupações - expectativa que me levou ao curso. Até que, fora da Universidade, nos movimentos populares de luta por moradia, me foi apresentado a existência de uma lei federal⁹ com vistas a garantir atuação popular de arquitetura com acesso público e gratuito¹⁰, o que contribuiu para minha permanência.

Períodos depois conheci o Canteiro Experimental da FAU/UFRJ e lá pude interagir com uma série de materiais, dos convencionais aos alternativos, e me aproximar de projetos de

8 Considerando a distinção entre pensar e fazer arquitetura apresentada por Sérgio Ferro (2006).

9 A Lei de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), Lei nº 11.888/2008.

10 O que não foi abordado em nenhuma disciplina ao longo do curso, nem na disciplina de Habitação de Interesse Social..

pesquisa e extensão¹¹ compromissados com a função social popular da arquitetura¹². Nesse contexto, fui apresentada a outros modos de fazer e, portanto, pensar arquitetura, inclusive àqueles relativos a processos autogestionários e mutirantes de construção em contextos de recursos financeiros restritos.

Embora o Canteiro Experimental seja dotado de certo caráter de marginalidade no espaço físico da FAU UFRJ¹³, o que apresenta como os estudos do fazer arquitetura são preteridos no curso, foi a percepção de que as valências lá desenvolvidas são particularmente necessárias em contextos que demandam da concepção projetual maior inventividade sobre a manipulação de materiais. Lá, meu otimismo na profissão foi retomado. O principal aprendizado no Canteiro Experimental foi a compreensão prática da influência do desenho sobre o canteiro, que, tradicionalmente, gera um ambiente pautado pela heteronomia, na qual seres humanos carregam na carne os processos de produção ditadas por ordens externas ao espaço¹⁴.

Complementarmente, considerando minha participação em pesquisas¹⁵ sobre tecnologias construtivas e requisitos de sustentabilidade, pude compreender que meu perfil profissional se aproxima mais de interesses como gestão de processos e legislação que da elaboração de projetos arquitetônicos ou de urbanismo. Ainda, com a aproximação da conclusão do curso e, já compreendendo que, para a reabilitação de imóveis ociosos na área central do Rio de Janeiro havia uma numerosa quantidade de projetos que nunca foram executados, eu tinha a certeza de que não iria realizar mais um projeto arquitetônico. Cabia, então, investigar por que os existentes não saíram do papel e como viabilizar, sobretudo economicamente, esta atuação profissional.

11 Cabe mencionar aqui a relevância dos projetos de pesquisa e extensão na aproximação da/o discente do contexto de atuação popular e da prática do assessoramento/assistência técnica. Como exemplo na FAU, destaco o trabalho desenvolvido pelo Escritório Modelo, o ABRICÓ, como referência de atuação alinhada à função social da arquitetura e urbanismo.

12 Inclusive que interagem com movimentos de luta por moradia no contexto de ocupações.

13 Evidenciado, por exemplo, pela forma de acesso que se dá literalmente pulando uma janela do Laboratório de Ensaio de Materiais de Construção. Devo registrar aqui minha admiração pelo Professor Marcos Martinez Silvano, que coordena o Canteiro Experimental e viabiliza a superação de uma série de dificuldades materiais para seu funcionamento, vinculado ao Laboratório de Ensaio de Materiais de Construção e Estudos dos Solos.

14 FERRO, Sergio. 2006

15 No Laboratório de Ensaio de Materiais de Construção e Estudos dos Solos.



**OCUPAR, RESISTIR
PARA MORAR!**

Figura 3: Maria das Graças, moradora da Manoel Congo. Disponível em: <http://www.iterj.rj.gov.br/iterj_site/noticias/manuel-congo-um-exemplo-de-moradia-digna-na-cinelandia-168>. Acesso em: <2/12/2021>

1. Introdução

O Centro ele é pronto né. No Centro você tem condições de sobreviver. Você tem um hospital perto, né. Você tem a praia perto, enfim... Você tem lazer e trabalho, né? Saúde, educação... Além da facilidade de sobreviver, existe a memória, né? As pessoas cultivam suas memórias, né? As pessoas que resistem disputam uma cidade que deve ser disputada. (...) No Centro tem vida, no Centro tem Cultura, no Centro tem Resistência. A sociedade precisa enxergar isso. (Ângela de Moraes, 2018¹⁶)

O Centro do Rio de Janeiro, cidade que foi capital federal por quase 200 anos, é dotado de uma série de centralidades - política, cultural, administrativa, financeira, comercial - e também de infraestrutura urbana. O levantamento cartográfico e estatístico para subsidiar avaliação sobre esta concentração de tantos atributos no Centro do Rio de Janeiro, ratificam a citação apresentada. A seguir, serão destacadas algumas informações obtidas no Mapa da Desigualdade, desenvolvido pela Casa Fluminense¹⁷ e apresentados os principais mapas que subsidiam as observações.

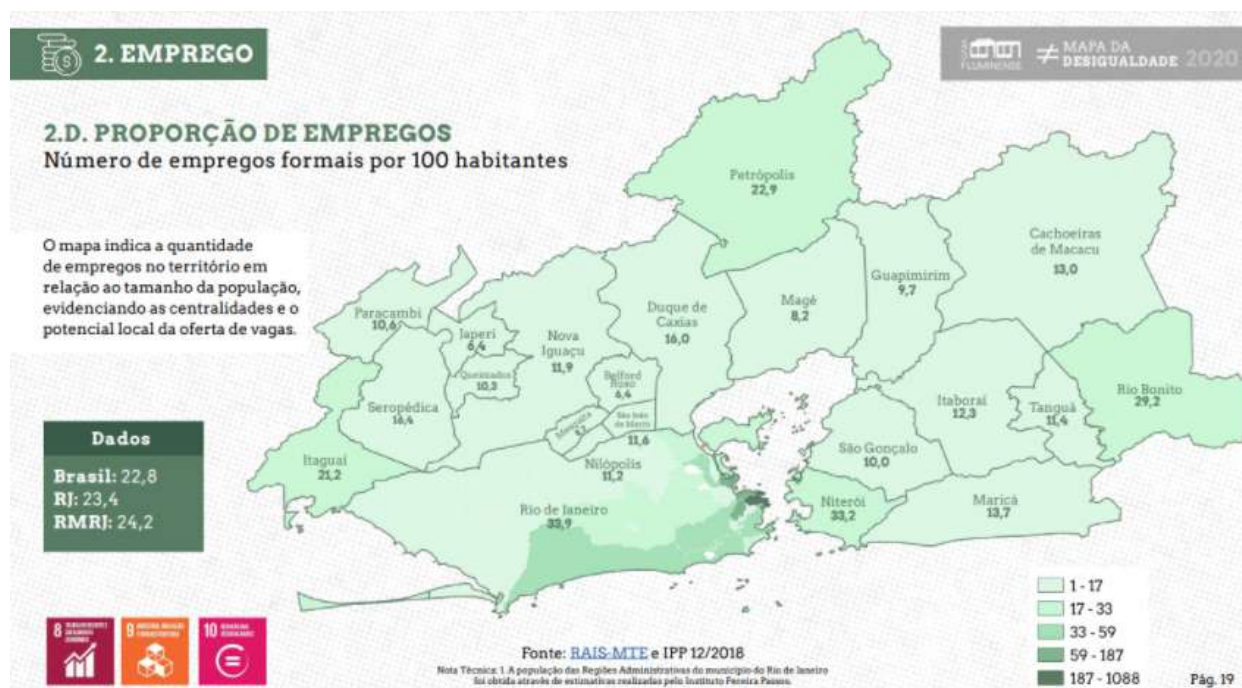


Figura 4: Mapa - proporção de empregos. Fonte: Casa Fluminense, 2020.

16 Militante anarquista que compôs o Coletivo da Ocupação Quilombo das Guerreiras, em entrevista concedida em 2018 para o Observatório das Metrôpoles no projeto Morar, Trabalhar e Viver no Centro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tWq2paNtz3k> (Acesso em: 05/12/2021).

17 Mapa da Desigualdade: Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2020.

O mapa acima evidencia que a proporção de empregos se concentra na área central da cidade do Rio de Janeiro. Considerando parâmetros básicos de sobrevivência no sistema econômico capitalista para manutenção da vida como os custos para alimentação, moradia e saúde, aqueles que não são detentores do capital e da propriedade, são forçados a vender sua força produtiva aos afortunados que possuem ambos (BAKUNIN, 2007).

A oferta de empregos, por sua vez, tem rebatimentos sobre a renda média da população. Nesse aspecto, as áreas mais afastadas do Centro do Rio de Janeiro, também são as mais prejudicadas. Este aspecto orienta a observação de que, sobretudo para a população sem-teto¹⁸, viver onde se concentram os empregos, é também uma alternativa de sobrevivência.

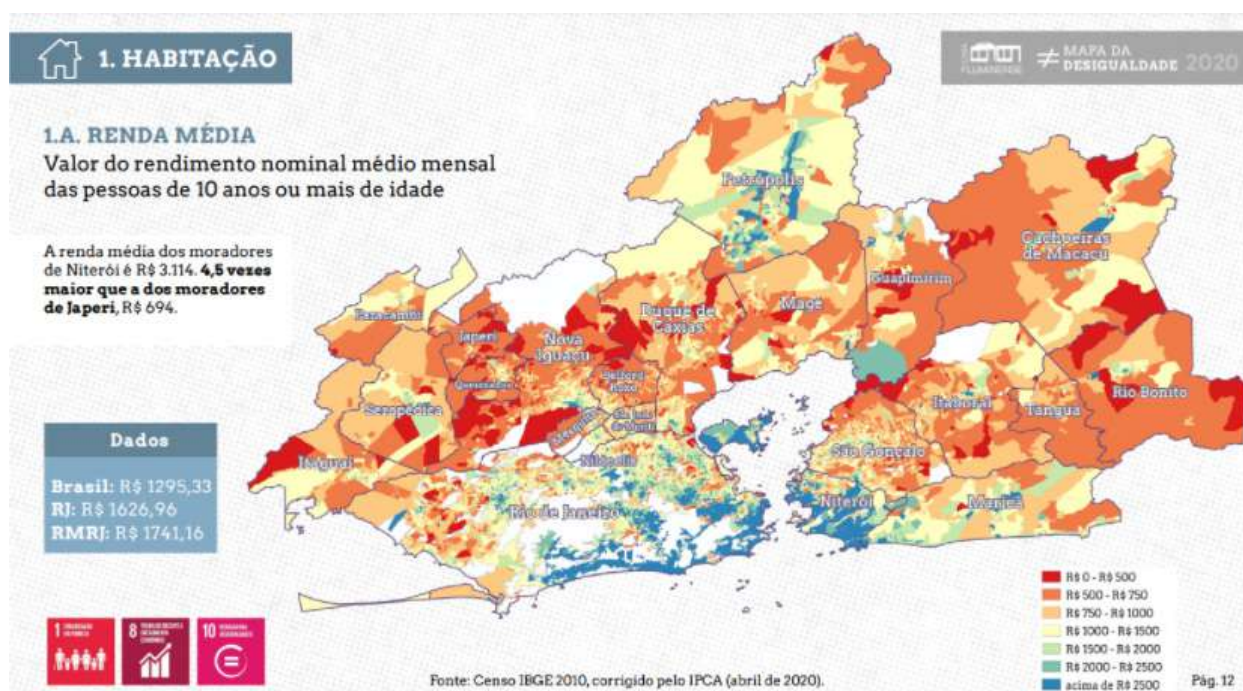


Figura 5: Mapa - renda média. Fonte: Casa Fluminense, 2020.

O mapa apresentado na Figura 3 guarda considerável similaridade com o mapa apresentado acima, na Figura 2, e as zonas periféricas se apresentaram prejudicadas. Na Região Metropolitana (RMRJ), o comprometimento de até 33% da renda (média) com transporte público é predominante sobretudo nas outras cidades que compõem a RMRJ, nas periferias da cidade do Rio de Janeiro. Cabe destacar que este dado sugere que a população de municípios localizados ao redor da capital fluminense tem maiores custos com mobilidade em função do deslocamento intermunicipal, considerando a influência das centralidades da cidade que incide sobre os territórios periféricos.

¹⁸ Este trabalho adotará esta terminologia em diante, uma vez que é amplamente reivindicada por movimentos urbanos de luta por moradia.

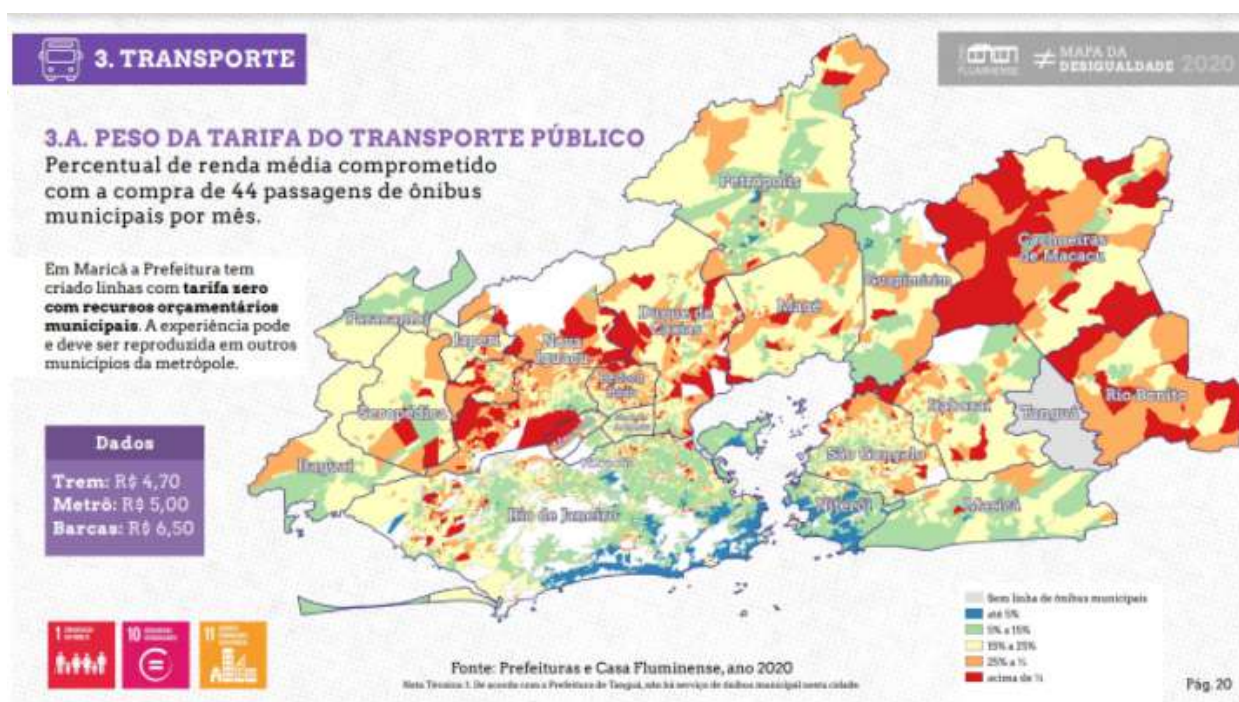


Figura 6: Mapa - peso da tarifa do transporte público. Fonte: Casa Fluminense, 2020.

Sobre aparelhos de cultura, os bairros do centro do Rio de Janeiro apresentam a maior concentração de museus. Muitos destes, inclusive, oferecem acesso à exposições, apresentações de teatro e salas de cinema a preço popular¹⁹. Não obstante, o alto peso da tarifa do transporte público que incide sobre os residentes de áreas periféricas é um fator que prioriza o acesso à cultura àqueles que vivem próximo ao Centro ou que possuem renda disponível para mobilidade urbana com fins não-produtivos.

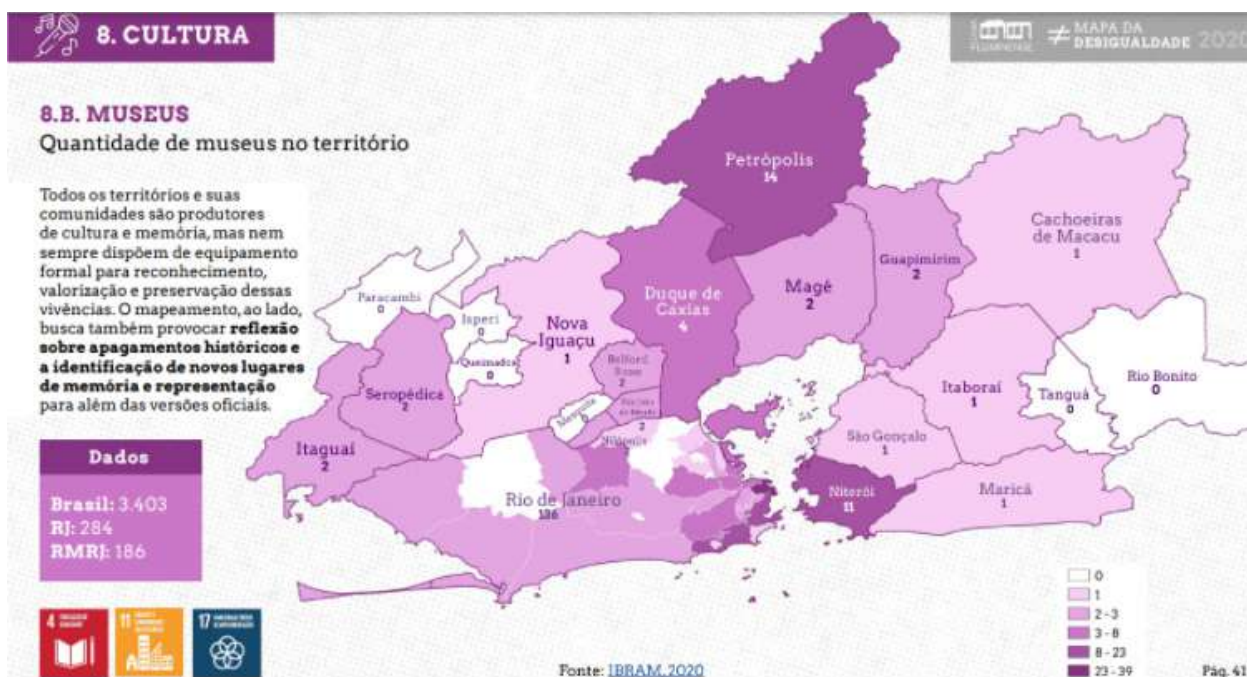


Figura 7: Mapa - quantidade de museus no território. Fonte: Casa Fluminense, 2020.

19 Muitos deles, com destaque para o Centro Cultural Banco do Brasil que oferece ingressos de cinema e teatro por dois reais e acesso gratuito a todas as exposições, localizam-se no no Corredor Cultural da Cidade.

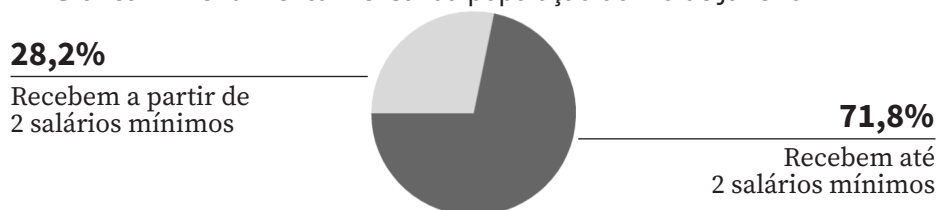
Complementarmente, WESZ, J. (2017) apresenta alguns dos fatores favoráveis aos usuários das HIS em áreas centrais, como: a proximidade aos serviços públicos e infraestrutura urbana adequada, o sentimento de pertencimento à cidade formal, facilidade de deslocamento, proximidade a equipamentos de saúde e órgãos governamentais. Mesmo considerando os fatores históricos que motivam a habitação no Centro, as políticas públicas recentes²⁰ voltadas para o acesso a habitação popular têm gerado novas construções em zonas afastadas, contribuindo com a segregação espacial. Como observado para o extinto Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)²¹, por exemplo:

Terrenos periféricos são os que viabilizam no modus operandi atual os empreendimentos para as faixas na base da pirâmide de renda, cuja localização não atrairá por sua vez os setores médios. Localizações melhores atrairão a várias faixas de renda, mas financeiramente inviabilizam o acesso pelos mais pobres. (CORRÊA, 2019, p. 223)

Esta observação corrobora com MARICATO (2009), que apresenta que o conflito sobre a provisão da moradia foi deslocado para fora da cidade (legal ou formal). Os movimentos de luta por moradia, no entanto, reivindicam, para além do direito à moradia, o direito à cidade, e assim mantém o Centro como espaço permanente de reivindicação. Como menciona David Harvey (2014), em referência à mobilizações em praças centrais de diversas cidades no mundo: “De que outra maneira e em que outros lugares podemos nos reunir para articular nossas queixas e exigências coletivas?”.

Ainda, embora o PMCMV tenha provido considerável número de unidades habitacionais, cabe destacar que alta porcentagem da população não consegue alcançar sequer a renda mínima exigida pelos agentes financeiros para contratação de crédito imobiliário na extinta faixa 1 do PMCMV, nem na faixa 1,5 do atual Programa Casa Verde e Amarela (PCVA)²². Na cidade do Rio de Janeiro, 71,8% da população recebe menos de 2 salários mínimos ou não possui rendimentos, dado ainda maior que os valores para o cenário nacional, de 69%²³ (IBGE, 2010). O Gráfico 1, a seguir, bem como o Quadro 1, evidenciam o grau do problema em questão:

Gráfico 1 - Rendimento mensal da população do Rio de Janeiro



20 Entre os anos de 2000 e 2021.

21 Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, política habitacional que vigorou até 2021, sancionada durante o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores - PT, 2003-2010).

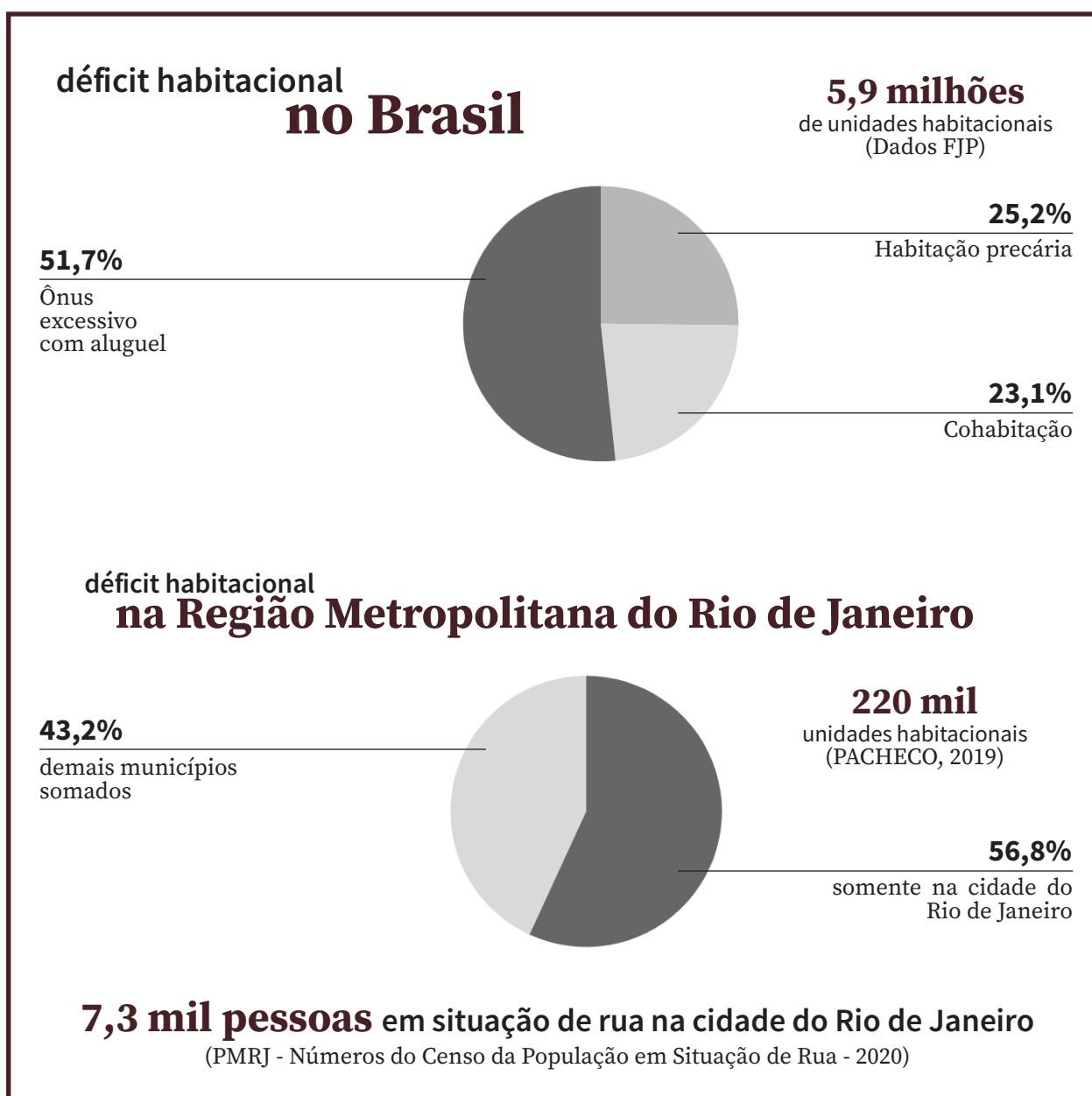
22 Lei nº 14.118, de 13 de janeiro de 2021, sancionada durante o governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro (Sem partido, 2019-atualmente).

23 Tabela 3277 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal, segundo a situação do domicílio, o sexo e os grupos de idade. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/Descricao/3277>>.



Figura 8: Pessoas em situação de rua frente à Agência da Caixa Econômica Federal - banco responsável pelo crédito imobiliário de programas públicos de habitação. Fotografia tirada na Rua Riachuelo - Lapa, às 19h de sábado 21/08/2021. Fonte: arquivo pessoal.

Quadro 1: Déficit habitacional no Brasil e Região Metropolitana do Rio de Janeiro



É importante ressaltar que as dificuldades da população pobre em ter acesso à habitação popular, já muito graves, aumentou o quadro de déficit habitacional, sobretudo a partir de 2020. Segundo dados da Prefeitura do Rio de Janeiro no Censo de População em Situação de Rua 2020, 20% das pessoas recenseadas foram para as ruas em decorrência da perda de seus empregos e residências especificamente em função da Pandemia do Coronavírus²⁴. No entanto, das 7272 pessoas recenseadas em 2020, a maioria respondeu que se encontrava nas ruas já de 1 a 5 anos.

Considerando o conceito estabelecido pela Fundação João Pinheiro (FJP), o déficit habitacional total se dá pela soma de três componentes (indicadores): 1) habitação precária (domicílios rústicos e improvisados); 2) coabitação (casa de cômodos ou unidades compartilhadas) e 3) ônus excessivo com aluguel. Destaca-se que o terceiro componente mencionado é o principal gerador do déficit em questão, responsável por 51,7% da influência sobre a síntese dos indicadores para 2019 no Brasil.

O ônus excessivo com aluguel, embora seja o fator que mais influencia no problema em questão, só começou a ser considerado no cálculo do déficit a partir de 2000 e admite como ônus excessivo o comprometimento de mais de 30% dos rendimentos familiares com o aluguel. Este parâmetro se pauta na porcentagem máxima de gastos com habitação admitida pela Caixa Econômica Federal (CEF) para contratação de financiamento imobiliário. (PACHECO, 2019). Ou seja, a maior parcela da população em déficit habitacional, não é capaz de acessar programas de financiamento habitacional.

Até a publicação do livro Déficit Habitacional no Brasil pela FJP em 1995, não havia um consenso sobre a questão, de modo que os dados estimados sobre o déficit apresentavam muitas variações (FJP, 1995 apud PACHECO 2019, p. 15). Segundo a FPJ (2019), este conceito²⁵ tem dado sustentação aos indicadores que buscam estimar a falta de habitações e/ou existência de habitações em condições inadequadas, no intuito de “dimensionar a quantidade de moradias incapazes de atender o ‘direito de acesso, por parte da população, a um conjunto de serviços habitacionais que sejam, pelo menos, básicos”.

Aí, como a gente entende que o sem-teto é alguém, hoje, que se pagar o aluguel não come, (...) Não é só a condição mais grave do sem-teto, que é aquele que está na rua, mas aquele que não consegue sobreviver da sua força de trabalho. (Ângela de Moraes, 2012²⁶)

24 O levantamento das ocupações apresentados no capítulo de Resultados, apresenta que a pandemia não foi capaz de impedir ações de reintegrações de posse em ocupações.

25 Noção mais imediata e intuitiva de necessidade de substituição de moradias para a solução de problemas sociais e específicos da habitação detectados em certo momento (FJP, 2019).

26 Entrevista concedida para a Revista Território Autônomo.

Considerando os indicadores de déficit habitacional apresentados, somados ao número de pessoas em situação de rua²⁷, este trabalho se apoia na noção de “sem teto” apresentada na citação em destaque. Com esta ampliação da noção para além das pessoas em situação de rua, observa-se que são fatores comuns a esta população a insegurança de posse e a falta de renda básica para a sobrevivência. Tendo em vista estes dois fatores, e considerando as faixas de renda mínima para acesso ao crédito imobiliário previsto nas políticas públicas, grande parcela da população não consegue acessá-las.

Cabe ressaltar que, conforme o endereço virtual da Caixa Econômica Federal²⁸, a contratação de crédito imobiliário na faixa mais popular do programa habitacional vigente²⁹ gera uma dívida com previsão de duração de até 30 anos atualmente. Embora o Fundo de Desenvolvimento Social e o Fundo de Arrendamento Residencial custeiem quase todo o valor do imóvel para a família beneficiária na faixa 1 do PMCMV³⁰, considerado que o sem-teto não consegue sequer sobreviver com à sua força de trabalho, o alto índice de inadimplência³¹ que incorreu sobre a tal faixa do programa não é fator de surpresa. Para amenizar o problema da inadimplência, a solução no atual governo³² para o PCVA foi suprimir a faixa mais popular do programa anterior³³.

Para a população sem-teto então caberia, de maneira sintética, três alternativas. A primeira seria tentar sobreviver na rua com sua família direta e parentes, realidade de mais de 100 mil pessoas no país em 2018 (SUAS apud COSTA, F., 2020)³⁴. Como segunda alternativa, autoconstruir as favelas, a cidade popular, habitando áreas irregulares sob risco estrutural e, por vezes, em áreas de proteção ambiental³⁵. A terceira alternativa seria ocupar os vazios nos centros infraestruturados da cidade legal, reivindicando coletivamente a função social de imóveis ociosos, conforme previsto em Lei.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos³⁶ desde 1948, em seu Artigo 25, prevê que todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a moradia a si e à sua família, entre outros fatores como educação e saúde. No entanto, no Brasil, é somente em 2000, 52 anos depois, que a moradia passa a ser considerada um direito social básico, com a

27 Não contempladas nos indicadores de déficit habitacional da Fundação João Pinheiro.

28 Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/casa-verde-e-amarela/urbana/Paginas/default.aspx> (Acesso em: 12/09/2021).

29 Programa Casa Verde e Amarela, Lei 14.118/2021.

30 Relatório de Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida. Ministério da Economia. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2021/04/cgu-divulga-prestacao-de-contas-do-presidente-da-republica-de-2020/relatorio-de-avaliacao-pmcmv.pdf> (Acesso em: 07/02/2022).

31 Matéria de 27/08/2020. Revista Valor Investe, O Globo. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/produtos/credito/noticia/2020/08/27/minha-casa-minha-vida-sofre-com-inadimplencia-e-avalanche-de-acoes-judiciais.ghtml> e

32 Governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro (Sem partido, 2019-atualmente).

33 Programa Minha Casa Minha Vida, Lei nº 11.977/2009.

34 Dados do Censo - SUAS (Sistema Único de Assistência Social).

35 Alternativa que se apresenta como válvula de escape para o Estado e o Capital, que relega à população pobre a responsabilidade e custos de autoconstruir a infraestrutura urbana básica bem como suas habitações, de modo que se mantém um exército de reserva de mão de obra próximo a áreas valorizadas na cidade legal.

36 Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> (Acesso em: 12/09/2021).

Emenda Constitucional nº 26/00.

À reboque, outras normativas relativas ao direito à moradia foram sancionadas, com destaque para a Lei nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade), que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências e entre outras medidas, regula o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo. Também, em 2003³⁷ foi criado o Ministério das Cidades. Uma vez que o direito à moradia é um Direito Constitucional e que

A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas. (Estatuto da Cidade, 2001)

Compreende-se que além do direito à moradia ser inalienável e absoluto, os imóveis quando ociosos não cumprem com a função social da propriedade urbana. Portanto, as ações de ocupação em imóveis ociosos têm sua legitimidade ancorada em direitos constitucionais. Tendo em vista, ainda, que somente a União, segundo dados da Secretaria do Patrimônio da União, é proprietário de mais de 10 mil imóveis ociosos dispersos no território nacional³⁸, as ocupações no cenário estudado se apresentam como soluções estruturais para suprir parcela do déficit habitacional, sobretudo para a população sem-teto.

Para compreender as ocupações brasileiras, relacionadas ao cenário internacional, cabe menção ao movimento “Squatter”. Esse termo é adotado globalmente para se referenciar a grupos sociais que ocupam imóveis ociosos em área urbana, o movimento se concretiza na violação de uma ordem vigente calcada na propriedade privada e na especulação imobiliária (RUDY, 2011).

Em cenário brasileiro uma vez que a Constituição Federal já prevê que o direito à moradia se sobrepõe ao direito à propriedade privada, de modo que a ocupação de imóveis ociosos no país se constitui, na realidade, em uma estratégia para assegurar a teórica “ordem”³⁹. Na prática, dada as recorrentes reintegrações de posse, inclusive com amplo uso de violência física, observa-se que a ordem que agentes do Estado visam garantir nestas situações é a da garantia à propriedade privada.

Conforme desenvolvido por Bouillon (apud CAMINHA, J., 2013.), para descrever o movimento squatter francês, as squats, traduzidas para o contexto latino-americano como “okupas” (RUDY, 2011), podem ser classificadas como:

37 Ministério extinto em 2019.

38 Disponível no Portal Brasileiro de Dados Abertos.

39 Nesse caso, considerando que o termo “ordem” se refere a garantia de direitos constitucionais.

A. d'habitation / nécessité: (de habitação / necessidade): associada diretamente à necessidade de moradia diante do déficit habitacional;

B. d'activités / conviction / d'adhésión (de atividades / convicção / adesão): inclui habitação, porém o principal uso tem caráter cultural / político.⁴⁰

Adota-se, no contexto deste estudo, a noção de que a ação direta de ocupar um imóvel vazio com fins de habitação é, por si só, uma manifestação política frente à negação de direitos constitucionais. Além disso, em espaços ocupados são frequentes as atividades políticas e projetos culturais, bem como educativos. Deste modo, no contexto estudado, as ocupações partem de uma mescla das duas classificações.



Figura 9: Símbolo do movimento squatter.

Assim, a ocupação no Centro, bem como a permanente presença dos movimentos de luta por moradia nas manifestações de rua por direitos sociais, mantém ativo o conflito por moradia na cidade legal e amplia a reivindicação do direito ao teto para a escala da cidade. Embora a urbanização brasileira se apresente como uma máquina de produzir favelas e agredir o meio ambiente (MARICATO, 2000) os imóveis ilegais são praticamente legalizados na cidade ilegal, assim:

O número de imóveis ilegais na maior parte das grandes cidades é tão significativo que, inspirados na interpretação de Arantes (1992) e Schwarz (1990) sobre Brecht, podemos repetir que a regra se tornou exceção, e a exceção, regra. A cidade legal cuja produção, pode-se dizer, é capitalista, caminha para ser, cada vez mais, espaço da minoria.

O direito à invasão é admitido, mas não o direito à cidade. A ausência do controle urbanístico (fiscalização das construções e do uso/ocupação do solo) em certas áreas das cidades convive com sua "flexibilidade", dada pela pequena corrupção, na cidade legal. Legislação urbana detalhista e abundante, aplicação discriminatória da lei, gigantesca ilegalidade e predação ambiental constituem um círculo que se fecha em si mesmo. (MARICATO, 2000, p. 30, grifo meu)

⁴⁰ Para exemplificar uma ocupação urbana no Rio de Janeiro que mais se adequa especificamente a esta classificação seria o caso da Aldeia Maracanã.

2. Justificativa

Considerando a promoção de Habitação de Interesse Social (HIS) para os setores de mais baixa renda, como os sem-teto, CORRÊA (2019) apresenta a questão da Assistência Técnica (ATHIS) como fulcral, somada, ainda, à necessidade do governo federal assumir um direcionamento no sentido de uma maior desmercantilização do setor. Neste sentido,

Pensar a produção social da moradia enquanto política é pensar o financiamento das unidades habitacionais tanto articulado a uma política fundiária que **disponibilize terras ou imóveis vazios ou subutilizados para a produção social quanto a uma política de assistência técnica integrada.** O que significa uma atuação dos governos para além do financiamento e do subsídio. (FERREIRA, 2014, p. 199, grifo meu)

FERREIRA (2014) complementa, no entanto, que a falta de qualificação dos profissionais para lidar com a “assistência técnica” (como arquitetura, engenharia e jurídica) na produção social da moradia é um “ponto de fragilidade”. NETO (2007), apresenta que a arquitetura é uma profissão tradicionalmente elitista e habitualmente desacreditada pela população em geral, comumente compreendida como privilégio de “privilégio dos ricos”.



Figura 10: Cine-Vitória. A 500m da Ocupação Manuel Congo, na Cinelândia. Fonte: Google Street View.

Conforme verifica MOASSAB, A. e outros (2020), há um distanciamento dos saberes acadêmicos para atendimento às demandas populares mais básicas e aponta que a formação em arquitetura e urbanismo se aproxima da produção industrial do projeto bauhasiano enquanto se afasta da população. Cabe destacar que, desde 2008 há uma Lei em âmbito federal que, em teoria, “assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social”. Trata-se da Lei nº 11.888/2008, que interage justamente com as normativas mencionadas no tópico de contextualização deste trabalho, a saber: Emenda Constitucional 26/2000⁴¹ e Estatuto da Cidade⁴² já em seu Art. 1º como apresentado a seguir:

assegura o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia previsto no **art. 6º da Constituição Federal**, e consoante o especificado na alínea r do inciso V do caput do art. 4º da **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001** (...). (grifo meu)

Tendo em vista as características das ocupações por moradia em imóveis ociosos no Centro do Rio, cabe destacar que a lei prevê, em seu Art. 3º, que a assistência técnica pode ser oferecida diretamente às famílias ou a cooperativas, associações de moradores ou outros grupos organizados que as representem. Sobre a prestação de serviços de ATHIS, que forem objeto de convênio ou termo de parceria com União, Estado, Distrito Federal ou Município, devem ser prestados por profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia que atuem como:

- I - servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;
- II - integrantes de equipes de organizações não-governamentais sem fins lucrativos;
- III - profissionais inscritos em programas de residência acadêmica em arquitetura, urbanismo ou engenharia ou em programas de extensão universitária, por meio de escritórios-modelos ou escritórios públicos com atuação na área;
- IV - profissionais autônomos ou integrantes de equipes de pessoas jurídicas, previamente credenciados, selecionados e contratados pela União, Estado, Distrito Federal ou Município.

Ainda, embora a Lei 11.888/2008 preveja a busca por inovações tecnológicas nas práticas construtivas para HIS, CORRÊA, R. (2019) apresenta que há grande resistência do agente financeiro (CEF) em reconhecer tais “inovações”.

41 Que altera a redação do Art. 6º da Constituição Federal e inclui moradia como direito social básico.

42 Que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

Importante destacar que, conforme estabelecido no Art. 6º na Lei em questão, os serviços de assistência técnica previstos “devem ser custeados por recursos de fundos federais direcionados à habitação de interesse social, por recursos públicos orçamentários ou por recursos privados”. Complementarmente, em seu Art. 7º há previsão da destinação de recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS aos programas de HIS beneficiados, que envolvam a assistência técnica gratuita, embora não seja claro como acessar tais recursos. Esta dúvida fundamental corrobora com MOASSAB, A. (2020), que apresenta consideração sobre o despreparo da formação em arquitetura e urbanismo para a atuação em políticas públicas⁴³.

Ainda, mesmo que um dos principais fatores para barrar o acesso à esta verba seja a falta de legislação específica nos municípios, de modo que poucos são os municípios no país a acessar tais recursos MOASSAB, A. (2020), no Rio de Janeiro, onde há legislação específica municipal específica⁴⁴, o acesso a tais recursos ainda não é evidente, muito menos facilitado. Também não é evidente como trabalhar sob os parâmetros previstos na Lei, seja para a população que ela visa atender, seja para os profissionais envolvidos.

CORRÊA, R. (2019), complementarmente, constata que ainda há limitado conhecimento e articulação das entidades com as equipes de ATHIS e vice-versa, bem como baixo nível de informação sobre alternativas, instrumentos e metodologias para processos participativos, além do baixo envolvimento de universidades nos processos. Também, deve-se ressaltar que, no escopo da ATHIS no contexto estudado, considerando a necessidade de realizar trabalho integrado para atender a um objetivo comum, cabe a interação interdisciplinar entre os movimentos sociais e profissionais de várias competências (como assistentes sociais, juristas e arquitetas/os e urbanistas). Ainda, como particularidades do contexto, cabe observar o seguinte:

Visto que moradores e líderes dos movimentos anseiam ter voz ativa no processo de projeto, a equipe de arquitetura precisa ir às assembleias, utilizar-se de instrumentos para fomentar a participação, estabelecer métodos de apresentação, de compreensão e diálogo com os residentes por meio do desenho, a fim de aprimorá-lo com soluções para as reais necessidades da ocupação. As qualidades arquitetônica e urbanística resultantes distinguem-se em muito das carências espacial e construtiva de grande parte dos conjuntos habitacionais financiados pelo governo. (RIVERA, P. et al., 2016).

Tendo em vista os numerosos desafios para aplicação da ATHIS que, embora sancionada por lei federal a mais de 10 anos, ainda é pouco difundida e gera tantas dúvidas para os agentes envolvidos na produção social da moradia, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

43 Apesar da vocação intrínseca na área voltada para o atendimento de direitos, como o direito à moradia e à cidade (MOASSAB, A. 2020).

44 No âmbito da municipalidade, a legislação de ATHIS é conquista recente. Somente em 2019 que foi decretada a Lei n. 6.614/2019, que institui a assistência técnica pública e gratuita para projeto e construção de habitação de interesse social para as famílias de baixa renda e dá outras providências, de autoria da então Vereadora Marielle Franco. A lei de ATHIS municipal tem a estrutura e redação praticamente igual à federal.

(CAU-BR) tem difundido uma série de campanhas para sua popularização. Nesse sentido, o CAU-BR realizou um site especificamente voltado à questão⁴⁵, e o único caso mencionado de ATHIS no Brasil em Ocupação de imóvel ocioso em área central foi a Ocupação Manoel Congo⁴⁶. Preliminarmente, observa-se, então, que mesmo no levantamento realizado pelo CAU-BR, é restrita a aplicação da Lei de ATHIS em ocupações como no cenário estudado.

Enfim, embora o intento em atuar profissionalmente com alinhamento à luta por moradia já manifeste e demande um posicionamento militante, caso esta atuação profissional não tenha o retorno financeiro compatível com a manutenção do custo de vida, há, ao menos, três aspectos desfavoráveis observados preliminarmente: **A** - A redução da possibilidade de profissionais recém formadas/os e oriundas/os de classes populares e, portanto, sem uma situação material confortável, atuarem nesses contextos; **B** - Sobrecarga de trabalho para que o trabalho remunerado custeie a dedicação à atuação popular e **C** - Redução do tempo disponível para dedicação à atuação popular.

Como aponta o arquiteto Isac Pereira Marcelino⁴⁷ (XIMENES, L. et al., 2019), é importante que o trabalho de ATHIS não seja intermitente e que o profissional consiga se viabilizar minimamente. Cabe, portanto, buscar as direções para a viabilidade desta atuação, como um campo de trabalho principal, para além do trabalho de base⁴⁸, uma vez que há instrumentos normativos que deveriam garantir o pleito.

45 Disponível em: <https://caubr.gov.br/moradiadigna/> (Acesso em 15/09/2021)

46 Ocupação Manoel Congo. Disponível em: https://caubr.gov.br/moradiadigna/?page_id=734 (Acesso em 15/09/2021)

47 Arquiteto-urbanista do Usina CTAH, equipe multidisciplinar de assessoria técnica fundada em 1990. Disponível em: <http://www.usina-ctah.org.br/sobre.html>

48 Fundamento das ações dos movimentos sociais urbanos, que pode ser entendido como uma forma particular de ação direta com o objetivo de “preencher as lacunas do Estado”, visando promover coletivamente uma prática emancipatória (VENTURINI, 2020).

3. Objetivos

O objetivo do presente trabalho é discutir os desafios e caminhos potenciais para a atuação de arquitetos e urbanistas em ocupações de imóveis ociosos no centro da cidade do Rio de Janeiro. Em particular, no que diz respeito ao acesso e a gestão de recursos financeiros que viabilizam os projetos, as obras de reabilitação e readequação dos edifícios ocupados e segurança de posse para as/os moradoras/es.

Para estabelecer um recorte temporal, será adotada a EC 26/2000⁴⁹ como marco legal, de modo que serão consideradas as experiências a partir do ano 2000. O recorte geográfico considerado contém os seguintes bairros: Centro, Gamboa, Lapa, Santo Cristo e Saúde, destacados no mapa abaixo. Estes foram selecionados uma vez que contém numerosos casos de ocupações e desalojos no período referido e estão contidos em área da Operação Urbana Consorciada da Região do Porto⁵⁰ do Rio e Programa Reviver Centro⁵¹, Leis Complementares no âmbito da municipalidade, em contexto de transformação urbana na área central⁵².

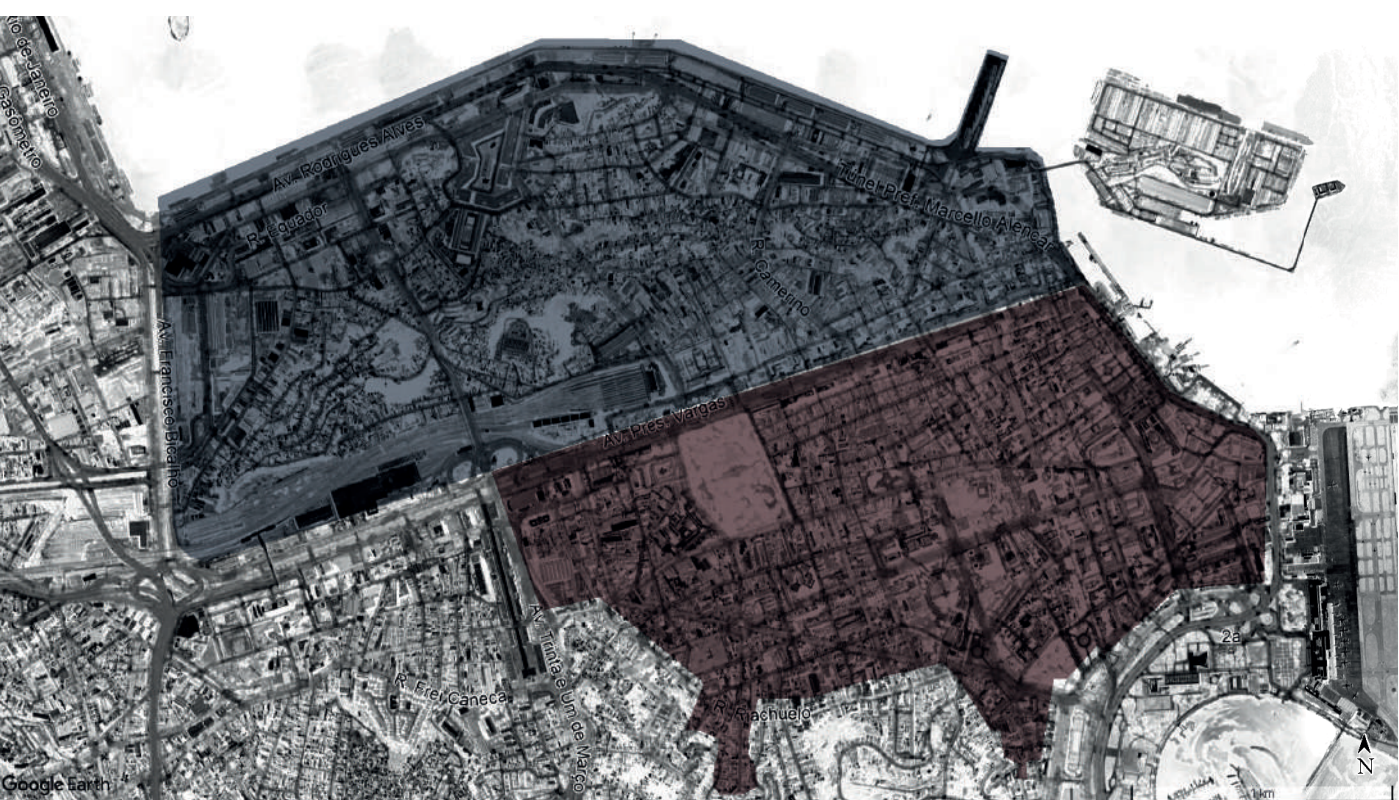


Figura 11: Mapa da área central do Rio de Janeiro, com destaque para os bairros contidos no presente estudo. Fonte: Google Street View. Montagem da autora.

■ Área interna à OUC da Região do Porto ■ Reviver Centro

49 Que altera a redação do Art. 6º da Constituição Federal e insere "moradia" como um direito social.

50 Lei Complementar nº 101 de 23 de novembro de 2009. Modifica o plano diretor, autoriza o poder executivo a instituir a operação urbana consorciada da região do porto do rio e dá outras providências.

51 Área que está Lei Complementar nº 229 de 4 de julho de 2021. Institui o Programa Reviver Centro, que estabelece diretrizes para a requalificação urbana e ambiental, incentivos à conservação e reconversão das edificações existentes e à produção de unidades residenciais na área da II Região Administrativa - II R.A., bairros do Centro e Lapa, autoriza a realização de operação interligada e dá outras providências.

52 O contexto de implantação da OUC da Região do Porto promoveu numerosas remoções, como apresenta FAULHABER, L., et al. (2015) e o Programa Reviver Centro tem promovido empreendimentos com unidades habitacionais sendo vendidas com valores equivalentes a da grande quantidade imóveis disponíveis no mercado.

A fim de atingir o objetivo geral, será apresentado um panorama geral sobre os casos de ocupações e desalojos no referido recorte. Em seguida, foram selecionados casos de ocupações, dentro do recorte adotado, que tiveram contribuição de profissionais da arquitetura e urbanismo para aprofundamento sobre:

A. Relação entre os agentes sociais envolvidos nas experiências, da origem do contato com as/os moradoras/es à dinâmica de trabalho;

B. Instrumentos legais adotados para viabilizar as intervenções e garantir a segurança de posse para as/os moradoras/es;

C. Programas e linhas de crédito, assim como os arranjos políticos, adotados para viabilizar o projeto e execução das obras, considerando o modelo de gestão dos recursos



Figura 12: Manifestação no Centro do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-04/movimentos-sociais-fazem-manifestacao-por-moradias-no-centro-do-rio>>. Acesso em: <12/12/2021>

4. Metodologia

A fim de atingir o objetivo proposto, pretende-se obter os seguintes produtos: 1º - Síntese do panorama das ocupações no recorte adotado; 2º - Apresentação de informações sobre as ocupações selecionadas e dos aspectos gerais das experiências de ATHIS; 3º - Exposição dos agentes envolvidos nas experiências e da relação entre eles; 4º - Identificação dos principais desafios e análise das estratégias adotadas e indicadas pelos entrevistados, complementadas pelo referencial teórico/normativo e 5º - Ponderação sobre as direções e possibilidades da atuação profissional no campo da arquitetura e urbanismo com movimentos de ocupações de imóveis ociosos. Desse modo, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos:

4.1. Definição do objeto de estudo

De modo a situar o trabalho no contexto geral das ocupações de imóveis na área central e identificação dos casos para estudo aprofundado, realiza-se sistematização de informações específicas acerca das diferentes situações, como a data de ocupação/desalojo, relação com movimentos sociais e grupos de apoio, endereço⁵³ e situação atual do imóvel, participação de profissionais de arquitetura, número de famílias entre outras informações relevantes e particulares a cada ocupação.

As informações foram obtidas em pesquisa bibliográfica, principalmente, na biblioteca do Observatório das Metrópoles (IPPUR - UFRJ), do Fórum Nacional de Reforma Urbana, na base Minerva (UFRJ), em registros de atividades obtidos no endereço virtual da Frente Internacionalista dos Sem-Teto (FIST) e do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), bem como em notícias de imprensa e do Conselho de Arquitetura e Urbanismo no Brasil. Também foi realizada consulta no Mapa de Conflitos da FioCruz⁵⁴, no Projeto de Lei Nº 763/2018⁵⁵ e em artigos da base de dados Scielo.

4.2. Estudo de instrumentos normativos

Também serão estudados instrumentos normativos referentes às políticas públicas que incidem sobre a atuação no campo da arquitetura e urbanismo no contexto de ocupações de imóveis ociosos. Dado o objetivo deste trabalho, mencionado no capítulo anterior, cabe apontar maior atenção ao estudo de três, especificamente, a saber: Estatuto da Cidade⁵⁶, Lei de ATHIS em âmbito federal⁵⁷, em âmbito municipal⁵⁸.

Complementarmente, caberá o estudo dos instrumentos e arranjos políticos possíveis à

53 Informação que foi levantada para posicionamento dos casos dentro do recorte territorial mas que não será publicizada, a fim de evitar que se disponibilize um mapeamento que pode beneficiar ações coordenadas de reintegrações de posse.

54 Disponível em: < <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>>. Acesso em: <12/12/2021>

55 Declara o imóvel localizado na Rua Pedro Ernesto nº 125 no bairro da Gamboa, como Área de Especial Interesse Social, para fins de regularização urbanística.

56 Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

57 Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008.

58 Lei nº 6.614, de 13 de junho de 2019.

época das experiências e também os atuais, para a viabilizar a reabilitação dos imóveis com fins de moradia, como: Minha Casa Minha Vida - Entidades, Programa de Reabilitação de Sítios Históricos, Direito Real de Uso, Área de Especial Interesse Urbanístico. Também o acesso ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, Orçamento Geral da União e outras fontes de recurso.

4.3. Entrevistas para estudo aprofundado das experiências

Em seguida, as ocupações que possuíam contribuição de profissionais de arquitetura e urbanismo serão selecionadas para uma análise detalhada das experiências. Além da coleta de informações a partir de referencial teórico para compreensão geral dos casos, serão realizadas entrevistas semi-estruturadas com profissionais de arquitetura que participaram de tais projetos, considerando compreender:

4.3.1. Especificidades da dinâmica de trabalho, considerando a interação entre tais profissionais e os movimentos populares, desde a origem do primeiro contato à gestão dos processos de projeto arquitetônico e canteiros (nos casos onde ocorreram obras).

4.3.2. Os rebatimentos práticos das condicionantes normativas edilícias e urbanísticas sobre a atuação profissional nas experiências e das medidas adotadas para viabilizar a segurança de posse das/os residentes.

4.3.3. As estratégias adotadas frente aos programas habitacionais/linhas de crédito existentes bem como os arranjos políticos realizados para viabilizar o financiamento do projeto arquitetônico/reabilitação dos imóveis e também a gestão de tais recursos.

Foram empregadas entrevistas formais e semi-estruturadas realizadas, preferencialmente, por meio virtual. As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas para viabilizar melhor estudo sobre as informações coletadas. Cabe mencionar que, para otimizar o momento de entrevista, inicialmente, os objetivos gerais do presente trabalho são apresentados à pessoa entrevistada, bem como o que motivou o contato específico com a pessoa em questão. Além destas, para conferência de questão pontual relativa a uma ocupação que se destaca no capítulo seguinte⁵⁹, foi realizado contato com um dos advogados que participaram da negociação entre o movimento e os agentes públicos⁶⁰.

Os primeiros contatos com residentes e ex-residentes das ocupações estudadas, indicaram que haveria dificuldade no agendamento de entrevistas formais. Deste modo, algumas tentativas⁶¹ foram realizadas via aplicativo de mensagens instantâneas, com vistas a compreender alguns assuntos de maneira mais objetiva, para onerar o menor tempo possível destas pessoas. Embora

59 Síntese do panorama das ocupações de imóveis ociosos no Centro do Rio de Janeiro (2000-2022).

60 Trata-se de Hugo Ottati, Advogado da Comissão de Direitos Humanos da OAB, que informou sobre questão relativa à Ocupação Almirante João Cândido.

61 Com: Ângela de Moraes, já apresentada em capítulos anteriores e André Luiz de Paula (conhecido como “Street”), que será apresentado em sequência.

tais agentes também sejam protagonistas no trabalho, os contatos realizados sem sucesso no retorno⁶² com alguns agentes dos movimentos populares encaminharam a pesquisa para a realização de entrevistas somente com profissionais de arquitetura e urbanismo.

Para poupar as pessoas entrevistadas de qualquer constrangimento na concessão das entrevistas e evitar a exposição de outros agentes mencionados⁶³, a transcrição das entrevistas não será disponibilizada integralmente. Além disto, as informações para as quais, eventualmente, forem solicitadas sigilo, não serão apresentadas vinculadas às pessoas entrevistadas, cabendo a consulta em fontes públicas caso necessária a menção. Não obstante, serão realizadas citações a partir da transcrição copidesque⁶⁴, com ajustes mínimos de modo a evitar repetição de onomatopéias e expressões típicas à comunicação oral que comprometem a leitura como: “né”, “etc e tal”, “nãñãñã” e outros.

Complementarmente às entrevistas, quando necessário o aprofundamento sobre alguma questão⁶⁵, algumas informações das serão complementadas com pesquisa em referencial bibliográfico, normativas e em documentos de Diário Oficial da União, Estado e Prefeitura do Rio de Janeiro (DOU, DOERJ e DOMRJ, respectivamente).

4.4. Visitas a campo

Foram realizadas visitas no logradouro frente às ocupações com experiências de ATHIS para realização de registros fotográficos da situação atual dos imóveis ocupados, bem como para exposição do contexto de localização das mesmas. Todas as visitas foram realizadas sucessivamente, no mesmo dia, a saber: segunda-feira, 24 de janeiro de 2022, entre 12h e 16h.

4.5. Atividades complementares

Para ampliação da discussão sobre o objeto do presente estudo, suplementarmente, cabe mencionar a participação em rodas de conversa e acompanhamento de palestras sobre ATHIS realizadas pelo CAU, pela Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF, pelo Escritório Modelo da FAU/UFRJ, e providas por outras instituições desde o início da realização deste trabalho.

Além disso, uma série de ponderações e questionamentos contidos no presente trabalho partem da participação ativa em grupos de discussão online sobre habitação de interesse social, composto majoritariamente por profissionais do campo da arquitetura e urbanismo, e também de grupos de articulação política, compostos majoritariamente por coordenadoras do MNLM-Rio e profissionais do Direito.

62 Com Elizete Napoleão e Maria de Lourdes “Lurdinha” Lopes Fonseca, Coordenadoras do MNLM-Rio e residente da Manoel Congo, Wilson Carolino, também da Manuel Congo. Não foi possível agendar entrevistas e, ao não obter celeridade no retorno nos contatos, não caberia uma inconveniente insistência para além das mensagens reiteradas.

63 Como em situações de conflitos internos ao movimento de luta por moradia, por exemplo.

64 Com a “normalização ortográfica, gramatical, literária (...) para uniformizar o texto como um todo”, nos parâmetros da NBR 6025/2002 - Informação e documentação - revisão de originais e provas.

65 Como, por exemplo, sobre algum programa habitacional ou coletivo de luta por moradia mencionado.

Complementarmente, cumpre destacar a participação no curso de Extensão promovido pelo NEPHU-UFF⁶⁶, intitulado “Assessoria Técnica em Habitação Social: Um balanço necessário” e coordenado pela Professora Regina Bienenstein. Neste curso, há a oportunidade de realizar amplo debate sobre o assunto com variados agentes da transformação espacial, a saber: agentes públicos, grupos de extensão com atuações de ATHIS em variados contextos, equipes de assessoria técnica e agentes de movimentos sociais.

O curso, com 45h de duração, tem em sua programação⁶⁷ a participação, inclusive, de Elizete Napoleão, residente da Ocupação Manuel Congo e Coordenadora do MNLM-Rio e, também, a apresentação de seminário para debate sobre uma das experiências de ATHIS apresentadas ao longo do curso. Nesta oportunidade, com a escolha sobre a experiência na Manuel Congo, foi possível ampliar o debate específico sobre ATHIS em ocupação de imóveis ociosos.



Figura 13: Manifestação frente à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, durante a Jornada Nacional de Luta pela Moradia. Disponível em: <<https://averdade.org.br/2015/04/movimentos-promovem-jornada-nacional-de-luta-pela-moradia/>>. Acesso em: <21/12/2021>.

66 Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense.

67 Disponível em: <http://nephu.sites.uff.br/seminario-athis/> (Acesso em: 05/12/2021).

5. Resultados

Neste capítulo, inicialmente, será apresentada uma síntese de informações relevantes para os casos de ocupações e remoções entre 2000 e 2022. Em seguida, os casos selecionados para estudo aprofundado, no qual ocorreram atuações de arquitetas/os e urbanistas, serão expostos com maior destaque. Serão apresentados aquelas/es profissionais que trabalharam com as ocupações, demais agentes envolvidos e questões relativas a dinâmica de trabalho com as/os ocupantes.

Trechos das entrevistas realizadas serão expostas e os desafios apresentados serão debatidos posteriormente, como para a remuneração da equipe técnica, do acesso e gestão dos recursos para as obras e da falta de vontade política. Por fim, alguns caminhos potenciais para o trabalho técnico com ocupações serão discutidos como sobre sua viabilidade econômica, segurança de posse dos residentes, fontes de recursos, articulação entre universidade e movimentos populares e mobilização e articulação política suprapartidária.

5.1. Síntese das ocupações de imóveis ociosos no Centro do Rio de Janeiro

Primeiramente, serão realizados destaques breves e introdutórios sobre a etapa de sistematização de casos, para contextualizar o cenário no qual se insere a atuação profissional estudada. Cabe destacar que, em atenção ao risco permanente de despejo dos residentes de ocupações, optou-se por ocultar os endereços daquelas cujos moradores vivem em situação de insegurança de jurídica de posse. Nem a crise habitacional agravada pela pandemia do Corona Vírus⁶⁸ foi suficiente para evitar que pessoas em situação de vulnerabilidade social fossem removidas de imóveis vazios do centro da cidade e postas à rua, como observado em casos no Rio de Janeiro.

Nota-se de imediato que o deslocamento do conflito da moradia para a cidade legal rebate sobre a criminalização de movimentos de luta por moradia, com risco, inclusive, de tipificação dos mesmos na Lei Antiterrorismo⁶⁹, como apresentado em matéria do Observatório das Metrôpoles⁷⁰. Na grande imprensa, é frequente a reprodução de discurso favorável às reintegrações de posse nas coberturas de imprensa e a aprovação de parcela da sociedade sobre a remoção de famílias inteiras sem qualquer tipo de assistência social.

Questões de destaque que serão abordadas a seguir, observadas no âmbito do presente levantamento são: 1. Disparidade na quantidade de informações disponíveis para consulta entre as ocupações; 2. Casos de ocupações efêmeras; 3. Casos de reocupações⁷¹; 4. O variado perfil organizacional das ocupações; 5. Estética da precariedade e 6. Usos excepcionais ao contexto.

68 Como alertado pela Campanha Despejo Zero, entre março de 2020 e outubro de 2021, aumentou em 554% o número de famílias ameaçadas de perder sua moradia no Brasil. Disponível em: <https://www.campanhadespejezero.org/> (Acesso em 29/12/2021).

69 Lei n. 13.260/2016, sancionada pela Presidenta Dilma Roussef (2011 a 2016, Partido dos Trabalhadores).

70 Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/ocupacoes-na-mira-da-lei-antiterrorismo/> (Acesso em: 09/12/2021)

71 Que, em certa medida, interagem com as ocupações efêmeras.

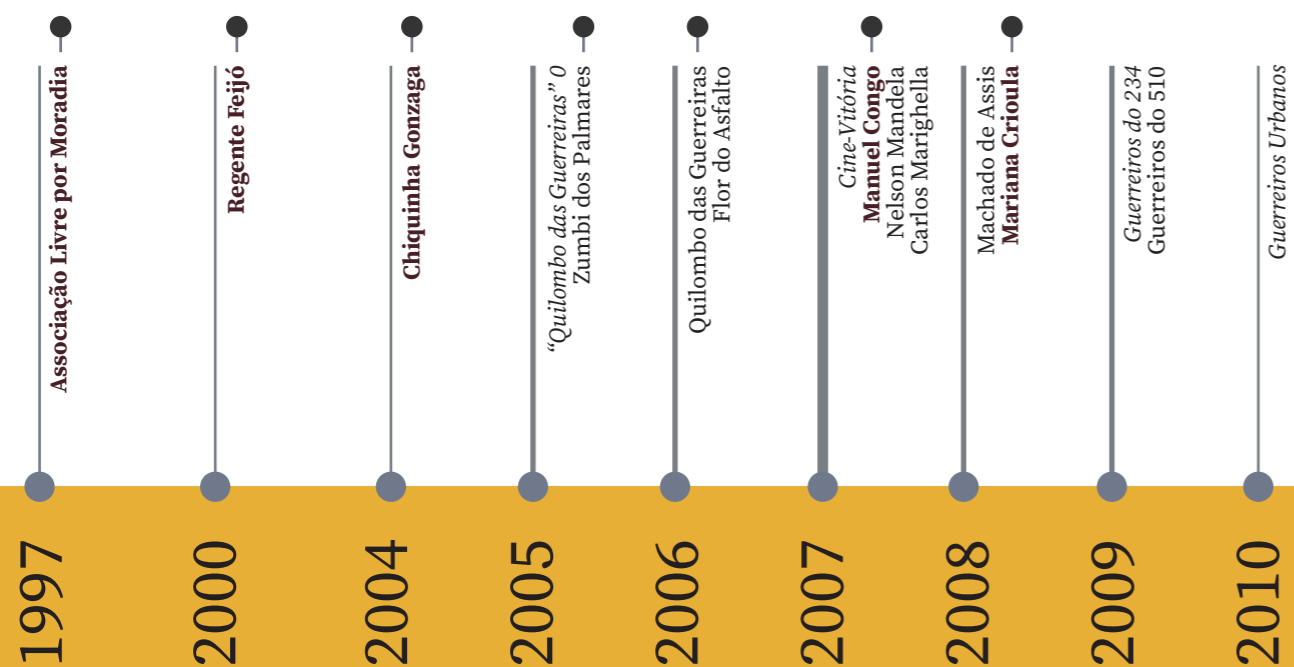
Destarte, é importante salientar que este levantamento não é capaz de abranger a totalidade das ocupações realizadas no período e no recorte territorial compreendido, tendo em vista, sobretudo, a subnotificação dos casos de ocupações espontâneas e não associadas a movimentos sociais. Inclusive, para algumas ocupações, só foi possível encontrar informações (escassas) em matérias de imprensa, buscando o termo “invasão”.

Assim, cumpre mencionar que não foi possível realizar uma tabulação plena dos dados obtidos para as ocupações, uma vez que a quantidade de informação disponível para consulta é consideravelmente desproporcional entre os casos. Para 27 ocupações foi possível identificar ao menos o nome/endereço/data de desalojo. Destas 27, 6 resistem, para 15 foram obtidas as datas de ocupação e para 14 foram obtidas as datas de remoção.

Observa-se que os sem-teto têm sido chamados pela mídia hegemônica⁷² como: invasores, terroristas, marginais, oportunistas e suas ações foram classificadas até como “apocalipse zumbi”⁷³. Coincidentemente, o último e mais curioso termo mencionado, foi utilizado por comerciante na Avenida Venezuela, onde se localiza o edifício no qual se estabeleceu a Ocupação Zumbi dos Palmares (caso que caberá destaque na sequência do presente texto). As manchetes de imprensa a seguir evidenciam o caráter de marginalização que incide sobre as ocupações, bem como o sensacionalismo em torno das providências cabíveis por parte da população sem-teto para alcançar o direito à moradia.

72 Globo, Extra, Terra e Diário do Rio.

73 Disponível em: <https://diariodorio.com/onda-de-arrombamentos-e-vandalismo-no-centro-relembra-seriados-de-hollywood/> (Acesso em: 09/12/2021)



legenda

Ocupações “efêmeras”
Ocupações que resistem

● Ação de ATTHIS

A linha do tempo abaixo apresenta as ocupações realizadas em cada ano. Nota-se de imediato que a partir de 2004, todos os anos tiveram ao menos uma ocupação registrada, em 2011 nota-se considerável aumento no número de ocupações por ano, até que, a partir de 2010⁷⁴, ocorre um intervalo de dois anos sem ocupações, e o número de ocupações por ano se reduz com alguns intervalos até 2020⁷⁵. O ano de 2007 foi o ano com maior número de ocupações, bem como 2020, ano de início da pandemia do Corona Vírus no Brasil. Há casos de ATTHIS somente com as ocupações realizadas entre os anos 1997 e 2008⁷⁶.

74 Quando as ações da OUC da Região do Porto do Rio de Janeiro começam a ser materializadas na cidade.

75 Ainda, a ocupação realizada em 2010 foi uma ocupação que não durou mais de 48 horas, de modo que 2009 se apresenta como o marco para o intervalo de ocupações com sucesso em resistir por maior período de tempo.

76 Embora a Vito Giannotti e Almirante João Cândido sejam ocupações realizadas pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB (com apoio de outros movimentos), e o MLB possua equipe técnica interna ao movimento, não foi identificada registro de desenvolvimento de projeto arquitetônico ou afins no caso da primeira ocupação e, no caso da segunda, tratou-se de ocupação com duração aproximada a 48h.

“Grupo de sem-teto invade prédio do INSS no Centro”

Globo.com (Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL1202670-5606,00-GRUPO+DE+SEMTETO+INVA+DE+PRELDO+DO+INSS+NO+CENTRO.html>) Acesso em 12/12/2021.

“Onda de arrombamentos e vandalismo no Centro lembra seriados de Hollywood”

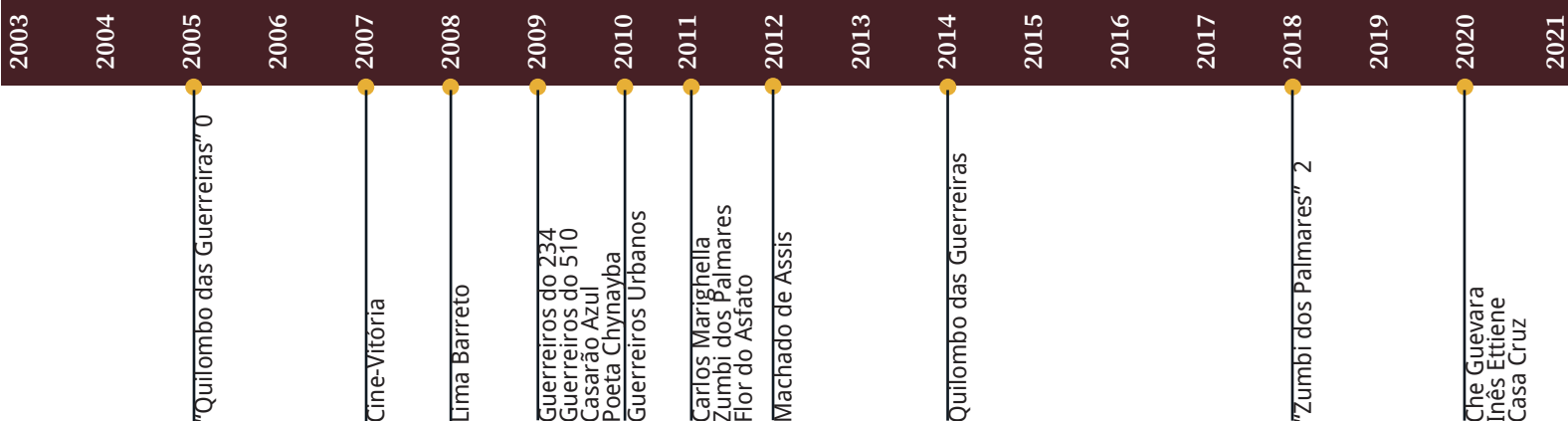
Diário do Rio (Disponível em: <https://diariodorio.com/onda-de-arrombamentos-e-vandalismo-no-centro-relembra-seriados-de-hollywood/>) Acesso em 12/12/2021.

“Invasores se dizem privilegiados”

“e há quem não aceite deixar o prédio nem mediante indenização de r\$ 20 mil.”
Jornal do Brasil (Disponível em: <https://www.jb.com.br/rio-2/noticias/2010/12/14/invasores-se-dizem-privilegiados.html>) Acesso em 12/12/2021.

ocupações

remoções



A linha do tempo acima, com as ocupações removidas a cada ano, apresenta que nem todos os anos foram identificadas remoções. O ano de 2009 é aquele no qual foram realizados maior número de remoções, seguido do ano de 2011. Apesar do cenário de crise global em função da COVID-19, em 2020 foram observadas número de remoções comparável ao ano de 2009. Das ocupações realizadas antes do ano 2009, a Quilombo das Guerreiras é a última a ser removida, quando há um intervalo de remoções até 2018. Cabe destacar que, como pode ser observado nas linhas do tempo apresentadas, algumas ocupações para a qual foi identificado o ano de remoção, não foi identificado o ano de ocupação e vice-versa.

O gráfico 2 apresenta que as maiores ocupações, com exceção da Chiquinha Gonzaga, foram alvo de remoções, no entanto, também o foram algumas ocupações de médio porte. A maior ocupação que resiste, desconsiderando a referida, tem 60 famílias. As duas ocupações com menor número de famílias, resistem. Também resistem ocupações entre 40 e 60 famílias. Das ocupações com casos de ATHIS, tais ocorreram tanto na segunda e terceira ocupações com maior número de famílias, como nas com menor número.

Gráfico 2 - Ocupações e números de famílias

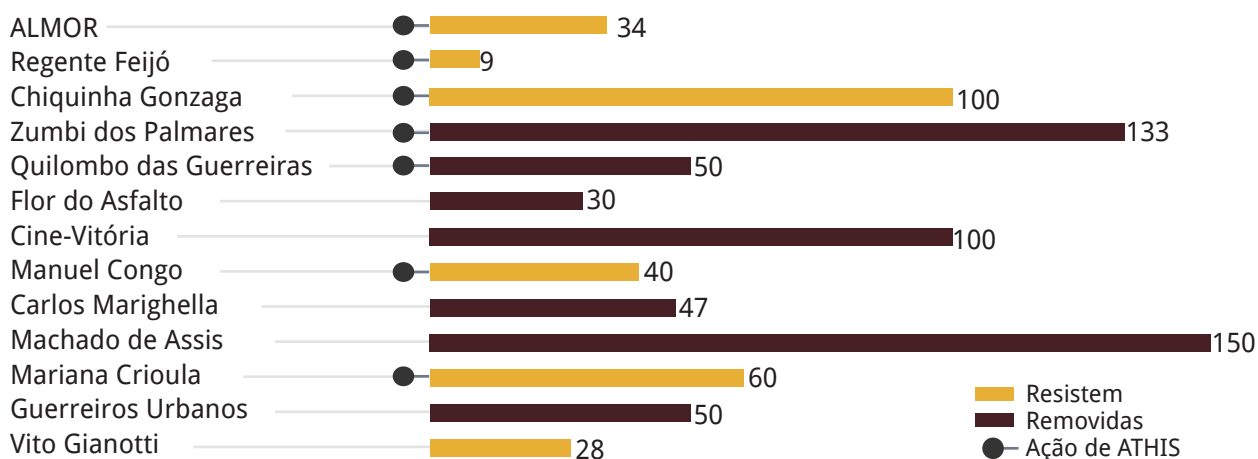
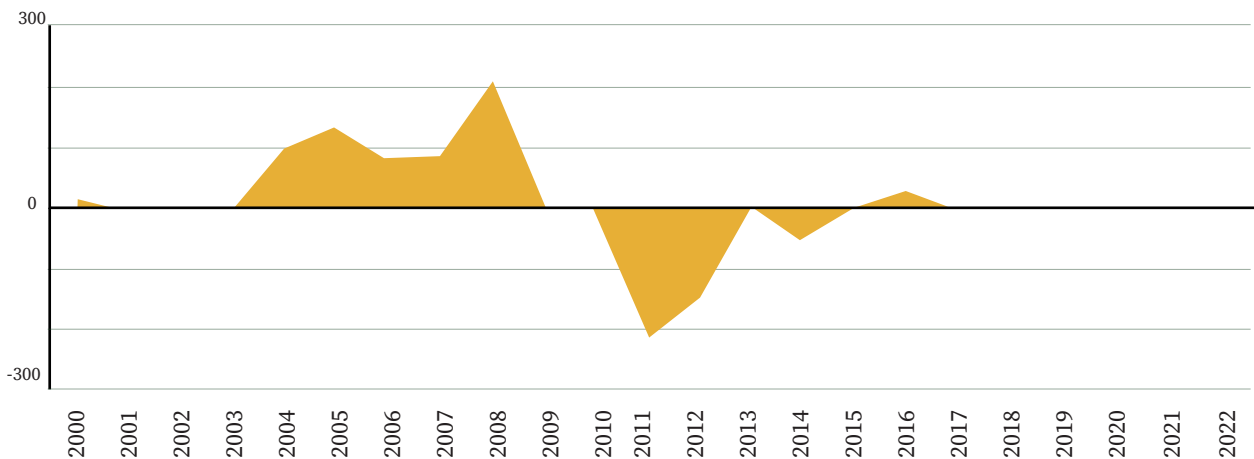


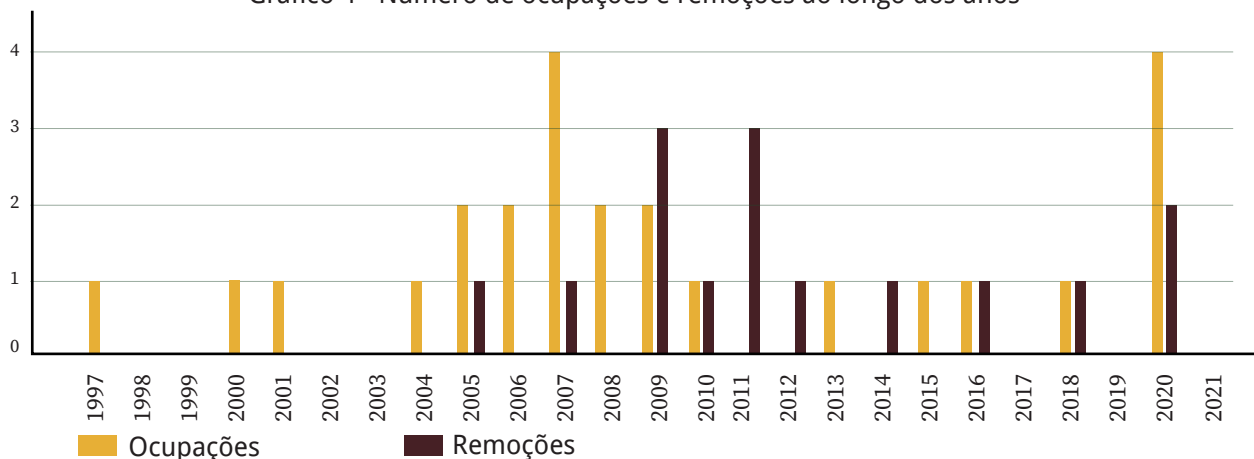
Gráfico 3 - Diferença entre o número de famílias que ocuparam e que foram removidas ao longo dos anos



Uma vez que tratam da relação entre ocupações e remoções, os gráficos 3, 4 e 5 apresentam somente os casos para os quais foram obtidas ambas as datas. O gráfico 3 foi realizado tendo em vista somente as ocupações que foram removidas e, para cada ano, considerando a subtração do número total de famílias que foram removidas a partir do número total de famílias que ocuparam imóveis. O ano de 2009 expressa uma ruptura do cenário crescente de famílias que ocuparam a partir de 2003. A partir de 2010, o número de famílias removidas supera o de alojadas, num cenário negativo que se estabelece até 2016 quando o cenário apresenta ligeiro aumento nas famílias em ocupações em relação às desalojadas, interrompido no ano seguinte.

No gráfico 4, foram consideradas também as ocupações que não foram removidas, que ainda resistem. Pode-se notar que os anos com maior número de ocupações foram 2007, embora duas tenham sido removidas nos anos seguintes, e 2020, embora duas tenham sido ocupações efêmeras. Não foram identificadas remoções anteriores a 2004, porém na maior parte dos anos há, ao menos, uma remoção, número que é três vezes maior em 2009 e em 2011. O número de ocupações também é alto no ano de 2020, bem como o de remoções, a despeito da pandemia do corona virus.

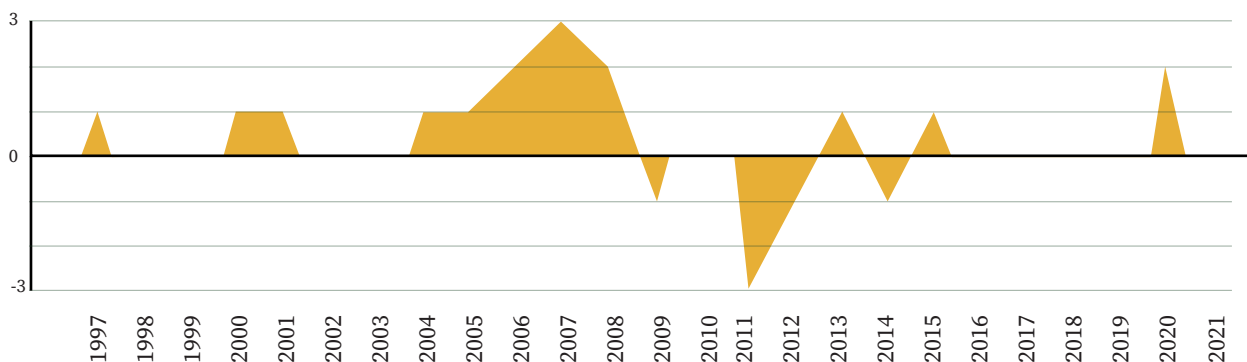
Gráfico 4 - Número de ocupações e remoções ao longo dos anos



O gráfico 5 apresenta somente os casos de ocupações que já foram removidas. O exposto considera a subtração do número total de remoções em cada ano a partir do número total de ocupações. Nota-se tendência similar ao gráfico 3 e 4, tendo o ano de 2009 como uma ruptura na crescente de ocupações iniciada em 2004. O ano de 2011 é o mais crítico em relação ao número de remoções. Há certa instabilidade entre os anos de 2013 e 2015, porém em 2016⁷⁷ a diferença entre os casos de ocupações e remoções se mantém zero até o ano de 2020.

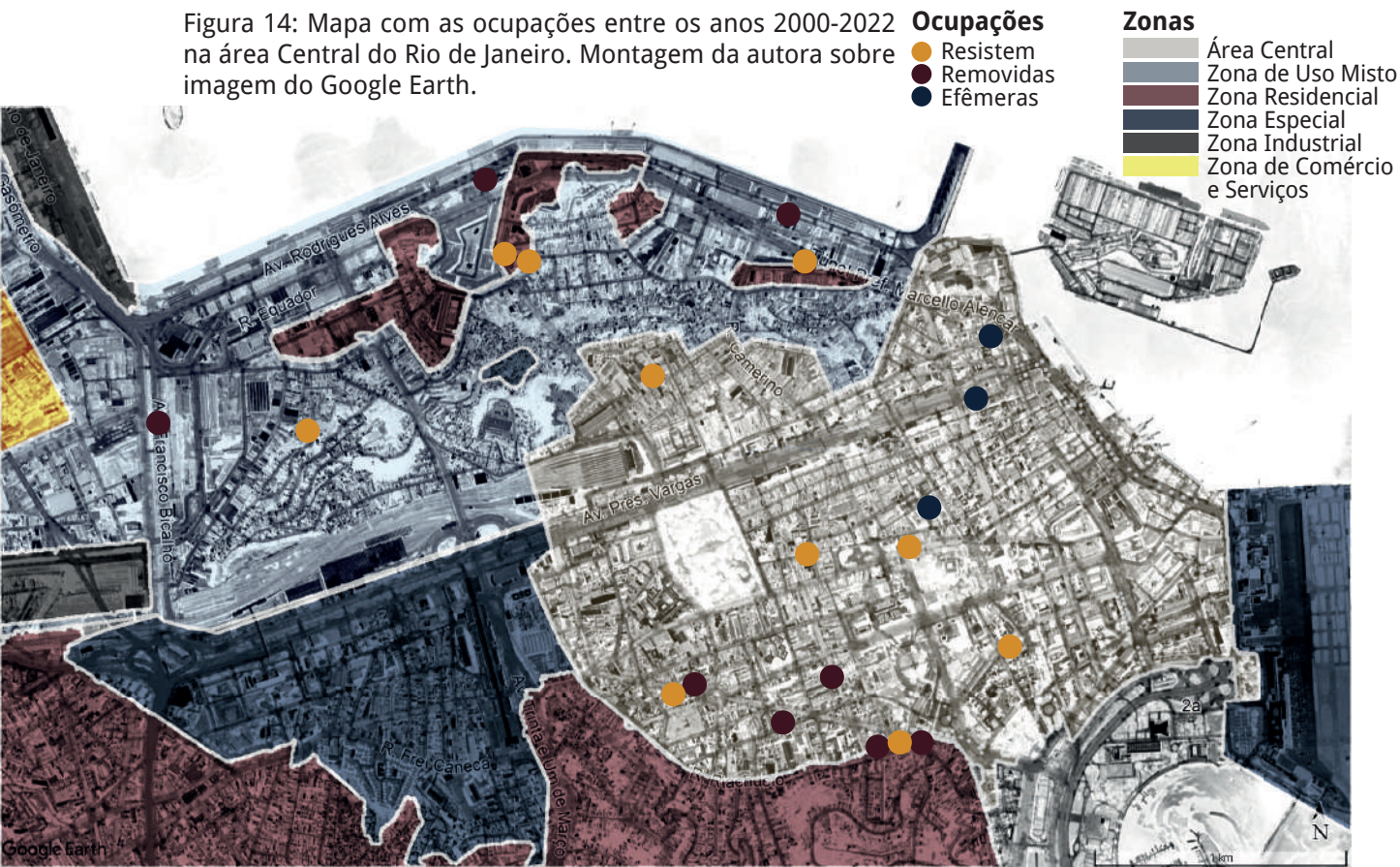
77 Ano das Olimpíadas no Rio de Janeiro.

Gráfico 5 - Diferença entre o número de ocupações e remoções ao longo dos anos



O mapa abaixo apresenta os casos identificados espacializados no mapa da área Central do Rio de Janeiro, sobreposta ao zoneamento da cidade, consultado no endereço virtual da Prefeitura do Rio de Janeiro, Legislação Bairro a Bairro. Com exceção de ocupação localizada na Cinelândia, nota-se concentração de ocupações efêmeras em áreas edificadas com maior gabarito, em trecho da cidade de uso predominantemente em horário comercial, com concentração, sobretudo de serviços. Também em área predominantemente ativa em horário comercial, no Saara e Avenida Chile, porém com edificações seculares de menor gabarito, há duas ocupações que resistem.

Figura 14: Mapa com as ocupações entre os anos 2000-2022 na área Central do Rio de Janeiro. Montagem da autora sobre imagem do Google Earth.



Na Avenida Francisco Bicalho e Rodrigues Alves, vias que compõem as bordas da Região do Porto, à parcela leste e norte, que estão contidas em áreas remodeladas ou com projetos para tal, nota-se ocupações removidas. Na parcela a norte da Avenida Presidente Vargas, nota-se ocupações que resistem, dispersas pela Gamboa, Santo Cristo e Saúde, localizadas predominantemente próximas à outros trechos da cidade de uso predominantemente residencial como Morro da Providência e Morro do Pinto.

O bairro que mais concentra ocupações, entre removidas e que ainda resistem, é o bairro da Lapa. Além de ser um bairro com facilitado deslocamento, sobretudo, para as zonas norte e sul da cidade, tem uso predominantemente residencial e é ponto de parada turística, que mobiliza grande número de trabalhadoras/es informais. Há atividade, praticamente, 24h e considerável quantidade de edifícios ociosos de variados tempos históricos e de variados portes, sobretudo, sobrados seculares. O bairro também dispõe de mais de um abrigo dedicado à pessoas em situação de vulnerabilidade social⁷⁸ que, apesar das diversas críticas de seus usuários⁷⁹, rebata em grande concentração de pessoas em situação de rua⁸⁰.

Os casos de ocupações para os quais foi obtido maior quantidade de informação são as ocupações do MNLM-Rio (como Manuel Congo e Mariana Crioula) e aquelas apoiadas/associadas à CMP e UMP. Pode-se perceber que a articulação das ocupações com grupos políticos para além da escala do coletivo da ocupação é um fator que colabora com a propagação de informações sobre a resistência nesses espaços. Percebe-se como de grande relevância a produção e registro das informações sobre e atividades desenvolvidas nas ocupações, dado o potencial de contribuir com a ampliação da mobilização popular em prol da população residente.

O fato da ocupação ser associada ou apoiada a algum movimento de luta por moradia, no entanto, não é fator que, necessariamente, incide sobre a maior veiculação de informações sobre o caso. Esta observação se dá, uma vez que, 4 das 27 ocupações são vinculadas à FIST e, mesmo assim, para estas foi percebida escassez de informações básicas disponíveis para consulta em referencial bibliográfico.

Uma série de outras ocupações da FIST foram levantadas, para além destas 4, no entanto não foi possível obter maiores informações além de seus nomes e que localizavam-se na área central⁸¹, de modo que não foram incluídas no levantamento⁸². Como apresenta André de Paula, um dos fundadores da FIST, em entrevista para o Studio X: “A comunicação do movimento é falha, fraca.”⁸³.

78 Centros Provisórios de Acolhimento, um dedicado à pessoas com mais de 60 anos de idade e outro dedicado à pessoas LGBT.

79 Como restrições de horário que inviabilizam, por exemplo, que seus usuários acessem o mercado de trabalho formal.

80 Sobretudo na Praça da Cruz Vermelha. Algumas entrevistas com pessoas em situação de rua no bairro podem ser consultadas no filme A Bolsa ou A Vida. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=N2ERnOk57Z4&t=0s&ab_channel=CALIBANICinemaconte%C3%BAado>. Acesso em: <21/12/2021>.

81 Sem o endereço exato para viabilizar confirmação.

82 Caso fossem consideradas, o total de ocupações no levantamento seria de 36, sendo que destas, 13 (36%) , seriam associadas à FIST.

83 RIVERA, Pedro e outros. As alternativas habitacionais dos movimentos sociais. Studio X. Rio de Janeiro: 2016.

Nesse sentido, considerando o potencial da comunicação para ampliação da mobilização social sobre o debate acerca da ação direta por moradia, cabe mencionar um caso particular observado no levantamento, e também um dos casos mais recentes de ocupação no contexto estudado: a Ocupação Almirante João Cândido. Este é um caso de ocupação efêmera⁸⁴ particular que, no entanto, não findou com uma reintegração de posse. Esta ocupação foi apoiada pelo MLB e, dada a efetividade da comunicação interna, mesmo se tratando de um edifício de grandíssimo porte em área mantida por agentes de segurança pública e privada⁸⁵, não findou com reintegração de posse. Nesse caso a ocupação serviu para forçar o diálogo com os agentes públicos.

Segundo um dos advogados que mediou a negociação entre os agentes públicos e as/os ocupantes ainda enquanto estavam dentro do imóvel, em consulta para este trabalho, apresenta que:

O governo do estado que abriu o canal de diálogo, até porque o prédio ali pertencia a FAPERJ, então era o governo do estado o principal interessado. Logo no primeiro dia essa mesa já foi aberta e o governo do estado já apresentou a possibilidade de garantir a moradia para as famílias ocupantes, expondo que verba não seria um problema (realocariam uma verba destinada à moradia, prevista para ser utilizada em outra região do estado). O Estado também não se opôs a reivindicação do MLB sobre garantir na região central, desde que fosse possível articular isso com Prefeitura ou SPU, haja vista que o estado não teria imóveis com viabilidade para moradia. (Hugo Ottati)⁸⁶

No caso da supracitada ocupação, embora não tenham permanecido no imóvel, foi possível exercer pressão para que o Estado e Prefeitura dialogassem com vistas a garantir o direito à moradia para àquela população. Este caso apresenta a eficácia da ação direta como estratégia para pressionar o Estado à negociar, com vistas a garantir os direitos constitucionais à moradia. Assim, cumpre mencionar a contribuição da comunicação externa do MLB que, articulada, veicula uma série de informações atualizadas, comunicados e chamadas públicas através de uma das redes sociais mais utilizadas no país em 2022.

Durante os dias de ocupação, as ações coordenadas de comunicação foram capazes de ampla visibilidade, de modo que este fator contribuiu com a mobilização física de apoio, para além das ações virtuais⁸⁷. A ampla mobilização social apoiada pela comunicação externa e interna do MLB e a pressão da ação direta de ocupação do imóvel viabilizaram o debate com os agentes públicos. Não há, no entanto, providências materiais por parte da municipalidade, embora já

84 Este conceito será aprofundado na sequência, porém, em síntese, se trata de ocupações que tiveram a duração próxima a 48h.

85 Num ambiente onde já ocorreram episódios de agressão e tortura por parte de tais agentes. Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/grafiteiros-sao-agredidos-e-torturados-por-seguranca-na-saara-veja-video-27012016> (Acesso em 12/12/2021)

86 Que integra a Comissão de Direitos Humanos da OAB..

87 Para além das ações virtuais, mas propagadas e reforçadas também por elas.

tenham ocorrido reuniões com a Secretaria de Habitação Municipal do Rio de Janeiro⁸⁸.

Além deste caso particular, há mais 5 casos identificados de ocupações com duração inferior à uma semana e interrompidas com ações de reintegração de posse. Todavia, nestes casos houve remoção forçada sem negociação entre ocupantes e agentes públicos. Estas ocupações, como apresentadas na primeira linha do tempo, foram classificadas como efêmeras. Uma questão relevante que cabe destacar é que as ocupações efêmeras interagem com outro aspecto curioso observado nas ocupações: os casos de reocupações.

O coletivo da ocupação Quilombo das Guerreiras, no ano de 2005 já havia ocupado o imóvel onde hoje é a Manuel Congo. Porém, foram expulsos em ação articulada pela CEDAE, que restringiu o abastecimento de água ao edifício e da polícia militar que inviabilizou a entrada de alimentos ao edifício (BUENO, 2008). É curioso observar o absurdo que é o fato do edifício ter fornecimento de água quando no estado de desuso porém esta deixar de ser fornecida justamente quando o imóvel para a ter uma função social reivindicada, uma espécie de punição que priva de mais direitos aquelas/es que ousam demandar o direito à moradia - previsão constitucional.

Dois anos depois, de modo a configurar um caso de reocupação, o coletivo da ocupação Manuel Congo, por sua vez, em 2007, semanas antes da ocupação do imóvel limítrofe à Câmara dos Vereadores onde hoje se estabelece a ocupação⁸⁹, haviam ocupado outro imóvel, localizado a 500m: O Cine-Vitória (RIVERA, P. e outros, 2016). No entanto, sofreram reintegração de posse em menos de uma semana e se tratou, portanto de ocupação efêmera.

Mais um caso de ocupação efêmera e reocupação a ser citado é sobre o Guerreiros Urbanos. Entre 2009 e 2011, foram 3 tentativas de ocupação (CHEQUETTI, A. C., 2019), sendo uma delas em 2010, no imóvel que estava abandonado a mais de 10 anos⁹⁰, onde desde 2016 se estabelece a ocupação Vito Giannotti⁹¹. Além destes casos de ocupações efêmeras com reocupação, foi observado o caso do Guerreiros do 234⁹², composto majoritariamente por sem-teto desalojados da Guerreiros do 310 em 2009⁹³.

Mais um caso de reocupação observado foi o que gerou a ocupação Regente Feijó, quando as famílias ocuparam o imóvel após serem despejados de outra ocupação, localizada na Mem

88 Atualização: MLB ocupa Secretaria de Habitação Municipal da Prefeitura do Rio de Janeiro! Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CXOKvyppRFo/> (Acesso em: 11/12/2021).

89 E que já havia sido ocupado pelo coletivo Quilombo das Guerreiras.

90 Disponível em: <https://fazendomedia.org/policia-federal-retira-sem-tetos-que-ocuparam-predio-do-inss-abandonado-ha-mais-de-10-anos/> (Acesso em: 05/12/2021).

91 Disponível em: <https://forumreformaurbana.org.br/2020/10/30/a-luta-da-ocupacao-vito-giannotti-para-garantir-habitacao-popular-em-imovel-abandonado-ha-mais-de-15-anos-na-area-central-do-rio-de-janeiro/> (Acesso em: 05/12/2021).

92 O documentário Atrás da Porta, apresenta o caso da Guerreiros do 234, com imagens realizadas de dentro da ocupação, desde a entrada no imóvel à remoção das famílias pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Também são apresentadas outras ocupações: Manoel Congo, Chiquinha Gonzaga, Quilombo das Guerreiras, Flor do Asfalto e Machado de Assis e a remoção como Casarão Azul. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=NDQuRhsr8HI>>. Acesso em: <21/12/2021>.

93 Disponível em: <https://passapalavra.info/2009/07/9098/> (Acesso em: 10/12/2021)

de Sá. Outro caso exemplar para abordar a reocupação é o imóvel no qual se estabeleceu a ocupação Zumbi dos Palmares. O que na linha do tempo é apresentado como “Zumbi dos Palmares 2” e “Zumbi dos Palmares 3”, são, na verdade, casos de reocupação no mesmo imóvel, mas não do mesmo grupo de pessoas.

Deve-se destacar que o nome do coletivo⁹⁴, como observado no Quilombo das Guerreiras, de dá anteriormente à ocupação, surge no âmbito da articulação prévia à ação direta e se refira ao grupo de pessoas e não a um imóvel. Também, para corroborar com esta observação, cabe mencionar novamente o caso da Guerreiros Urbanos que, entre 2009 e 2011, ocupou 3 imóveis diferentes (CHEQUETTI, A. C., 2019). Esta nomenclatura “2” e “3” é adotada aqui somente para fazer referência à reocupação do mesmo imóvel uma vez que as ocupações posteriores não têm um “nome”. Pode-se notar que no caso da reocupação no edifício onde hoje é a Vito Giannotti e que, por menos de 48h, foi a Guerreiros Urbanos, esta estratégia não é adotada, apesar de tratar do mesmo imóvel, uma vez que há nome adotado pelo grupo de pessoas.

O coletivo que ocupa hoje o imóvel onde era a Zumbi dos Palmares em 2005 já não é o mesmo que ocupou em 2013 e, por sua vez, este não é o mesmo que ocupou em 2018. Durante visita ao endereço, realizada em julho de 2021, foi possível constatar, inclusive, que o grupo social que lá ocupa atualmente, não apresenta uma organização ou coesão política. Observando a movimentação do grupo ao longe e, em seguida, a partir de conversas com morador que participava de obras em trecho do edifício, em diálogo realizado na calçada à frente do imóvel, foi possível perceber a variada gama de atividades que lá se estabeleciam, desde a reabilitação do edifício a atividades comerciais de produtos ilícitos, fato que motivou o morador a não me incentivar adentrar o espaço físico da ocupação.

Nem todas as ocupações são coesas ou organizadas internamente e nem todas são associadas a movimentos de apoio. Os usos associados a elas também podem variar, bem como o perfil das pessoas residentes. Visando trazer considerações sobre a organização interna nas ocupações que vão rebater sobre a ATHIS, serão apresentados aqui algumas classificações como “ferramentas” para compreensão geral de suas influências nas relações de trabalho.

Considerando que, as características da espacialidade cotidiana podem colaborar ou dificultar a elaboração de entendimentos nas interações (GRANDI, M., 2010, p. 15), cabe, aqui, registrar e analisar os modelos organizacionais das ocupações para ponderar sobre como tais aspectos interagem com a atuação profissional no campo da arquitetura e urbanismo. Tendo em vista, ainda, que a organização interna dos coletivos ocupantes, não só é influenciada mas, principalmente, influencia nas relações com agentes externos à ocupação e, portanto, com as equipes de ATHIS.

Tais ponderações, estão no escopo da análise sobre as experiências⁹⁵ e contém somente

94 Considerando “coletivo” como “um substantivo próprio que encarna a autorrepresentação coletiva dos moradores.” (MOREIRA, M. 2013).

95 Tópico 5.3. Experiências de arquitetas/os e urbanistas com movimentos populares.

casos de ocupações organizadas, sejam elas horizontais ou verticais pois não foram encontrados casos de ATHIS com ocupações desorganizadas (perfil A, apresentado a seguir). Deve-se ressaltar que a classificação apresentada foi desenvolvida no âmbito do presente levantamento de modo que não é capaz de abranger todas as formas de organização interna das ocupações existentes. Não obstante, esta é adodata como ferramenta de análise.

Portanto, neste cenário, foram observados três perfis de ocupações:

A. Ocupação desorganizada - quando o grupo ocupante não apresenta coesão política e estratégias de articulação comuns entre si, não há instâncias de deliberação coletiva, divisão de tarefas para manutenção do espaço e afins.

Como exemplos: a ocupação “Zumbi dos Palmares 3”, caso reincidente de reocupação e a Ocupação Ludovico Zamenhoff⁹⁶, ocupação de punks e artistas viajantes, que se localizava ao lado dos Arcos da Lapa.

A primeira apresenta ser uma ocupação espontânea, sem articulação prévia, uma vez que não houve articulação ampla de moradores na ação direta de “arrombamento” para acessar o imóvel⁹⁷. Na visita anteriormente mencionada⁹⁸, em consulta a morador sobre o nome da ocupação, ele apresenta que não há e que também não ocorrem reuniões coletivas. Inclusive, ele estava repartindo um espaço para uma unidade habitacional em um local apropriado de maneira espontânea, junto a seu “vizinho”. De modo que pode-se inferir sobre a falta de planejamento geral sobre as intervenções e portanto, falta de organização e gestão coletiva da ocupação.

Durante a média de 30 minutos que permaneci lá, seja durante a conversa, seja durante as observações silenciosas tomadas da calçada, foi possível notar ausência de espaços coletivos, ao menos a nível térreo. Inclusive o ambiente no qual funcionada a biblioteca Zé Kéti⁹⁹ quando da Ocupação Zumbi dos Palmares, encontrava-se desativada e vazia. Este é um dos imóveis com maior área em todo o levantamento, é importante ressaltar a dificuldade de articulação de um coletivo tão grande de pessoas quanto o que este edifício comporta. Além disto, cabe compreender a maior dificuldade de articulação em uma ocupação que já se iniciou de maneira orgânica e desarticulada.

Sobre a segunda, sua localização ao lado dos Arcos da Lapa agregava à ocupação um grupo de pessoas muito rotativo. Desse modo, percebia-se pouco comprometimento com a manutenção do espaço que era então, temporário, de passagem. Frequentemente esta ocupação era referida somente como “okupa” ou “squat”, fator que também reforça o teor de

96 Ocupação esta, na qual residi por cerca de 6 meses, entre 2013 e 2014.

97 <https://diariodorio.com/onda-de-arrombamentos-e-vandalismo-no-centro-relembra-seriados-de-hollywood/> (Acesso em: 09/12/2021)

98 Ocasão de gravação de imagens no âmbito do documentário A Bolsa ou a Vida, dirigido pelo Cineasta Silvio Tendler, em 12/05/2021.

99 Autor de clássicos do samba como Voz do Morro e Opinião.

acomodação temporária de viajantes¹⁰⁰, dado o uso de termos estrangeiros.

É importante mencionar que esta ocupação era associada à FIST¹⁰¹. De modo que a associação à movimentos de luta por moradia não garante, necessariamente, a estruturação de uma política organizacional interna. Apesar desta ocupação também agregar ambulantes¹⁰² que vendiam suas mercadorias nas noites da Lapa, a predominância das pessoas que lá viviam era de “viajeros”¹⁰³ que viviam de arte de rua e punks que viviam de manguieio¹⁰⁴ e venda de fanzines¹⁰⁵, mais um fator que incide sobre a dificuldade na organização para a manutenção do teto.

No entanto, na Ludovico Zamenhoff, é importante mencionar a diferença entre o compromisso com a manutenção do espaço entre residentes mais antigos na casa, que inclusive compartimentaram parte do segundo pavimento em unidades garantindo certa privacidade, e aqueles que lá estavam de passagem e viviam em barracas na área comum do térreo. Este nível de envolvimento diferente é observado também nos casos de ocupações organizadas independentes, como para a Chiquinha Gonzaga, cujo perfil será abordado a seguir.

B. Ocupação organizada independente¹⁰⁶ - quando há coesão interna e parâmetros de organização com distribuição de atribuições construídos de maneira independente e não hierárquica pelo coletivo ocupante.

Como exemplo, pode-se citar a ocupação Chiquinha Gonzaga, que ainda resiste, e Quilombo das Guerreiras, que sofreu reintegração de posse. Ambas se inseriam numa “rede de apoio mútuo e solidariedade”¹⁰⁷. Porém estas se articulavam de modo completamente autônomo, autogeridas a partir de estruturas de poder internas com reduzidíssimos traços hierárquicos (GRANDI, M. e TEIXEIRA, T., 2010). Embora as ocupações deste perfil possam ter apoio de agentes internos como, no caso, a CMP, UMP e equipe de ATHIS, estes agentes externos não influenciam nas decisões internas.

Apesar de fatores externos à vontade dos moradores¹⁰⁸ tenham interferido na organização dos mesmos e articulação com apoiadores e agentes externos, na Chiquinha Gonzaga, por

100 Predominantemente mochileiras/os da América Latina.

101 Contato que se iniciou após a remoção de uma outra ocupação, localizada na Rua das Marrecas, como informado pelo ex-morador André Luiz de Paula, mais conhecido como “Street” e que foi um dos primeiros residentes na Ludovico Zamenhof. Após o apoio na data da remoção referida, o advogado da FIST, André de Paula, convidou os ocupantes desalojados a participarem de reuniões da Frente. A partir daí, Street organizou-se com outras pessoas punks, alguns moradores da ocupação ao lado, Edith Stein, e ocuparam o imóvel, solicitando apoio à FIST para o respaldo jurídico necessário e urgente para garantir a permanência.

102 Como uma senhora colombiana afetivamente chamada de “Tia” que lá vivia com sua família.

103 Termo popularmente usado para designar viajantes falantes de idioma espanhol, predominantemente latino-americanos.

104 Termo popularmente usado por tribos urbanas como punks e viajeros para se referir a “pedir com jeito”.

105 Como apresenta GUERRA, P, e QUINTELA, P. (2016): “mídia alternativos da modernidade tardia, capazes de revelar o movimento punk e o ethos DIY associado a ele”.

106 Perfil que GRANDI, M., (2012) apresenta como “variante por coletivo”.

107 Junto à Ocupação Zumbi dos Palmares (2005), Guerreiros Urbanos, Machado de Assis e Flor do Asfalto (GRANDI, 2010 apud CHEQUETTI, A. C., 2019).

108 Como a ação do tráfico de drogas que, quando conseguiu entrar na ocupação apesar da resistência dos moradores começou a inviabilizar a organização social. FALBO, R. et al., 2019.

exemplo, as assembléias tinham caráter decisivo, quase permanente e constante. Durante muito tempo as assembleias eram semanais, chegando a ocorrer até uma assembleia durante o dia e outra durante a noite em certo período (FALBO, R. et al., 2019.). O Coletivo era a instância

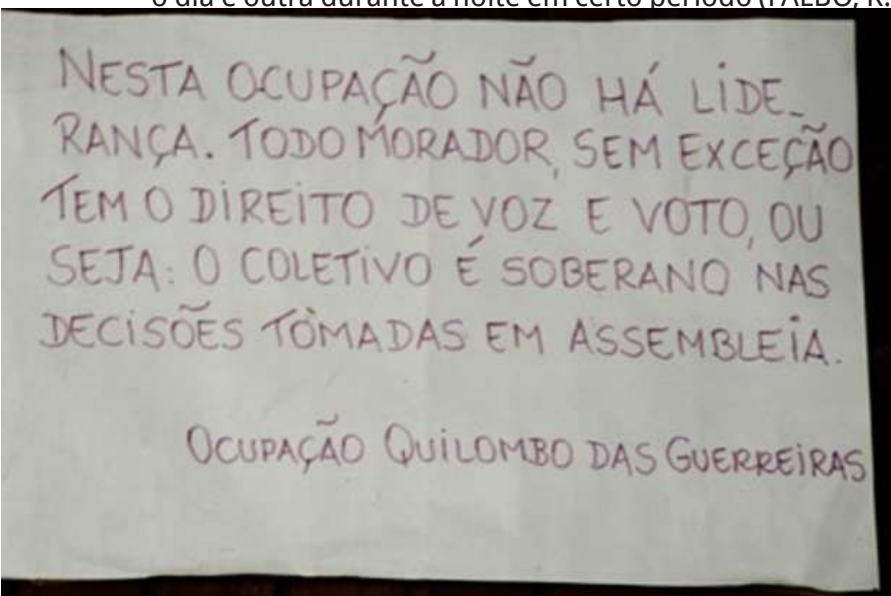


Figura 15: Cartaz que ficava exposto na ocupação Quilombo das Guerreiras. Disponível em: <<https://rioonwatch.org.br/?p=16800>>. Acesso em: <15/12/2021>.

deliberativa máxima dessas ocupações para variados assuntos, desde sua manutenção cotidiada, à negociação com o proprietário, os rumos práticos e políticos, etc (GRANDI, M., TEIXEIRA, E., 2010).

C. Ocupação organizada com coordenações¹⁰⁹ - quando o grupo ocupante além de apresentar coesão entre si, segue modelo organizacional em acordo com diretrizes da coordenação de algum movimento de luta por moradia e apresenta certa hierarquia interna e externa.

Como exemplo, cabe menção às ocupações do MNLM-Rio, Manuel Congo e Mariana Crioula. Como apresenta RIVERA et al. (2017), o conjunto de princípios adotados tem como base a carta de princípios do movimento nacional. De modo que agentes internos ao movimento nacional, mas externos à ocupação, influenciam e orientam decisões internas à ocupação.

No MNLM, existe coordenação nas esferas municipal, estadual e federal. No entanto isto não significa que os moradores não tenham certo grau de autonomia para decidir sobre as bases da vida coletiva no edifício, tais questões ficam à cargo das assembleias internas das quais todas/os residentes devem participar. Estas se iniciam com frequência diária, dadas as urgências frente às demandas de organização e estruturação imediatas à ação direta de ocupação.

Para ilustrar orientações de organização típicas do MNLM e que rebatem sobre a dinâmica interna nas ocupações, como apresenta a Coordenação do MNLM-Rio, após a entrada nos imóveis, a carta de princípios do movimento é, então, adequada à realidades das ocupações.

No entanto, algumas questões são priorizadas e repetidas: manutenção da “comissão de

¹⁰⁹ Termo que cabe maior reflexão no desenvolvimento do trabalho.

criança, a escolinha, a comissão de infraestrutura, a comissão de cozinha”¹¹⁰. Lurdinha Lopes¹¹¹, coordenadora do MNLM-Rio e residente da Manuel Congo, apresenta que os espaços coletivos são priorizados antes de qualquer repartição em núcleos familiares/individuais¹¹².

As ocupações organizadas verticais estão inseridas em uma estrutura com certa hierarquia, com existência de coordenações em várias instâncias. No entanto, cada instância tem determinado grau de autonomia em função da adequação às realidades locais. De maneira geral, mesmo aquelas caracterizadas neste trabalho como “desorganizadas” ou “organizadas horizontais” podem interagir em medida variada, com grupos externos e multidisciplinares de apoio, com composição também diversa, contendo desde advogados e educadores populares a profissionais do audiovisual.

Ainda, quanto ao envolvimento e caráter de participação individual no âmbito da organização Coletiva, pode-se notar que,

Destarte, há uma diferença entre aqueles moradores que participaram do longo processo de organização política que antecedeu a ocupação do edifício e aqueles que foram admitidos mais tarde. Em seguida, seja entre os novos moradores, seja entre os antigos, há aqueles que, em sua trajetória biográfica, já participaram de alguma experiência político-militante, enquanto, para outros, morar na ocupação representa a sua primeira filiação a um ativismo. Ainda assim, entre aqueles moradores politicamente mais “experimentados”, boa parte deles vivenciou experiências marcadas por estruturas de poder mais verticalizadas, contrastando (e criando tensões), assim, com a proposta política que desde o início predominou na Chiquinha Gonzaga. (GRANDI, M. e TEIXEIRA, E., 2010, p. 6)

Das ocupações apresentadas, é muito reduzido o número das que contaram com ATHIS e não foram observados casos em ocupações desorganizadas. Considerando que a atuação profissional nesses contextos já apresenta uma série de dificuldades como a remuneração, a criminalização dos movimentos sociais, o risco iminente de remoção, soma-se aí a dificuldade anterior que é a própria articulação do coletivo, para, então, poder ser realizado um projeto participativo. Das 7 ocupações apresentadas e que tiveram a experiência de ATHIS, 5 resistem. Foram removidas a Quilombo das Guerreiras e a Zumbi dos Palmares.

Outro aspecto que esta pesquisa observa é que das ocupações realizadas no Centro antes de 2010, resistem as que receberam alguma legitimação formal com garantia de segurança

110 Rivera et al., 2017.

111 Na ocasião de gravação de imagens e entrevistas na Ocupação Manuel Congo no primeiro trimestre de 2021, para o documentário A Bolsa ou A Vida, dirigido pelo cineasta Silvio Tendler.

112 Aspecto não observado, por exemplo, nas ocupações desorganizadas, nas quais as famílias e indivíduos tomam seus espaços sem planejamento amplo, à revelia do uso coletivo dos espaços. Este fator, no entanto, não é restrito às ocupações desorganizadas. Será apresentado, ao longo deste trabalho, um caso de ocupação organizada horizontal, que houve conflitos na fase de realização do projeto arquitetônico em função de conflitos frente a sobreposição de demandas individuais às coletivas, a saber: Ocupação Regente Feijó.

de posse (Concessão de Direito Real de Uso, com a compra do imóvel pelo Estado¹¹³). Isto se dá, primeiramente, em função das incessantes reivindicações dos movimentos populares por moradia, mas há de se considerar também os benefícios gerados pelo apoio externo, seja para assuntos jurídicos, técnico-construtivos ou outros.

Atividades culturais e encontros abertos são também recorrentes nas ocupações organizadas¹¹⁴. Estas colaboram com a articulação interna e externa, são oportunidades de mobilização social com divulgação ampla, bem como para o debate político coletivo. Envolver agentes externos às ocupações nas atividades contribui para aumentar a pressão popular pela sua permanência. O motivo dos eventos mais frequentes observados são:

1) aniversário das ocupações;

abraço na
Ocupação Quilombo das Guerreiras

9/3 (sáb)
a partir das
15h

Av. Francisco Bicalho, 49
Próx. da Rodoviária
Novo Rio

PROGRAMAÇÃO

Shows:

- < DJ Castro >
[do BNegão SoundSystem]
- < El Efecto >
- < Repper Fiel >
- < PH Lima >
- < Banda Corisco >

Lançamento do curta
"Mulheres Guerreiras"

Exposição de fotos
"Tudo isso é nosso"
(fotos de Álvaro Riveros)

- >>> Caldos liberados
- >>> Venda de bebidas

minha casa me abriga

minha casa minha briga

Figura 16: Panfleto com chamado para atividade cultural de resistência na Quilombo das Guerreiras. Disponível em: <<https://mtdrio.wordpress.com/2013/02/26/abraco-na-quilombo-das-guerreiras/>> (Acesso em: 05/12/2021)

2) rodas de debate com exibição de filmes e grupos de estudos¹¹⁵;

113 Por exemplo, caso da Chiquinha Gonzaga e Manuel Congo, respectivamente.

114 E em outras lutas contra as remoções, como na Vila Autódromo. Disponível em: <Ocupação Cultural na Vila Autódromo comemora memória, resistência e esperança>. Acesso em: <15/12/2021>.

115 Inclusive, quando conheci a Ocupação Quilombo das Guerreiras, foi no âmbito da exibição de um filme sobre Francisco Ferrer Y Guardia seguida de roda de debates sobre educação libertária, em 2013. E, em 2019, conheci

3) chamados para resistência¹¹⁶.

Ainda, pode-se notar a relação entre a segurança de posse e os cuidados com o imóvel, mesmo que em escala singela¹¹⁷, em aspectos plásticos recorrentes em ocupações, configurando o que pode ser conceitualizado como “estética da precariedade”.

Como apresenta Patrícia, antiga moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras (que não conseguiu obter segurança de posse e, embora houvesse projeto arquitetônico para reabilitação, foi removida):

Se fosse da gente, a gente até caprichava, né? Mas não é da gente. Estamos aqui de reserva, entendeu? Se fosse da gente podia até fazer uma coisa melhor. Aí vai gastar aqui, sem ter, vai tirar do pouco para colocar aqui e não vai compensar. Hoje ou amanhã você pode estar fora. Não tem como.¹¹⁸

Assim, pode-se observar que as recorrentes imagens de divisórias construídas com tapumes, papelões e madeira, bem como muitas patologias evidentes nos espaços ocupados, não é fruto de preguiça e desleixo, como pode sugerir o imaginário comum¹¹⁹. O motivo para tal é a falta de recursos disponível e o risco constante de remoção. As intervenções, portanto são as mínimas para viabilizar a permanência e básica privacidade às famílias e isso é feito com o que



Figura 17: Imagem do interior de uma das áreas da Ocupação Quilombo das Guerreiras. Fonte: Reprodução. Disponível em: <http://josecarlosalexandre.blogspot.com/2013/09/quilombo-das-guerreiras-luta-contra.html> (Acesso em 05/12/2021).

o interior na Manuel Congo pela participação em debate sobre a Comuna de Paris, em grupo de estudos anarquista.

116 Em circunstâncias de risco iminente de remoção.

117 Como a realização de pequenos reparos e cuidados no espaço - pintura, tratamento de piso, construção de paredes de alvenaria, questão observada também para outras formas de moradia informal, como em favelas.

118 Depoimento concedido em 28/06/2010. (MOREIRA, M., 2013).

119 Considerando contos populares cujas lições de moral estão imputados na subjetividade da população, como “Os Três Porquinhos”, na qual o porco que conseguiu resistir às adversidades apresentou seu teto com alvenaria. Enquanto os outros, que não conseguiram resistir às adversidades, foram apresentados como preguiçosos e construíram com madeira e palha, materiais que, inclusive, compõem práticas construtivas populares.

Llamado de solidaridad internacional Calling to international solidarity Chamado a solidariedade internacional **Okupa Flor do Asfalto**



Figura 18: Chamado internacional para resistência à ameaça de desalojo. Disponível em: <https://pelamoradia.wordpress.com/2011/09/28/chamado-a-solidariedade-internacional-okupa-flor-do-asfalto/> (Acesso em: 05/12/2021)

Sobre os usos dos espaços nas ocupações, cabe ratificar que os mesmos variam tanto quanto os modelos organizacionais. Para citar um caso particular de ocupação que difere um tanto dos outros, cabe menção à ocupação punk Flor do Asfalto (PICCOLO, F., 2013). Como apresenta BUROCCO et al. (2011), “a sua concepção aproxima-se mais do modelo dos squatters anglo-saxões dos anos 1970”¹²⁰, e também “integrantes são mais jovens do que os de outras ocupações”¹²¹.

Sobre tal, destaca-se o seguinte trecho do Anarko Funk¹²² intitulado Confederação Libertária¹²³, composto por ex-residentes da Flor do Asfalto à época e que canta: “Anarquistas europeus que chegam fortalecendo, nessa luta contra o Estado, as fronteiras vão rompendo”. Esta citação expõe duas questões: 1) a origem da influência dos movimentos squatters europeus dada a relação expressa na música com os mesmos e 2) a orientação política anarquista dos residentes.¹²⁴

120 Como apresenta KUHN, Armin et al. 2018 para as squatts anglosaxônicas de tal período: “entre os ocupantes encontramos pessoas de diferentes origens de classe e tendências políticas (anarquistas, antiautoritários, anti-imperialistas, autônomos, antifascistas e ambientalistas), bem como pessoas de cor, migrantes, inter e transnacionalistas, refugiados, artistas criativos, outros trabalhadores e muito mais, mas também, mulheres e ‘sapatonas’ autonomistas, pessoas queer e trans radicais, gays e drag queens/kings” (tradução pela autora).

121 Imagens de dentro da ocupação podem ser consultadas no documentário *Atrás da Porta*. Além da Flor do Asfalto, o filme apresenta ocupações como Manoel Congo, Chiquinha Gonzaga, Quilombo das Guerreiras, Machado de Assis, Guerreiros do 234 e a remoção do Casarão Azul Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=NDQuRhsr8HI>>. Acesso em: <21/12/2021>.

122 Estilo musical punk, em ritmo de funk e letras com teor anarquista, com músicas predominantemente sem direito autoral. Como apresenta frase popular cunhada pelo Anarko Funk: “do Punk, pro Funk é só uma letra”.

123 Disponível em: <https://soundcloud.com/anarkofunk/confedera-o-libert-ria> (Acesso em: 12/12/2021).

124 Também, a música “Flor do Asfalto” do Anarkofunk no trecho “é o bonde do squat que ocupa e produz”

Figura 19: Panfleto distribuído por moradores da Ocupação Flor do Asfalto. Fonte: PICCOLO, F., 2013.



Esta orientação política anarcopunk que radicaliza a noção de “faça você mesmo” e a influência do movimento squatter internacional rebatem, portanto, no próprio uso do espaço e na tentativa de viabilizar uma permanência completamente autônoma, desde a produção de alimentos à intervenções no imóvel.

Como apresenta CAMINHA, J. (2013), a ocupação para além de moradia, contém biblioteca¹²⁵, herbário, oficina de bicicletas, pequena agrofloresta, cozinha comunitária e atelier de artes e serigrafia. Por fim, embora a ocupação chegasse a abrigar 30 famílias (GUTERRES, A. 2016) e tivesse um caráter de uso e perfil coletivo excepcionais ao contexto, foi removida em 2011, para dar lugar ao empreendimento AQWA Corporate, projeto arquitetônico do ovacionado arquiteto Norman Foster que, inclusive, recebeu o Prêmio Pritzker de 1999.

Outra ocupação com uso particular para além de moradia e que cabe citar, é o caso de Benjamin Filho. Esta é exemplar para expor também a relação dos nomes das ocupações com a memória de resistência bem como a subversão da lógica de violência que antes se desenvolvia no imóvel, a ressignificação do espaço. Este é um caso de ocupação organizada horizontal, de iniciativa popular e autônoma composta majoritariamente por mulheres negras.

reforça a influência internacional.

125 Uso este que é comum a outras ocupações.

Trata-se de edifício onde funcionava o antigo “abrigo” municipal para crianças e adolescentes chamado “Centro de Recepção de Crianças e Adolescentes Taiguara”. Foi desativado em função de recorrentes denúncias de tortura e maus-tratos, com agressões e até choques elétricos, casos que foram, inclusive, alvo de Ação Civil Pública do Ministério Público do Rio de Janeiro¹²⁶.

Hoje, os projetos sociais que se desenvolvem naquele espaço e que priorizam ações orientadas à crianças e adolescentes, subvertem a lógica de violência atrelada àquele espaço. Cerca de 30 crianças participam de projetos sociais na ocupação, onde estudam e se alimentam diariamente sendo 2/3 destas, não-residentes¹²⁷. O nome da ocupação, ainda, guarda mais um fator de resistência, pautada na manutenção da memória do menino Benjamin, que foi alvo de dupla violência: 1) vítima de bala perdida durante operação policial no Complexo do Alemão e 2) descompromisso do Estado com a justa resolução do caso. Como apresenta seu pai, Fábio Antônio da Silva, de 38 anos, que trabalha como gesseiro¹²⁸:

— Meu filho morreu na sexta-feira e até agora ninguém falou nada. Ninguém me procurou. Nenhuma autoridade. Hoje meu filho vai ser enterrado e depois acabou. Fica para a história e a lembrança passa com o tempo. Vai virar mais um. Nenhum órgão público veio me procurar. É como se fosse um lixo. Meu filho só tinha 1 ano e 7 meses. Cadê a resposta?

Em resposta, numa perspectiva de justiça social, este espaço ocupado mantém viva a memória do menino Benjamin através do nome adotado pelo coletivo. Além disto a referida ocupação é um caso exemplar de radical subversão do uso do espaço, uma vez que lá, onde já foi palco de tortura à crianças e adolescentes, se desenvolvem projetos voltados à juventude. Embora os nomes dos coletivos das ocupações, de maneira geral, façam referência a personagens e fatos relevantes das histórias de resistência, este caso é um destaque uma vez que o nome interage também com o uso do espaço.

Encaminhando para as experiências de ATHIS, os casos para os quais foram observadas contribuição de profissionais de arquitetura e urbanismo foram: 1. Regente Feijó; 2. ALMOR; 3. Chiquinha Gonzaga; 4. Zumbi dos Palmares; 5. Quilombo das Guerreiras; 6. Manoel Congo; 7. Mariana Crioula.

126 Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/mp-pede-afastamento-de-acusados-de-agressao-em-abrigo-da-prefeitura-do-rio/> (Acesso em: 05/12/2021).

127 Disponível em: <http://reporterpopular.com.br/ocupacao-benjamin-filho-tem-despejo-adiado/> (Acesso em: 05/12/2021).

128 Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/familia-de-menino-de-1-ano-morto-no-alemao-ainda-nao-tem-dinheiro-para-enterro-rv1-1-22502027.html> (Acesso em: 05/12/2021).

5.2. Ocupações com participação de arquiteta/os e urbanistas

A seguir serão apresentadas as ocupações que foram selecionadas para estudo aprofundado. Serão situadas suas localizações para observação dos diferentes contextos específicos nos quais localizam no que se refere ao padrão de loteamento, malha urbana e legislação específica de proteção patrimonial. Os imóveis serão apresentados quanto a sua propriedade e situação fundiária atual e também serão expostas fotografias tomadas frente às ocupações durante a tarde de um dia útil, para exposição visual dos contextos de localização a nível da rua. Também, o exposto visa contribuir na compreensão do porte e aspecto dos espaços ocupados nos quais se sucederam as experiências sobre as quais se debruça o presente trabalho.

Serão mencionados as/os profissionais de arquitetura e urbanismo que atuaram em cada ocupação. No entanto, cabe destacar que, embora todas as experiências de ATHIS nas ocupações listadas tenham avançado até a realização do projeto arquitetônico, poucos foram os casos nos quais a reabilitação dos imóveis foi viabilizada. Isto ocorreu por variados motivos, desde o desalojo de ocupações, até a interrupção de contratos para liberação de recursos financeiros¹²⁹.

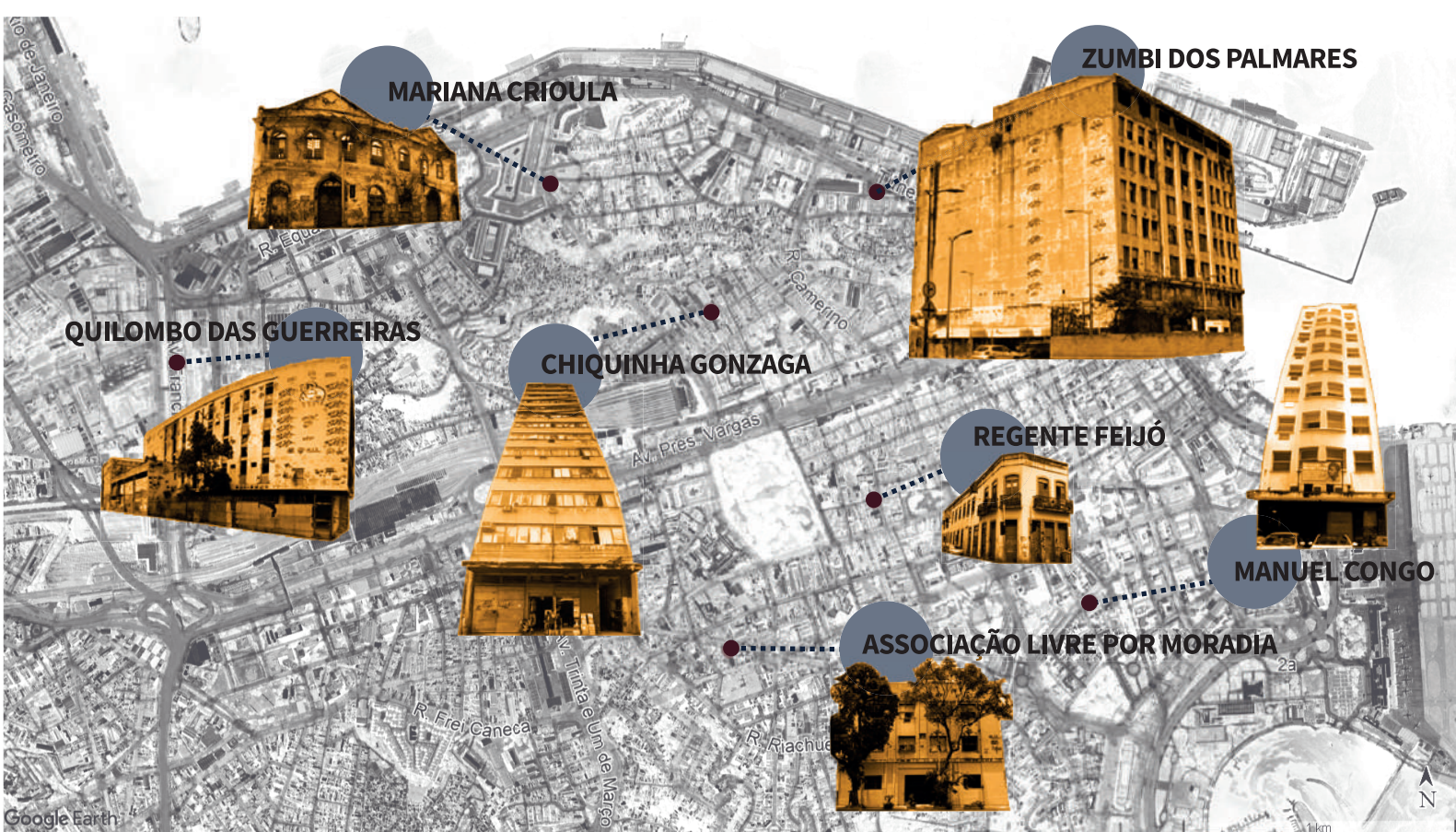


Figura 20: Mapa com as ocupações com casos de ATHIS no Centro do Rio de Janeiro. Montagem da autora sobre imagem do Google Street View.

129 Questões que serão apresentadas no tópico 5.3. Experiências de arquitetas/os e urbanistas com movimentos populares.

5.2.1. Associação Livre Por Moradia - ALMOR

Ocupado em 1997, localiza-se na Avenida Mem de Sá, nº 261, no bairro da Lapa, Área Central 1, em imóvel composto por 3 pavimentos, com características Art Déco e comporta 34 famílias. Foi inserida no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e a regularização fundiária, relativa à propriedade do imóvel e, possivelmente, cessão de uso para fins de moradia, carece de negociação com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro¹³⁰, situação que se arrasta a, pelo menos desde 2010, apesar de intervenções do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro¹³¹.

Esta ocupação tem o perfil organizado independente e, dada sua localização central e suas vias de ligação entre as Zonas Norte e Sul da cidade, historicamente, o bairro da Lapa, é alvo recorrente de reformas urbanas. Complementarmente, IRIAS, F. (2007) apresenta que, a partir da década de 1990, proliferam no bairro as ocupações populares, como a referida em epígrafe. Inclusive, no levantamento apresentado foram observadas mais 6 outras ocupações no bairro, dentre as quais, somente a ALMOR e a Edith Stein (filiada à FIST) resistem.



Figura 21: Mapa com destaque para a ocupação Associação Livre por Moradia e raio de 100m a partir da mesma. Montagem da autora sobre imagem do Google Street View.

Por meio de contrato firmado com o Governo Estadual e o Programa de Assessoria Técnica do FNHIS, foi realizado projeto arquitetônico para reabilitação do imóvel com fins de moradia pela equipe da Chiq da Silva¹³². O contato com os moradores se deu no âmbito da realização de projetos para outras ocupações em áreas centrais¹³³, por parte da equipe de ATHIS, atendendo a convite de conhecidos que atuavam junto à movimentos de luta por moradia.

130 TEIXEIRA, D., 2020.

131 <https://lutafob.wordpress.com/2016/04/07/uerj-e-unico-entreve-para-que-ocupacao-seja-regularizada/>

132 Associação fundada pela arquiteta Thais Meirelles (que concedeu entrevista para esta pesquisa) e Gilberto de Sousa Rocha Filho, formalizada em 2008. Disponível em: <<https://casadosdados.com.br/solucao/cnpj/associacao-chiq-da-silva-09382898000184>>. Acesso em: 15/12/2021>.

133 A saber: Chiquinha Gonzaga, Zumbi dos Palmares e Quilombo das Guerreiras.

Embora o aspecto, ao menos externo ao imóvel, apresente bom estado de conservação, as obras previstas em projeto não foram executadas. A edificação está contida na APAC Cruz Vermelha e é limítrofe à Bem Tombado Municipal (BTM), além de estar inserida em área de entorno de bens tombados em várias instâncias¹³⁴

134 Que pode ser observado no mapa da APAC Cruz Vermelha. Disponível em: < http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4354570/4166460/Mapa_APAC_CruzVermelha_A0_rev02.pdf>. Acesso em: <12/21/2021>.



Figura 22 - Fachada da ALMOR a partir da Avenida Mem de Sá.

Figura 23 - Visada para a esquerda, a partir do acesso à Ocupação.

Figura 24 - Visada para a "frente" (rua), a partir do acesso à Ocupação.

Figura 25 - Visada para a direita, a partir do acesso à Ocupação.



5.2.2. Regente Feijó

Ocupado em 2000 após reintegração de posse em outra ocupação, de imóvel localizado na Avenida Mem de Sá, o imóvel em epígrafe se situa na esquina da Rua da Constituição com a Rua Regente Feijó, nº 23 e 25, onde vivem 9 famílias. Trata-se de remembramento de 2 casarões do início do séc. XIX, composto por dois pavimentos e de propriedade do Governo do Estado. Os moradores conquistaram o Direito Real de Uso do Solo por 99 anos, renováveis por mais 99.

O referido logradouro se insere em meio à duas grandes praças públicas e em em área com concentração de atividades comerciais¹³⁵ e com edificações de grande valor histórico. Além de estar contido na Área 1 do Corredor Cultural da APAC - Saara, o imóvel em si é preservado pela referida APAC desde a década de 1980, além de estar em área de entorno de uma série de bens tombados em várias instâncias¹³⁶.



Figura 26: Mapa com destaque para a ocupação Regente Feijó e raio de 100m a partir da mesma. Montagem da autora sobre imagem do Google Street View.

Para viabilizar a negociação com os agentes públicos e agentes financeiros, foi criada a Associação Moradia Digna nas Áreas Centrais, com apoio das arquitetas Helena Galiza e Laís Coelho¹³⁷ que, juntas, compuseram o Rehab Centro com a finalidade específica de realizar a ATHIS com esta ocupação¹³⁸. O contato entre as arquitetas e os movimentos se deu a partir de uma exposição. Mapa necessário de apoio à ocupação para a reabilitação do imóvel por parte das moradoras, durante Conselho das Cidades. Em 2003, então, inicia-se uma relação de apoio, de caráter voluntário, que durou 10 anos.

135 Portanto, inserido em ambiente com farta disponibilidade de empregos.

136 Como pode ser observado no mapa da APAC Corredor Cultural. Disponível em: < http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4354360/4166506/Mapa_APAC_Corredor_Cultural_Area1_A1_rev01.pdf>. Acesso em: <21/12/2021>.

137 Ambas contribuíram com entrevistas para este trabalho.

138 Embora o Rehab Centro, em si, jamais tenha sido efetivamente formalizado.



Figura 27 - Fachada do imóvel a partir da Rua da Constituição.

Figura 28 - Visada para a esquerda, a partir do imóvel, tomada na esquina entre as ruas Regente Feijó e Constituição.

Figura 29 - Visada para a "frente" (rua), a partir do imóvel, tomada na esquina entre as ruas Regente Feijó e Constituição.

Figura 30 - Visada para a direita, a partir do imóvel, tomada na esquina entre as ruas Regente Feijó e Constituição.



A experiência de ATHIS com esta ocupação, de perfil organizado independente, trata-se de um caso atípico por alguns motivos, como os seguintes:

1. Na contramão de todas as outras experiências estudadas¹³⁹, as arquitetas responsáveis pela ATHIS tinham vasta experiência profissional e à época, atuavam à quase 3 décadas no setor público, dedicadas, especificamente, ao financiamento de Habitações de Interesse Social¹⁴⁰;

2. As arquitetas responsáveis pela ATHIS atuaram como coordenadoras do processo de projeto e, de maneira excepcional no cenário estudado, não foram responsáveis pela realização do projeto arquitetônico;

3. Foi a primeira experiência de sucesso no contexto estudado, no que se refere à garantia da segurança de posse aos moradores, bem como à efetiva reabilitação do imóvel ocupado, apesar de haver, comparativamente, pouca quantidade de menções sobre ela no referencial bibliográfico¹⁴¹;

4. O financiamento da intervenção foi oriundo de uma série de arranjos políticos, com necessidade de pleitear atendimento à demanda até ao Palácio do Planalto e não se enquadrava em alguma política pública específica.

Algumas fontes apresentam a equipe técnica como Rehab - Centro, no entanto o nome adotado foi uma maneira de se referir a tal atuação de maneira mais impessoal e não havia formalização em CNPJ¹⁴². Helena Galiza apresenta:

Eu e Laís assim: “nós somos o quê Laís, nós duas? o que que nós somos nessa história toda? Sei lá, vamos botar um nome? Vamos? Rehab Centro, Pronto! Nós somos isso!”. É isso! Ao invés de dizer Helena e Laís, “ah, tem o Rehab Centro”.

Cabe mencionar tais particularidades de antemão, no entanto, estas serão melhor apresentadas e analisadas em capítulo seguintes.

139 Nas quais as/os profissionais envolvidos na equipe de ATHIS eram recém-formadas/os.

140 No Banco Nacional de Habitação e na Caixa Econômica Federal.

141 Inclusive, foram observadas menções à Ocupação Manoel Congo em bibliografia como a primeira experiência de ATHIS com objetivo plenamente alcançado. Cabe destacar que, somada a quantidade insipiente de menções à Regente Feijó, o equívoco pode se dar uma vez que a Manoel Congo é a experiência para a qual foi observada maior quantidade de informações disponíveis em referencial bibliográfico

142 A associação de moradores, por sua vez, foi formalizada em CNPJ.

5.2.3. Chiquinha Gonzaga

Ocupado em 2004, localiza-se a cerca de 5 minutos de caminhada da Central do Brasil, na Rua Barão de São Félix, nº 101, Área Central 1, em imóvel composto por 13 pavimentos, antigo hotel¹⁴³ (GRANDI, M., 2012) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e abriga cerca de 100 famílias. Está contido em área da APAC - Sagas e, em área de entorno de uma série de bens tombados em variadas instâncias¹⁴⁴.

Frequentemente esta ocupação é referenciada como a primeira da sucessão de ocupações realizadas na área central durante a sucessão dos anos 2000. Este desencontro de informações pode se propagar uma vez que esta narrativa ganha potência a considerar que, na localização imediatamente próxima a este logradouro, sucedeu-se um fato histórico de extrema relevância na luta pelo direito à moradia frente às transformações urbanas: a remoção do cortiço conhecido como “Cabeça de Porco” durante a gestão do Prefeito Barata Ribeiro (1843-1910).

De fato, esta localização, materializa diversas camadas históricas da luta por moradia no país e um dos fatores constantes em todas elas é a ação da classe trabalhadora para garantir moradia em área central. O imóvel foi cedido ao ITERJ e a segurança de posse dos moradores foi conquistada através da Concessão do Direito Real de Uso do Solo por 99 anos renováveis por mais 99.



Figura 31: Mapa com destaque para a ocupação Chiquinha Gonzaga e raio de 100m a partir da mesma. Montagem da autora sobre imagem do Google Street View.

Similar à experiência que se sucedeu na ALMOR, a ocupação teve projeto arquitetônico para a reabilitação do imóvel com fins de moradia também realizado pelo Chiq da Silva, com

143 O que, preliminarmente, indica a facilidade em converter o espaço para uso residencial popular.

144 Como pode ser observado no mapa da APAC - SAGAS. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4354515/4166546/Mapa_APAC_Sagas_1_A0_rev02.pdf>. Acesso em: <21/12/2021>.

a mesma origem de contato entre equipe e coletivo residente. As obras previstas também não foram realizadas. Este é caso de ocupação organizada independente, que se insere numa “rede de solidariedade”¹⁴⁵ (GRANDI, 2010 apud CHEQUETTI, A. C., 2019) como apresentado no tópico anterior, quando da apresentação dos diferentes perfis adotados.



Figura 32 - Fachada da Chiquinha Gonzaga, panorâmica a partir da Rua Barão de São Félix.

Figura 33 - Visada para a esquerda, a partir do acesso à Chiquinha Gonzaga.

Figura 34 - Visada para a “frente” (rua), a partir do acesso à Chiquinha Gonzaga.

Figura 35 - Visada para a direita, a partir do acesso à Chiquinha Gonzaga.



145 Junto a Zumbi dos Palmares e Quilombo das Guerreiras.

5.2.4. Zumbi dos Palmares

A ocupação realizada pelo coletivo que dá nome ao espaço, foi realizada em 2005¹⁴⁶, por 133 famílias, e durou até a reintegração de posse em 2011, sendo a maior de todas as ocupações neste levantamento. O imóvel é composto por 8 pavimentos, trata-se da antiga sede do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETEC) e que ainda é de propriedade do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Localiza-se no bairro da Saúde, na Avenida Venezuela, nº 53, na Zona de Uso Misto 1, em trecho da cidade substancialmente transformado na Operação Urbana Consorciada do Porto do Rio, especificamente inserido em grande vazio urbano, no qual funcionam uma série de estacionamentos. Situa-se limítrofe à delimitação da APAC SAGAS - Santo Cristo, Gamboa e Saúde, em área de entorno de bens tombados em várias instâncias¹⁴⁷.



Figura 36: Mapa com destaque para a ocupação Zumbi dos Palmares e raio de 100m a partir da mesma. Montagem da autora sobre imagem do Google Street View.

Há projeto arquitetônico realizado pela Chiq da Silva¹⁴⁸, no entanto as obras jamais foram executadas e o coletivo que participou do desenvolvimento do projeto não reside mais no imóvel. É importante mencionar que, embora se trate de uma ocupação organizada independente, a escala da mesma, com grande número de famílias é fator que demanda muito esforço da equipe de assessoria em alinhar a demanda de tantas pessoas, de modo que a organização interna prévia torna-se essencial para garantir a viabilidade do projeto arquitetônico.

146 Cabe salientar que este imóvel é emblemático no que tange às reocupações de modo que as ocupações subsequentes, realizadas por coletivos distintos, são referenciadas neste trabalho como “Zumbi dos Palmares 2” e “Zumbi dos Palmares 3”.

147 Como pode ser observado no mapa da APAC - SAGAS. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4354515/4166547/Mapa_APAC_Sagas_2_A0_rev02.pdf>. Acesso em: <21/12/2021>.

148 Algumas imagens do projeto e informações sobre Workshop realizado na ocupação podem ser consultadas no link a seguir. Disponível em: <http://www.ignezferraz.com.br/mainportfolio4.asp?pagina=Artigos&cod_item=1855>. Acesso em: <15/12/2021>.



37

Figura 37 - Fachada da “Zumbi dos Palmares”, recorte e colagem a partir da Avenida Venezuela.

Figura 38 - Visada para a esquerda, a partir do acesso ao imóvel na Avenida Venezuela.

Figura 39 - Visada para a “frente” (rua), a partir do acesso ao imóvel na Avenida Venezuela (excepcionalmente, esta imagem foi extraída com a ferramenta Google Street View).

Figura 40 - Visada para a direita, a partir do acesso ao imóvel na Avenida Venezuela.



38



39



40



Figura 41 - Fachada da "Zumbi dos Palmares", recorte e colagem a partir da Rua Coelho e Castro.

Figura 42 - Visada para a esquerda, a partir da Rua Coelho e Castro.

Figura 43 - Visada para a "frente" (rua), a partir da Rua Coelho e Castro.

Figura 44 - Visada para a direita, a partir da Rua Coelho e Castro.





45



46



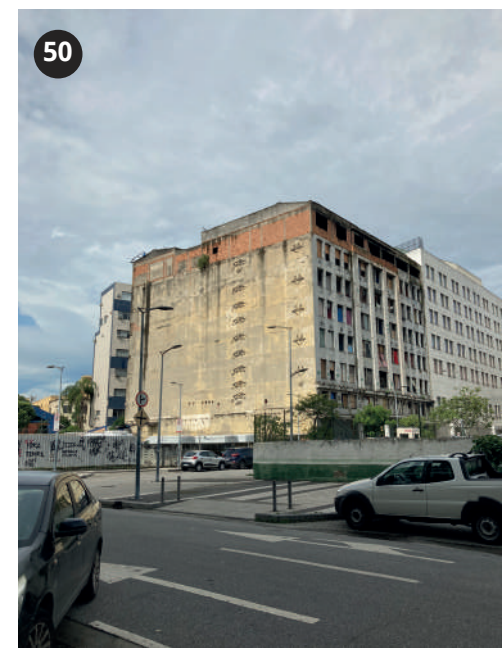
47



48



49



50

Figura 45 - Crianças brincando frente ao acesso da "Zumbi dos Palmares".

Figura 46 - Vestígios da ocupação em, praticamente, todas as janelas. Nesta imagem, destacam-se as roupas secando sobre um colchão e cortina "blackout" na janela.

Figura 47 - Destaque para a antena de televisão fechada, bem como para a televisão fixada à parede, que sugere ligeira diferença entre o poder de consumo dos residentes.

Figura 48 - Zoom para a antiga biblioteca Zé Ketti, com destaque para grande quantidade de aparente resíduo acumulada e sobreposta ao fundo.

Figura 49 - Policiais armados revistando morador que estava na portaria, antes de acessarem o imóvel, sem apresentarem nenhum documento que poderia, supostamente, ser um mandato de busca e apreensão que permitiria o acesso ao espaço.

Figura 50 - Imagem da ocupação a partir da Rua Argemiro Bulcão, percebe-se que a edificação de grande porte é proeminente na paisagem composta por grandes vazios.

5.2.5. Quilombo das Guerreiras

Situada na Avenida Francisco Bicalho, nº 49, o imóvel que abrigou as 50 famílias do coletivo Quilombo das Guerreiras foi ocupado em 2006¹⁴⁹ e resistiu até a reintegração de posse ocorrida em 2014 e, desde então, está ocioso novamente¹⁵⁰. Em função do grande período novamente ocioso, o imóvel apresenta avanço em seu quadro de degradação. O imóvel é composto por 5 pavimentos, disposto em volumes interseccionados, com grande área externa e uma série de galpões arruinados adjacentes. Trata-se da antiga sede e propriedade da Companhia Docas do Rio de Janeiro, contido em Zona de Uso Misto.

Localizada a menos de cinco minutos de caminhada da Rodoviária Novo-Rio, esta ocupação situa-se em ponto da cidade com facilitado deslocamento para todas as partes da Região Metropolitana. Tal localização, bem como a grande quantidade de área não edificada perimetral ao volume edificado, favorecem este sítio como de especial interesse social, a despeito do complexo de Trump Towers previsto para ali¹⁵¹. Tem projeto arquitetônico realizado pela Chiq da Silva, porém também não ocorreram as obras.



Figura 51: Mapa com destaque para a ocupação Quilombo das Guerreiras e raio de 100m a partir da mesma. Montagem da autora sobre imagem do Google Street View.

149 Após a tentativa de ocupação do imóvel onde hoje se estabelece a Manoel Congo, realizada também em 2006, um ano antes da ocupação pelo MNLM-Rio.

150 Imagens do interior do edifício em 2020, realizadas pela autora do presente trabalho, são apresentadas no filme *A Bolsa ou A Vida*, dirigido pelo cineasta Silvio Tendler. É possível notar que, desde 2014, não há providências para a manutenção do espaço e contenção das patologias construtivas. Além disso, uma série de pertences como fotografias e documentos deixados para trás pelos moradores, evidenciam como a remoção se deu às pressas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=N2ERnOk57Z4&ab_channel=CALIBANInemaeconte%C3%BAdo> Acesso em: <15/12/2021>.

151 É que motivou a autorização da Presidenta Dilma Rousseff (PT) para a desapropriação de uma série de imóveis na Região do Porto do Rio. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-autorizada-desapropriar-14-imoveis-na-regiao-portuaria-9911303>>. Acesso em: <15/12/2021>.



Figura 52 - Fachada principal do imóvel, a partir da Avenida Francisco Bicalho.

Figura 53 - Visada para a esquerda, a partir do acesso ao imóvel na Avenida Francisco Bicalho.

Figura 54 - Visada para a "frente" (rua), a partir do acesso ao imóvel na Avenida Francisco Bicalho.

Figura 55 - Visada para a direita, a partir do acesso ao imóvel na Avenida Francisco Bicalho.



53



54



55

5.2.6. Manoel Congo

Situada em imóvel composto por 10 pavimentos, limítrofe à Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro (CMRJ), antiga sede do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Comporta, desde 2007, 42 famílias dispostas nos apartamentos, bem como grande área voltada ao uso coletivo, sejam elas para assembléias ou geração de renda¹⁵². A Ocupação é situada na Área Central 2 da cidade, contida no Corredor Cultural - Área 3 - Lapa e Cinelândia, vizinho à BTE, em área de entorno de grande quantidade de bens tombados em variadas instâncias com, inclusive, sobreposição de instrumentos de proteção patrimonial¹⁵³. Tem acesso por dois logradouros: Rua Alcindo Guanabara, nº 20 e Rua Evaristo da Veiga, nº 17 - Centro.

Trata-se do segundo caso de sucesso, dentre os estudados, uma vez que foi viabilizada a reabilitação do imóvel e as famílias residentes conquistaram a segurança de posse. Sua localização evidencia o caráter de denúncia sobre a questão da moradia que as “simples” existências das ocupações em zonas centrais manifestam na cidade formal.¹⁵⁴ O imóvel foi comprado pelo Governo do Estado e é propriedade do ITERJ. As famílias, por sua vez, conquistaram a Concessão do Direito Real de Uso do Solo por 99 anos renováveis por mais 99. O perfil da ocupação é organizado e coordenado pelo MNLM-Rio.

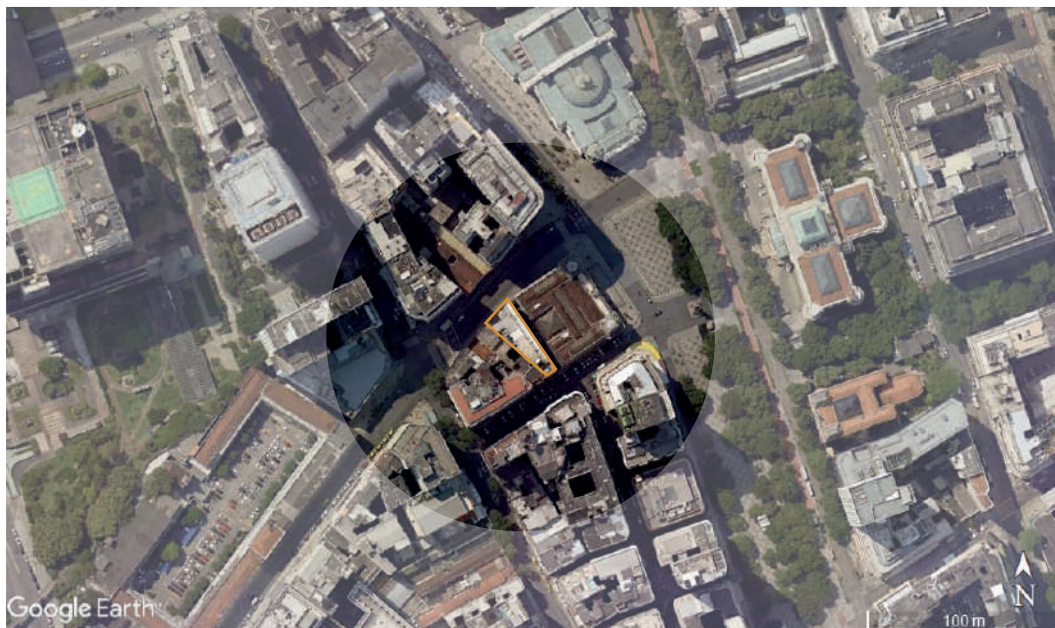


Figura 61: Mapa com destaque para a ocupação Manoel Congo e raio de 100m a partir da mesma. Montagem da autora sobre imagem do Google Street View.

152 Grande volume de esquemas e desenhos técnicos, bem como entrevistas com Coordenadoras do MNLM-Rio podem ser consultadas em RIVERA, P. et al. (2016). Disponível em: <https://architecture-appropriation.hetnieuweinstituut.nl/sites/default/files/studiox-tabloide_0.pdf> Acesso em: <15/12/2021>.

153 Como pode ser notado na APAC Corredor Cultural. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4354360/4166508/Mapa_APAC_Corredor_Cultural_Area3_A1_rev01.pdf>. Acesso em: <21/12/2021>.

154 Cabe mencionar, novamente, que antes da ocupação deste imóvel pelo MNLM-Rio, o movimento ocupou outro imóvel em raio de 100m, bem como o imóvel da Manoel Congo em si, havia sido ocupado pelo coletivo Quilombo das Guerreiras.

O estudo de viabilidade do “empreendimento”¹⁵⁵ de interesse social teve início no âmbito da realização do Trabalho Final de Graduação de Ticianne Ribeiro na Universidade Federal Fluminense¹⁵⁶. A Ocupação foi contemplada com recursos do FNHIS, porém sofreu pressão política para migrar para o MCMV-Entidades, quando teve a liberação de recursos aprovada¹⁵⁷, o que viabilizou a realização do projeto arquitetônico que, por sua vez, também foi realizado pela referida Arquiteta e Urbanista, com apoio do Núcleo de Assessoria, Assistência e Planejamento (NAPP), que cedeu estrutura administrativa e estagiário. A realização das obras teve acompanhamento técnico de Augusto César Chave¹⁵⁸s, bem como da cooperativa de obras do próprio MNLM-Rio.



Figura 62 - Fachada da Manoel Congo, a partir da Rua Alcindo Guanabara. Observa-se que a fachada da Ocupação quase se confunde com a fachada da CMRJ.

Figura 63 - Visada para a esquerda, a partir do acesso na Rua Alcindo Guanabara. Ao fundo, após a Cinelândia, nota-se, em amarelo, a Biblioteca Nacional.

Figura 64 - Visada para a “frente” (rua), a partir do acesso na Rua Alcindo Guanabara. Vista para Edifício Vaz.

Figura 65 - Visada para a direita, a partir do acesso na Rua Alcindo Guanabara. Destaque que a série de carros estacionados à frente da ocupação estão em vagas de uso privativo da Câmara Municipal.



155 Termo apresentado entre aspas uma vez que o contexto de uso é antagônico, quiçá subversivo, ao qual o termo é amplamente empregado: pelos agentes imobiliários para apresentar o aumento do estoque de unidades disponíveis no mercado.

156 A aproximação das/os profissionais que participaram das experiências de ATHIS estudadas será mais descrita em sequência, no trecho do trabalho voltado à análise das relações com os movimentos populares.

157 Liberação de R\$3.149.685,00 para a Associação de Apoio A Moradia em 15/08/2014, para a Requalificação em Imóvel Urbano. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Selecao_propostas_28122015.pdf>. Acesso em: <15/12/2021>.

158 ITERJ cadastra moradores da Comunidade Ocupação Manuel Congo. Disponível em: http://www.iterj.rj.gov.br/iterj_site/noticias/iterj-cadastra-moradores-da-comunidade-ocupacao-manuel-congo-165> Acesso em: <15/12/2021>.

5.2.7. Mariana Crioula

Situada na Zona Residencial 5 da cidade, em imóvel preservado pela APAC, contida na área da SAGAS - Santo Cristo, Gamboa e Saúde em área de entorno de bens tombados em várias instâncias¹⁵⁹. A ocupação realizada em 2008 prevê o abrigo de 60 famílias e se estabelece em ruína de bem histórico, com fachada e estrutura interior em pórticos e área com caráter de galpão, com predominância de áreas livres de construção. Tem acesso por dois logradouros: Rua Pedro Ernesto, nº 125 e Rua da Gamboa, nº 120 - Gamboa.

Apesar de localizada na Zona Residencial, o entorno é composto por uma série de edificações comerciais e galpões que geram grandes extensões muradas de uso não residencial - da Cidade do Samba à empreendimentos de self-storage¹⁶⁰. Paralelamente, à leste há maior densidade habitacional e predominância de lotes estreitos e curtos, padrão que difere substancialmente da parcela à oeste.



Figura 66: Mapa com destaque para a ocupação Mariana Crioula e raio de 100m a partir da mesma. Montagem da autora sobre imagem do Google Street View.

É uma ocupação de perfil organizado, coordenada pelo MNLM-Rio e é importante mencionar que o movimento tem um núcleo interno de assessoria técnica, o qual um dos arquitetos responsáveis pelo projeto arquitetônico integra. O arquiteto em questão é Lucas Faulhaber¹⁶¹ que realizou o projeto arquitetônico com Núbia França e Bruno Caio¹⁶². Além da contribuição dos mesmos, houve contribuição do NAPP no âmbito do estudo de viabilidade. Cabe mencionar que o movimento prevê que esta ocupação seja também a sede do MNLM-Rio.

159 Que pode ser notado no mapa da APAC SAGAS. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4354515/4166546/Mapa_APAC_Sagas_1_A0_rev02.pdf> Acesso em: <21/12/2021>.

160 Empreendimentos que alugam espaços de armazenamento em edifícios, frequentemente, compostos por empenas cegas.

161 Que concedeu entrevista para esta pesquisa.

162 Vídeo "Projeto Ocupação Mariana Crioula - MNLM". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pGtyMQ22g_0&t=140s&ab_channel=LucasFaulhaber>. Acesso em: <15/12/2021>.

É o segundo caso, dentre os estudados, para o qual foi aprovada verba via MCMV-Entidades quase um ano antes da liberação para a Manuel Congo¹⁶³. No entanto, o MNLM ainda luta para garantir o acesso à essa verba e realiza, desde 2020 uma campanha de Crowdfunding¹⁶⁴ intitulada “Mariana Crioula Por Nossas Mãos”¹⁶⁵, bem como o “Faz um #MORADIPIX”¹⁶⁶, desde 2021.

Diante do caso, cabe ponderar, preliminarmente, sobre o alcance do aporte financeiro possível via financiamento solidário e o aporte previsto em orçamento aprovado em 2013 e considerar, inclusive os ajustes de preços por influência do Índice Nacional do Custo da Construção.



Figura 67: Panfleto virtual de divulgação da campanha promovida pelo MNLM-Rio, recebida via aplicativo de mensagens instantâneas e reproduzido nas redes sociais do movimento.

163 Aprovada a liberação de R\$4.499.550,00 para a Associação de Apoio A Moradia em 16/09/2013. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Selecao_propostas_28122015.pdf>. Acesso em: <15/12/2021>.

164 Financiamento coletivo solidário.

165 MNLM-RJ lança Campanha Mariana Crioula por nossas mãos. Disponível em: <<http://mnlmrj.blogspot.com/2020/10/mnlm-rj-lanca-campanha-mariana-crioula.html>>. Acesso em: <15/12/2021>.

166 Que visa também atender outra ocupação do MNLM, na periferia. Disponível em: <<https://www.facebook.com/MNLM.RJ/posts/4768752723136348>>. Acesso em: <15/12/2021>.



68

Figura 68 - Fachada da Mariana Crioula, a partir da Rua da Gamboa.

Figura 69 - Visada para a esquerda, a partir do acesso na Rua da Gamboa.

Figura 70 - Visada para a "frente" (rua), a partir do acesso na Rua da Gamboa. Nota-se mais um edifício ocioso.

Figura 71 - Visada para a direita, a partir do acesso na Rua da Gamboa. Ao fundo com a cor amarela, acesso ao teleférico para o Morro da Providência (que estava desativado).



69



70



71



72

Figura 72 - Fachada da Mariana Crioula, a partir da Rua Pedro Ernesto.

Figura 73 - Visada para a esquerda, a partir do acesso na Rua Pedro Ernesto. Ao fundo, Cidade do Samba.

Figura 74 - Visada para a "frente" (rua), a partir do acesso na Rua Pedro Ernesto. Ao fundo, AQWA Corporate, empreendimento que se sobrepôs a ocupações removidas.

Figura 75 - Visada para a direita, a partir do acesso na Rua Pedro Ernesto. Ao fundo, empreendimento de self-storage.



73



74



75



76



77



78



79



80

Figura 76 - Banner com informações da ocupação, instalado na fachada da Rua Pedro Ernesto.

Figura 77 - Fachada da Rua da Gamboa.

Figura 78 - Placa instalada na fachada face à Rua da Gamboa.

Figura 79 - Ao fundo, pode-se notar outro imóvel de porte considerável também ocupado.

Figura 80 - Com a aproximação à ocupação, pode-se notar que o espaço é consideravelmente desorganizado, ao menos, a nível térreo. O espaço também aparentou ser hostil à visita, motivo pelo qual não foi verificado seu interior.

A tabela abaixo apresenta uma síntese das informações apresentadas acima sobre as ocupações com casos de ATHIS. Destas ocupações, duas sofreram remoções. De imediato, cabe destacar a repetição de algumas equipes técnicas (NAPP e Chiq da Silva). Todas as ocupações destacadas, com exceção da Quilombo das Guerreiras, ocorreram em imóveis públicos. Não foram identificados casos de ATHIS com ocupações desorganizadas.

O número de famílias das ocupações é bem variado, entre 9 e 133. Embora a ALMOR seja a primeira ocupação a ser identificada, a Regente Feijó é a primeira ocupação com contribuição de profissionais de arquitetura e urbanismo, a mais recente é a Mariana Crioula. 3 das 7 ocupações são em imóveis com 8 ou mais pavimentos, outras 3 são em imóveis com número de pavimentos entre 5 e 2. Uma das ocupações, excepcionalmente, é composta, predominantemente, por áreas livres.

Tabela 1 - Síntese de informações sobre as ocupações apresentadas

Ocupação	Nº de Famílias	Perfil	Ano de ocupação	Ano de Remoção	Características do imóvel	Equipe de ATHIS	Anos de atuação das equipes de ATHIS
Associação Livre Por Moradia	34	Organizada independente	1997	Resiste	Imóvel composto por 3 pavimentos, com características Art Déco.	Chiq da Silva	2008 a 2011 (aproximadamente)
Regente Feijó	9	Organizada independente	2000	Resiste	Remembramento de 2 casarões do início do séc. XIX, composto por dois pavimentos, propriedade do Governo do Estado	Rehab Centro (gestão do processo de projeto)	2003 a 2013
Chiquinha Gonzaga	100	Organizada independente	2004	Resiste	Imóvel composto por 13 pavimentos, antigo prédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	Chiq da Silva	2006 a não informado.
Zumbi dos Palmares	133	Organizada independente	2005	2011	Imóvel composto por 8 pavimentos, antiga sede do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETEC)	Chiq da Silva	Não informado.
Quilombo das Guerreiras	50	Organizada independente	2006	2014	Imóvel composto por 5 pavimentos, disposto em volumes interseccionados, com grande área externa e uma série de galpões arruinados adjacentes. Antiga sede e propriedade da Companhia Docas do Rio de Janeiro.	Chiq da Silva	Não informado.
Manuel Congo	42	Organizada e coordenada	2007	Resiste	Imóvel composto por 10 pavimentos, limítrofe à Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, antiga sede do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).	Ticianne Ribeiro (estudo de viabilidade e projeto arquitetônico), com apoio de estagiário e estrutura do NAPP; Augusto César Chaves (execução das obras)	2007 a 2014
Mariana Crioula	60	Organizada e coordenada	2008	Resiste	Ruína de bem histórico, com fachada e estrutura interior em pórticos, área com caráter de galpão com acesso por dois logradouros e predominância de área livre de construções.	NAPP (estudo de viabilidade); Lucas Faulhaber, Núbia França e Bruno Caio (projeto arquitetônico)	Anterior a 2012 até 2015

5.3. Experiências de arquitetas/os e urbanistas com movimentos populares

Foram realizadas 5 (cinco) entrevistas com profissionais de arquitetura e urbanismo. Destarte, cabe mencionar que, considerando a disponibilidade de tempo das pessoas convidadas a contribuir com o presente trabalho, embora seguindo o mesmo roteiro de questões a serem abordadas, o tempo de duração das entrevistas foi diferente. Mesmo que as pessoas entrevistadas tenham se disponibilizado a sanar eventuais dúvidas após as entrevistas, este fator influencia na quantidade de informações e dados disponibilizados, de maneira geral.

Por exemplo: Para as Ocupações ALMOR, Chiquinha Gonzaga, Zumbi dos Palmares e Quilombo das Guerreiras foi realizado, aproximadamente, 30 minutos de entrevista com Thais Meirelles¹⁶⁷, do Chiq da Silva. Enquanto para a experiência da Regente Feijó, as arquitetas Helena Galiza¹⁶⁸ e Laís Coelho concederam, aproximadamente, 5 horas de entrevistas (somando a de ambas). Não obstante, tal fator não comprometeu as análises.

Para atendimento do objetivo proposto, as entrevistas foram complementares, uma vez que os assuntos previstos no roteiro foram abordadas em todas elas e é variada a trajetória e relação profissional das/os agentes envolvidos nas experiências. Também, são diferentes os momentos político-econômicos nos quais estas se sucederam. Suplementarmente, deve-se mencionar que a participação no curso de extensão do NEPHU-UFF¹⁶⁹, encaminharam relevantes ponderações sobre caminhos potenciais, que serão abordadas no capítulo referente.

A seguir, será apresentada uma sucinta contextualização das pessoas entrevistadas, bem de como se deu a aproximação com os movimentos populares por elas apoiados e, em sequência, apresentadas a relação com outros agentes envolvidos nas experiências. Continuamente, serão abordados aspectos referentes à integração dos moradores no processo de projeto. Então, serão discutidos os principais aspectos que caracterizam os desafios encontrados para viabilizar a intervenção, e os caminhos potenciais para futuras intervenções.

167 Em ambiente no qual também estava Carolina Rezende, sua sócia e que também integrou o Chiq da Silva.

168 Que, inclusive, foi a única entrevista realizada presencialmente. De antemão, devo registrar todo meu agradecimento em ser recepcionada de maneira tão acolhedora. Esta oportunidade proporcionou um aprendizado imensurável e, para além da entrevista concedida, motivou-me a continuar a pesquisa para além do âmbito deste Trabalho Final de Graduação.

169 ATHIS: Um balanço necessário.

5.3.1. Profissionais de Arquitetura e Urbanismo entrevistadas/o

Helena Galiza dedicou-se por mais de três décadas da vida à habitação de interesse social, na área de financiamento e empréstimos. Entrou no BNH com 22 anos e, após a extinção do Banco¹⁷⁰, foi cedida ao IPHAN, quando se dedicou por três anos, mais especificamente, à reabilitação de centros históricos. Foi incorporada pela Caixa Econômica Federal, também dedicada a financiamento de programas habitacionais, onde trabalhou até sua aposentadoria. Foi Coordenadora Técnica da Cooperação firmada entre a CEF e o Governo Francês para a recuperação de imóveis em centros históricos, quando pesquisou tal questão em diversas cidades no Brasil e exterior. Teve relevante participação na elaboração do Manual de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais¹⁷¹ e, no âmbito de seu trabalho na CEF, no fomento ao programa Novas Alternativas¹⁷², empreendido pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

Laís Coelho trabalhou com habitação social por toda a vida profissional, dedicada por mais de três décadas ao assunto, primeiro no BNH e, em sequência, na CEF onde sempre atuou em cargos de chefia, de análise de projetos de HIS à divisão de HIS. Trabalhou como consultora para o Governo Francês, no âmbito da referida cooperação com a CEF para reabilitação de centros históricos¹⁷³. Também trabalhou na Secretaria de Habitação do Município do Rio de Janeiro, prestando consultoria no campo de HIS.



Figura 81 - À esquerda, a musicista da ocupação, Tainá, praticando sua arte. Imagem por D. Joels, 2005, GALIZA, H. 2009, p. 208.

Figura 82 - Abaixo: "Que os céus protejam o projeto!". GALIZA, H. 2009, p. 213.



170 Inclusive, enquanto trabalhava no BNH, pouco antes da extinção deste, a arquiteta realizou a minuta de um programa de "revitalização de sítios históricos". Esta minuta pode ser conferida nos anexos da dissertação de Helena Galiza, realizada em 2009 e intitulada "POLÍTICA URBANA FEDERAL DE REABILITAÇÃO DE CENTROS ANTIGOS DEBATES E DIRETRIZES SOBRE HABITAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL".

171 Download disponível em: < <https://www.capacidades.gov.br/biblioteca/detalhar/id/257/titulo/manual-de-reabilitacao-de-areas-urbanas-centrais>>. Acesso em: <15/12/2021>.

172 Site oficial do Programa Novas Alternativas. Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/habitacao/novas_alt.htm>. Acesso em: <15/12/2021>.

173 Folder do programa disponível em GALIZA, H., 2009, p. 175.

A aproximação com a Ocupação Regente Feijó se deu a partir de Helena Galiza, quando conheceu uma das antigas moradoras da ocupação durante uma Conferência das Cidades realizada no Rio de Janeiro que expunha a situação dos moradores e do imóvel. Em sequência, Helena quis saber mais informações, se apresentou pra referida moradora e disse: “Olha, eu sou da Caixa, não tem nada a ver com a Caixa o que estou fazendo aqui, é como cidadã e eu estou curiosa com o seu trabalho. Como é? Posso ir lá ver e conhecer?”.

Com a resposta positiva, convidou sua companheira de trajetória profissional¹⁷⁴ Laís Coelho e ambas partiram para a visita. Chegando lá, Helena apresenta que ao chegar no meio “daquela degradação”, escutou um violino, no pavimento superior, uma das residentes, a musicista chamada Tainá ensaiava sua arte, o que enfeitiçou a arquiteta.

Isso foi em 2003, então me enfeitiçou e durante 10 anos eu fiquei ligada a esse projeto. Altos e baixos. Teve sofrimento, teve coisas boas. Teve principalmente um grande aprendizado para mim e alegria de ver que as famílias estão lá, né, morando com dignidade. (Helena Galiza)

Thais Meirelles é uma das fundadoras do Chiq da Silva, com quem trabalhou junto a Carolina Rezende, sua atual sócia e, ao menos na Ocupação Chiquinha Gonzaga, Daniel Wagner e Mauricio Duarte¹⁷⁵. A entrevistada apresentou que a maior motivação para a criação do escritório era a gana das profissionais recém-formadas em trabalhar com arquitetura, embora a atuação social fosse também um interesse. É relevante destacar que a arquiteta e urbanista apresentou que, durante sua formação também na UFRJ, o ensino de HIS foi insipiente ao longo do curso. [



Figura 83: Workshop Chiq da Silva na ocupação Chiquinha Gonzaga. Disponível em: <http://www.ignezferraz.com.br/mainportfolio4.asp?pagina=Artigos&cod_item=1855>. Acesso em: <15/12/2021>.

174 Relação que teve início na graduação.

175 Durante a entrevista, quando indagada sobre a dificuldade em achar material disponível para pesquisa sobre o Chiq da Silva, foi informado que, um dos motivos, é que o site que mantinham está fora do ar. No entanto, é possível consultar alguns aspectos da atuação junto à Ocupação Chiquinha Gonzaga no link a seguir. Disponível em: <http://www.ignezferraz.com.br/mainportfolio4.asp?pagina=Artigos&cod_item=1855>. Acesso em: <15/12/2021>.

A aproximação com as Ocupações se deu por mediação de uma amiga jornalista que as contactou, apresentando a demanda por arquitetos em uma ocupação com as quais, por fim, o Chiq da Silva atuou. Fizeram projeto para uma ocupação e a partir daí atenderam também a demanda de outras. Atuaram, portanto, junto a 4 ocupações. Com exceção da **Associação Livre por Moradia**¹⁷⁶, as demais fazem parte da referida “rede de solidariedade” (GRANDI, 2010 apud CHEQUETTI, A. C., 2019) e se localizam dentro do perímetro de uma grande área de obsolescência do Centro da cidade do Rio de Janeiro, circundante ao Morro da Providência (GRANDI, M. e TEIXEIRA, E., 2010) e são: **Chiquinha Gonzaga, Zumbi dos Palmares e Quilombo das Guerreiras**.

Ticianne Ribeiro começou a se aproximar pelo tema de Ocupações ainda durante a graduação, quando integrou o escritório modelo da UFF, o EMPAZ¹⁷⁷. O escritório, por sua vez, já tinha uma atuação social, “afinal de contas era o escritório modelo”¹⁷⁸, como apresenta. Um dos trabalhos realizados pelo EMAU, da qual Ticianne Ribeiro participou, foi a produção audiovisual chamada RELUTA¹⁷⁹, que registrou a ocasião de uma remoção de imóvel ocioso ocupado em Niterói. No entanto, foi durante o intercâmbio ao final da faculdade que conheceu o “Movimento Okupa”, na Espanha, e começou a se interessar mais sobre o tema de habitação de maneira mais ampliada com relação às ocupações.

A aproximação com a Ocupação Manoel Congo se deu ainda no desenvolvimento do seu Trabalho Final de Graduação quando, interessada em estudar o movimento de ocupações no Rio de Janeiro, buscou recomendação de casos à Célia Ravera, ex-presidente do ITERJ, e das pessoas do Chiq da Silva que recomendaram contato com residentes da Manuel Congo. Marcou uma visita e, logo no primeiro contato, Ticianne Ribeiro apresenta que: “na mesma hora a Lurdinha¹⁸⁰ já me pegou pela mão e disse: ‘então, aqui eu quero fazer isso, aqui, eu quero aquilo, essa parede eu acho que devia demolir’”. À época, o TFG foi o estudo de viabilidade para que fosse liberada verba para a assistência técnica¹⁸¹.

176 Localizada no bairro da Lapa.

177 Mais informações sobre o EMPAZ disponível em: < <http://www.extensao.uff.br/implemento/showProjeto.php?id=20436&Title=Construindo%20o%20EMPAZ%20na%20pr%C3%A1tica>>. Acesso em: <20/12/2021>.

178 Em momento de sucateamento da educação pública e discussões sobre “Empresas Júnior”, é importante destacar esta citação e mencionar que o déficit da formação em arquitetura e urbanismo não está associado à falta do aprendizado acerca das demandas de mercado. Estas, já são previstas e priorizadas ao longo do curso e, na prática, uma empresa júnior forneceria “gratuitamente” serviços qualificados para clientes que podem pagar por estes. Gratuitamente está entre aspas por que são recursos públicos que são investidos na manutenção da Universidade Pública. O déficit, como já apresentado e que motiva o presente trabalho, está justamente na formação socialmente comprometida. Uma vez que a Universidade Pública é custeada com recursos de toda a população, inclusive com tributos pagos por pessoas em situação de rua ou de vulnerabilidade habitacional, o atendimento às demandas de classes populares deveria ser encarada como nada menos que uma obrigação de todo e qualquer curso em instituição pública.

179 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gdJaBkpSZBY&ab_channel=TicianneRibeiro>. Acesso em: <15/02/2022>.

180 Maria de Lourdes Lopes, uma das Coordenadoras do MNLM-Rio e moradora da Ocupação Manoel Congo.

181 O que já indica a necessidade de trabalho técnico antes mesmo da liberação de verbas.

Figura 84 - Reunião na Manoel Congo, durante as obras. Presença de Lurdinha, de vermelho, à esquerda e da equipe de obras, Cooperativa Liga Urbana. Disponível em: < <https://www.facebook.com/MNLM.RJ/photos/1222009794477343> >. Acesso em: <20/12/2021>.



Lucas Faulhaber também tinha uma atuação popular anterior junto ao escritório modelo da UFF, o EMPAZ, que junto ao Abricó¹⁸² organizou o Seminário Nacional dos Escritórios Modelo no ano de 2009. No seminário, uma das atividades realizadas foi uma oficina para montar o espaço infantil da Ocupação Manoel Congo quando ainda era uma ocupação recente. A partir dali, se aproximou do MNLM-Rio e realizou estágio no NAPP¹⁸³. Hoje atua como conselheiro do CAU-RJ e como assessor de um mandato parlamentar¹⁸⁴. Também integra o corpo técnico do MNLM-Rio, como militante do movimento.

A aproximação com a Ocupação Mariana Crioula se deu a convite do MNLM-Rio quando a data de formação do arquiteto se aproximava, em função de alguns conflitos relativos à problemas na gestão de recursos entre a equipe técnica anteriormente responsável e a Coordenação do movimento quando se findou o contrato com o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social¹⁸⁵. Com o aceite do convite realizado pelo movimento, o entrevistado convidou também Núbia França que, por sua vez, convidou também Bruno Caio para integrar a equipe de projeto arquitetônico¹⁸⁶.



Figura 85 - Interior da ocupação Mariana Crioula. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/26/actualidad/1530004725_224717.html>. Acesso em: <21/11/2021>.

182 Escritório modelo da UFRJ. Endereço virtual disponível em: < <https://emaubrico.wixsite.com/abricoufrj/sobre> >. Acesso em: <20/01/2022>.

183 Escritório que deu o suporte formal e administrativo para a contratação do projeto executivo da Manoel Congo.

184 O arquiteto entende que um mandato parlamentar deve servir também como ferramenta para os movimentos sociais.

185 Em função do desmonte do Fundo, questão que será retomada mais adiante no trabalho.

186 Entrevista com a/os três profissionais disponível em: < <https://architecture-appropriation.hetnieuweinstituut.nl/sites/default/files/studiox-tabloide.pdf> >. Acesso em: <20/12/2021>.

5.3.2. Demais agentes envolvidos nas experiências

Para introduzir este tópico, é importante atentar, de imediato, para a observação de que qualquer complexo de arquiteta/o salvador/a¹⁸⁷ não cabe dentro do contexto sobre o qual debruça o presente trabalho. Como apresenta Thais Meirelles em entrevista:

Não é um arquiteto ou um grupo de arquitetos trabalhando nisso, é muita gente envolvida. É o movimento social que tá lá bem antes de qualquer arquiteto chegar ali, entendeu? E fazer ocupação em si. É a equipe jurídica que da assessoria para eles... é uma galera. Então o arquiteto só faz o projeto mesmo. Pode se engajar, pode ajudar na tentativa de mobilização etc e tal, mas não dá pro arquiteto ficar achando que vai chegar lá e... aquela coisa “white savior”, sabe? Que vai chegar lá e “vou resolver teu problema, por que sou arquiteto” . Não, isso não existe.

Destaca que é importante compreender que o Chiq da Silva não fez nada sozinho e que os movimentos que estava se articulando todos os núcleos de apoio, da assessoria jurídica à assistência social e que a assessoria técnica nunca foi o núcleo. No caso das ocupações do MNLM-Rio, com as quais trabalhou Ticianne Ribeiro e Lucas Faulhaber, o movimento também era o maior articulador e viabilizador de todas as ações, sobretudo em função da força política do movimento nacional e sua favorável interação com o Ministério das Cidades.

Pra Manuel Congo acontecer, foi dependendo de quem? De mim ou do Movimento Nacional? Do Movimento Nacional, gente. Eu só ajudei, mas eu sozinha faria? Não. Eles, sem mim, com outro arquiteto fariam? Fariam, não tenho dúvida. E eu tenho zero vaidade em relação a isso, o mérito é todo deles, eu só ajudei. (Ticianne Ribeiro)

A arquiteta ainda complementa que fez por 2 anos o que a Lurdinha faz a 20. Na supracitada experiência, deve-se mencionar também a participação do NAPP¹⁸⁸ como escritório no processo de licitação para realizar o projeto executivo da ocupação, dada a impossibilidade jurídica de Ticianne Ribeiro¹⁸⁹ em disputar o pregão como pessoa física. Foi então que Claudia Brandão de Serpa, Coordenadora do NAPP assumiu as questões administrativas e gestão financeira. O NAPP também foi agente atuante na Ocupação Mariana Crioula, no âmbito do desenvolvimento do estudo de viabilidade.

Em todas as experiências, havia contribuição de equipe jurídica. Para todas as ocupações, com exceção das vinculadas ao MNLM¹⁹⁰, foi contratado trabalho de “mobilização social”, que

187 Que muito remete à figura do white-savior bastante explorada no cinema onde, segundo FOLARIN-COKER, T. (2019), uma pessoa branca supostamente tenta salvar uma pessoa de cor de sua própria situação.

188 Sobre a Manoel Congo no endereço virtual do NAPP. Disponível em: <<https://sites.google.com/a/napp-urb.com/www/projetos/projeto-habitacional/manoel-congo-rj>>. Acesso em: <21/12/2021>.

189 Que, à época, tinha CREA provisório.

190 Para as quais tal questão não foi citada, enquanto para os outros casos, foi bastante reiterado pelas entrevistadas.

consistia em levantamento socioeconômico das famílias, com vistas à apresentar os contextos de cada uma e pautar os projetos arquitetônicos. O MNLM-Rio, por sua vez, é o único dos casos estudados que o movimento tem um corpo técnico interno, do qual Lucas Faulhaber integra. O referido arquiteto apresenta que tal equipe tem uma rotatividade muito grande e que não têm, por exemplo, engenheira/o que participe de maneira ativa no movimento, mas que, para além disso, interagem também com assistentes sociais e juristas.

O protagonismo dos movimentos sociais, no entanto, não significa que a equipe técnica assume postura passiva ou não propositiva no processo. Caso especial, nesse sentido, que cabe atenção é o da Regente Feijó, na qual as arquitetas atuaram, sobretudo, como supervisoras do processo e, inclusive, mediadoras de conflitos internos em função da disputa por espaço¹⁹¹. Ainda, deve-se mencionar a pontual interação com uma arquiteta e um arquiteto que, após o projeto ter sido aprovado por todos os órgãos competentes, geraram perturbação motivada por interesses partidários¹⁹².

E a gente foi naquele seguindo naquele trabalho e eles começaram a criar uma confiança¹⁹³ na gente. A gente na época, inclusive, chamou outras e outros colegas para participarem. (...). Várias pessoas que poderiam ajudar gente, mas na verdade eu Helena que tomamos a frente, dessa situação. (Lais Coelho)

Uma série de profissionais, a convite das referidas arquitetas, contribuíram com a ocupação de maneira mais pontual, como a arquiteta Diana Joels que, por sua vez, convidou a psicóloga Ana Vainer. Inclusive, esta ocupação é dotada de outra particularidade frente às outras, que é a contribuição de profissionais da área da saúde, na realização de terapias comunitárias. Também cabe citar o trabalho de Educação Patrimonial realizado pelo Professor Ronaldo Brilhante, da UFF. Não obstante, os movimentos sempre compunham as mesas de negociação com agentes públicos.



Figura 86 - Reunião da terapia comunitária em 2008. GALIZA, H., 2009.

191 Questão que será melhor abordada no tópico seguinte.

192 As ações de ambos foi tão antiética que, como informado em entrevista, o Sindicato de Arquitetas/os e Urbanistas do Rio de Janeiro (SARJ) realizou uma Nota de Desagravo em defesa de Helena Galiza e Laís Coelho.

As arquitetas foram agentes motores para a articulação junto ao agente financeiro na contratação do projeto arquitetônico e também com demais agentes públicos. Cabe ponderar que a trajetória profissional de Helena Galiza e Laís Coelho é um fator que contribui para o conhecimento sobre os arranjos políticos necessários para viabilizar a reabilitação do imóvel com fins de moradia social. Inclusive, quem alertou a equipe técnica sobre uma fonte de recursos possível de ser encaminhada à ocupação foi um profissional que, à época, estava no Ministério das Cidades e conhecia as arquitetas e o trabalho desenvolvido com as famílias da Regente Feijó.

Ainda, no caso da Regente Feijó, embora a ocupação fosse organizada o suficiente para que residentes pleiteassem apoio, a má distribuição do espaço interno à ocupação indica que não havia, no entanto, uma organização coletiva capaz de ordenar o espaço de maneira equitativa. Este fator colabora para que a equipe técnica assumira uma postura mais proativa até na articulação e pressão política necessária¹⁹⁴, além disto, este é o único dos casos para o qual a equipe técnica não era composta por profissionais recém-formadas/os¹⁹⁵, de modo que as arquitetas tinham considerável bagagem profissional.

A gente sabia o que tinha que fazer: a parte do projeto técnico, conversar com o estado para ter a cessão dos imóveis, a parte socioeconômica, levantamentos, orientar eles: quem não tem documento tem que tirar, parar de se endividar por que vai ter que pagar alguma coisa, então é melhor não ter dívidas, por que a Caixa vai analisar o perfil, essas coisas. (Helena Galiza)

Um outro agente citado nas entrevistas, com exceção da realizada com Thais Meirelles e Lucas Faulhaber, é o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ)¹⁹⁶, autarquia vinculada à Secretaria das Cidades¹⁹⁷. Trata-se do órgão executor da política fundiária do Governo do Estado que “tem como atribuição constitucional democratizar o acesso à terra – posseiros, sem teto e sem terra – intervindo na solução dos conflitos e nos processos de regularização fundiária”¹⁹⁸.

Na Chiquinha Gonzaga, o imóvel foi cedido pela União ao ITERJ, no entanto, os moradores ainda aguardam recebimento da titulação definitiva¹⁹⁹. No caso da Manoel Congo, por sua vez, o governo do Estado comprou o imóvel da União e o ITERJ é responsável pela gestão de tal propriedade. Aos moradores, por sua vez, o ITERJ promoveu a Concessão Direito Real de Uso do

Imóvel por 99 anos renováveis por mais 99 anos o que ocorreu também na ocupação Regente

194 Por exemplo, Laís Coelho apresenta que, ela mesma, interagiu com uma série de agentes em cargos políticos, e teve que realizar ligações até para o Palácio do Planalto para pressionar a liberação de recursos de emenda parlamentar para a ocupação.

195 Muito pelo contrário, à época as arquitetas já atuavam profissionalmente a décadas.

196 Embora Ângela de Moraes, ex-residente da Ocupação Quilombo das Guerreiras (removida em 2014 e com a qual Chiq da Silva atuou), tenha citado o ITERJ em consulta para este trabalho, como agente gestor de recursos que viriam do FNHIS.

197 Página oficial da Secretaria das Cidades. Disponível em: < <http://www.rj.gov.br/secretaria/Default.aspx?sec=CIDADES>>. Acesso em: <22/12/2021>.

198 Disponível em: <http://www.iterj.rj.gov.br/iterj_site/sobre>. Acesso em: <20/12/2021>.

199 Disponível em: <<https://pelamoradia.wordpress.com/2012/03/05/chiquinha-gonzaga-e-quilombo-das-guerreiras-solidariedade-a-luta-por-moradia-no-rio-rj/>>. Acesso em: <20/01/2022>.

Feijó. Helena Galiza apresenta que, dada desistência de duas famílias, o ITERJ contactou outras famílias num cadastro de interessados, bem como indicações dos moradores para as famílias que compartilhariam o imóvel²⁰⁰.



Figura 87: Manifestação por moradia no Centro. Disponível em: <<https://www.facebook.com/MNLM.RJ/photos/1361433633868291/>>. Acesso em: <20/12/2021>.

Pode-se concluir que, no contexto estudado, os principais agentes articuladores são os movimentos sociais. No entanto, o teor de protagonismo dos mesmos na gestão dos processos e articulação social e política se reduz à medida que a ocupação tem graves conflitos de articulação internos. Ainda, respeitar o protagonismo dos ocupantes não significa assumir, necessariamente, postura passiva. Sobretudo em contextos de mediação de conflitos, pode ser que a (principalmente), mas também, o profissional tenha que assumir postura assertiva. Ainda, deve-se considerar que o trabalho de ATHIS neste contexto é, necessariamente, interdisciplinar. A equipe técnica, comumente, interage com a equipe jurídica e de assistência social. O ITERJ é relevante agente na regularização fundiária e é importante mencionar também que, em todos os casos, foi necessário contratar projetos complementares de instalações, estrutura e, até de projetos de restauro²⁰¹.

200 No relatório de gestão do ITERJ, do ano de 2018, é possível consultar o diagnóstico de ações promovidas pelo instituto desde o início dos anos 2000, com menção à titulação de direito de uso para família de ocupações estudadas no presente trabalho. Disponível em: < http://www.iterj.rj.gov.br/iterj_sys/uploads/transparencia/relatorio.pdf>. Acesso em: <20/12/2021>.

201 Como no caso da Mariana Crioula.

5.3.3. Integração dos moradores na dinâmica de trabalho

A realização de projetos participativos foi uma constante em todas as experiências. Foi variada, no entanto, a maneira como a equipe técnica desenvolveu os projetos, seja em termos de representação do objeto arquitetônico ou mesmo o teor de participação dos movimentos. Para introduzir este tópico, cabe menção ao uso de um termo que foi referido somente em uma das entrevistas e que desperta, no mínimo, curiosidade.

A gente botou na cabeça que a gente queria trabalhar com eles como se fossem clientes, por que eram clientes. A gente não queria chegar lá com uma postura tipo: “Olha, tá aqui o projeto e é isso aqui que vocês tem que fazer”. Não. Então a gente elaborou um material para tentar explicar um pouco o que que é um projeto arquitetônico, por que as vezes as pessoas não entendiam muito bem. Tinha que explicar que não se tratava de chegar lá e já ir fazendo uma obra, que era um planejamento que ia gerar desenhos, que ia gerar um orçamento e com esse orçamento a gente ia bater na porta de, enfim, governos, ONGs etc. A gente não, o movimento. **A gente ia dar esse projeto pro movimento e o movimento ia correr atrás de financiamento para fazer a obra.** Então pega todo um processo de conhecer o cliente, perguntar para o cliente sobre suas necessidades, entendeu? Como é que era dinâmica do prédio, que já acontecia? Tentar traduzir isso num projeto e mostrar o projeto para eles para perguntar se é isso mesmo, se estava funcionando... E isso daí é para cada uma delas, foram várias reuniões (Thais Meirelles) (grifo meu)

Embora a citação acima apresente com notoriedade o compromisso do Chiq da Silva em envolver os ocupantes em atividades pedagógicas até para entendimento sobre as etapas do processo de projeto em uma série de reuniões e respeitando a dinâmica espacial precedente, é particular esta percepção dos movimentos populares como clientes. Assim, embora participativo, a visão dos movimentos como “clientes” muito remete ao desenvolvimento de projeto dentro da perspectiva hegemônica de produção. Isto interage com outra afirmação de Thais Meirelles já exposta em citação no tópico anterior mas que, aqui, cabe reiterar: “o arquiteto só faz o projeto mesmo”.

No final das contas, o arquiteto tem que fazer projeto. Não dá para ver o arquiteto e achar que o arquiteto tem que fazer projeto, tem que fazer mobilização social, tem que fazer política, tem que fazer lobby, etc, etc... **A gente não tinha como fazer isso.** (Thais Meirelles) (grifo meu)

De fato, na atuação de tal equipe, o trabalho realizado se deu no âmbito do desenvolvimento do projeto arquitetônico, enquanto a articulação necessária para sua viabilização prática, ficou à cargo dos movimentos sociais. Mas esta noção e este teor de atuação foi particular ao Chiq da Silva e, como apresenta o grifo na citação acima, pode interagir também com a capacidade de

gestão do escritório, que era reduzida²⁰².

É importante, de antemão, atentar para a questão de que, embora seja o pensamento hegemônico desenvolvido até na Universidade²⁰³, o escopo do trabalho da/o profissional de arquitetura contém inúmeras atribuições como execução, gestão, planejamento regional e urbano, entre outras²⁰⁴. Mesmo nas experiências de trabalho em ocupações organizadas com coordenações e, especialmente, na Regente Feijó²⁰⁵, organizada independente, as/os profissionais atuaram também em outras frentes como: na articulação para viabilizar acesso à financiamento a partir de programas habitacionais, no caso de Ticianne Ribeiro, e na dedicação militante na equipe técnica do MNLM, como no caso de Lucas Faulhaber.

“Tanto eu como Laís não somos arquitetas de elaborar projetos de arquitetura. **Eu nunca elaborei um projeto de arquitetura.** Eu trabalhei com política pública de habitação social e Laís também. Ela até faz projetos aí, principalmente depois que aposentou entendeu? Mas eu não.” (Helena Galiza) (grifo meu)

A Regente Feijó, experiência na qual as arquitetas não desenvolveram projeto arquitetônico, é simbólica para apresentar a amplitude do trabalho técnico. O projeto arquitetônico foi realizado por escritório contratado pela CEF, as arquitetas trabalharam mais como coordenadoras dos processos. Participaram de inúmeras reuniões, praticamente semanais²⁰⁶, com todos os núcleos familiares para identificação das necessidades e, também, “teve uma participação muito grande deles (residentes) na concepção do projeto” (Laís Coelho).

Quando as famílias ocuparam o imóvel, “cada uma ocupou o espaço à sua maneira” (Helena Galiza). Este fator, somado à conflitos provocados por vínculos políticos de alguns moradores, anteriores à Regente Feijó e que lá foram reproduzidos, geraram interferência na dinâmica de trabalho, uma dificuldade em atuar em ocupações sem uma gestão interna igualitária. Quando realizado o levantamento do espaço, foi verificada disparidade na distribuição de áreas e, sobretudo, nas possibilidades de iluminação e ventilação das “unidades”. O termo aqui é apresentado em aspas pelo seguinte motivo:

Porque quando eles ocuparam o imóvel, a gente fez o levantamento e tinham **pessoas que tinham um ambiente enorme com quatro, cinco, janelas para a rua. E tinham outros que tinham um cubículo sem janela sem nada.** Então era uma coisa muito injusta para uns e boa para outros. Então essa situação também foi muito complicada para que eles entendessem que todos deveriam estar numa mesma posição. (Laís Coelho) (grifo meu)

202 E, como será apresentado adiante, insuficientemente remunerada.

203 Na FAU/UFRJ, por exemplo, basta notar a discrepância da carga horária dedicada a projeto arquitetônico e sua representação frente à de disciplinas de todos os outros departamentos.

204 Atividades e atribuições profissionais do arquiteto e urbanista. Disponível em: < https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/Atribuicoes_CAUBR_06_2015_WEB.pdf>. Acesso em: <20/12/2021>

205 Ocupação na qual as arquitetas sequer desenvolveram o projeto arquitetônico.

206 E, a depender de demandas urgentes, também eram realizadas reuniões excepcionais.

Cabe, preliminarmente, mencionar que a principal agente destes conflitos, e que se beneficiava da maior área da ocupação, se valia de vínculos partidários e políticos anteriores à ocupação para pressionar uma situação favorável à ela²⁰⁷. Foi nesse momento que a referida convidou os outros arquitetos que adotaram a postura antiética já citada no tópico anterior, motivada pela sobreposição de intencionalidades partidárias frente às demandas das famílias como um todo.

Na Regente Feijó, as discussões de projeto se davam com exposições no espaço físico, sobretudo considerando a dificuldade no entendimento das representações de arquitetura²⁰⁸. Portanto,

Dúvidas sobre os projetos, eles tinham milhões. Eles não conseguiam entender muitas vezes as coisas. Então a gente ficava explicando e aí a gente fazia fisicamente: “tá vendo essa escada aqui? então, essa escada vai mudar pra cá por que vai ter que criar espaço em cima...”. (Laís Coelho)



Figura 88: Reunião na Regente Feijó em 2008. GALIZA, H., 2009., p. 210.

Similar foi realizado na Ocupação Manoel Congo, com a particularidade que o “escritório”²⁰⁹ de arquitetura foi instalado numa sala dentro do imóvel ocupado durante a realização do diagnóstico da área, estudo de viabilidade, levantamentos e projeto arquitetônico. Ticianne Ribeiro apresenta que trabalhar dentro da ocupação foi uma experiência muito interessante como arquiteta, que remete à aspectos de reformar a própria residência como: “eu vou ali, meço um troço, desenho aqui raíndinho, ligo pra vidraçaria, confirma medida... então era tudo muito orgânico”.

207 Questão que, como Helena Galiza apresenta, gerou indignação inclusive de residentes de outras ocupações.

208 Justamente aquelas tão priorizadas no currículo de cursos de arquitetura e urbanismo, como a UFRJ.

209 Uma sala com um computador comprado com recursos destinados ao trabalho técnico, no qual trabalhava um estagiário e com o notebook da arquiteta.

A gente decidia junto com eles, muitas vezes, não era no AutoCAD, não era na planta. A gente decidia com eles no local. Às vezes, tipo assim: “E aí, consegue fazer três quartos aqui nesse nesse espaço, Ticianne? Sobe aqui, no terceiro andar.” Aí subia, alguém batia lá e: “Gente, vamos lá no terceiro andar para ver se a gente consegue três quartos”. Aí pega, risca no chão, “a parede vai ficar aqui”, “Não, vai ficar mais pra lá”, “e essa janela?”, “Ah, essa janela eu consigo abrir ali”. Então a gente fazia no lugar, não era uma coisa de outro mundo para eles entenderem qual era o projeto e que o projeto era mínimo. No sentido de, a gente tinha que viabilizar economicamente. (Ticianne Ribeiro) (grifo meu)

No caso da referida ocupação, os moradores se organizaram para formar um Comitê de Obra que, somado aos outros cargos de coordenação do movimento, atuavam de maneira muito ativa nas tomadas de decisão e, além da interação diária, ocorriam reuniões semanais entre a equipe técnica e os residentes. No entanto, uma vez que o MNLM é um movimento com longa trajetória de articulação social e muito bem estruturado, Ticianne Ribeiro aponta que seu trabalho como era mais viabilizar e verificar as decisões dos residentes, de modo que também não seria interessante para profissionais afeitos a uma “arquitetura autoral” ou “super criatividade plástica”.

Pessoas que tinham o intuito em expor o projeto da Manoel Congo indagavam questões como: “Nossa, mas vocês não têm um 3D? Uma coisa que chamasse atenção do projeto?”. E a arquiteta responsável respondia, veementemente, que não e que o projeto continha o mínimo necessário para atender as demandas espaciais dos residentes. É importante, aqui, relacionar o papel das representações 3D, renders e afins com as intencionalidades do objeto arquitetônico que, como Sergio Ferro (2006) aponta, é uma mercadoria tanto quanto uma caneta ou uma arma de fogo.



Figura 89: A esquerda, render do Empreendimento Cores do Rio. Disponível em: <<https://coresdorio.rio.br/>>. Acesso em: <20/12/2021>.

Figura 90: Ao centro, caneta executiva. Disponível em: <<https://pt.aliexpress.com/>>. Acesso em: <20/12/2021>.

Figura 91: A direita, arma de fogo. Disponível em: <<https://www.revive.com.br/noticias/brasil/veja-integra-do-decreto-que-flexibiliza-o-porte-de-armas-de-fogo/>>. Acesso em: <20/12/2021>.

Uma vez que o projeto realizado para a ocupação não teve como objetivo a reprodução do capital²¹⁰ e que, a despeito dos agentes imobiliários, a moradia foi admitida como um direito e não como mercadoria, não há a necessidade de produzir materiais gráficos vendáveis. Isto se repete para todas as outras ocupações, para as quais não foi encontrado material com tais características. Não obstante, modelos digitais (não renders) podem contribuir com o processo de projeto.

Para a ocupação mais recente dentre as estudadas nesse trabalho²¹¹, a Mariana Crioula, é adotado uso de software de Building Information Modeling (BIM)²¹², de modo que um modelo digital era gerado concomitantemente ao desenho de plantas e cortes. Nubia França apresenta que:

Para as assembleias, nós levávamos apresentações, algumas bem caricatas em 2D, para explicar didaticamente a legislação, ou o movimento do sol, ou de passagem do vento. Usamos o Revit para desenhar, logo tínhamos sempre o modelo em 3D. **Eles chamavam essas imagens de “video game”, e, em determinado momento, só podia ser apresentação no “video game”.** A gente sabe como é difícil entender projeto, e, com o “video game”, eles conseguiam avaliar se a cozinha estava grande ou pequena, se a varanda estava boa, entre outros casos. **O tal do “video game” foi muito importante para a nossa comunicação.** (RIVERA, P., et al., 2016) (grifo meu)

Lucas Faulhaber apresenta que a equipe técnica

tem muita relação com a Coordenação do Movimento. Muitas atividades são feitas em assembleia mais amplas, mas a discussão mais intensa do desenvolvimento das coisas, **você leva pra assembleia, discute, traz de volta pra reunião de coordenação**, traz depois... Enfim... Mas tem uma relação muito forte com a Coordenação do movimento. Aí que tá a diferença e sempre foi um desejo um pouco, de **internalizar essa Assessoria Técnica como militante.** (Lucas Faulhaber) (grifos meus)

A citação acima indica que o processo de projeto adotado é iterativo, composto por uma quantidade de revisões desproporcional à de processos hegemônicos²¹³. Oportunamente, cabe destacar que a atuação de Lucas Faulhaber junto ao MNLN é o único caso para o qual a/o profissional compunha grupo interno ao movimento popular. Ainda, considerando a referida experiência, o arquiteto apresenta que a autogestão foi uma condição inegociável do movimento

210 Embora, inevitavelmente, isto ocorra, considerando uma série de fatores como por exemplo relacionados à construção civil.

211 Em termos de data de ocupação e de início do trabalho da equipe técnica.

212 Vídeo do projeto. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=pGtyMQ22g_0&ab_channel=LucasFaulhaber>. Acesso em: <20/12/2021>.

213 Ticiane Ribeiro que também trabalhou com ocupação do MNLN-Rio apresenta que, para a Manoel Congo, foram necessárias mais de dez revisões do projeto de elétrica, complementar. O motivo deste caso se soma à falta de vontade política e descontinuidade técnica no setor público, questão que será melhor debatida em tópicos seguintes.

e que o próprio programa habitacional à época, MCMV-E no caso, sofreu alterações ao longo do tempo, dada a luta permanente dos movimentos populares²¹⁴. Segundo ele,

no começo era só empreitada global, que se chamava. Você desenvolvia o projeto, naquela lógica: entregava o calhamaço e contratava uma construtora pra desenvolver tudo. Aí depois foi criada a **administração direta**, que se chama, que era você poder dividir por etapas. (Lucas Faulhaber) (grifos meus)

Esta administração direta que, na prática, seria a autogestão. Complementarmente, cabe indagar sobre a seguinte questão:

O que é autogestão? Algumas pessoas confundem com mutirão. Mas autogestão é que a coletividade tem a gestão de todo o processo. Então ela que vai decidir quanto vai ser investido aqui, ali e acolá. O quanto que ela vai fazer com serviços de mutirão, o quanto ela vai contratar de profissional especializado e o quanto ela vai contratar de profissionais que moram na ocupação. (...) Os pedreiros, pintores, etc... Elas vão receber pra fazer o trabalho da reforma ali, não tem essa. **As pessoas acham que não, que é um trabalho geral da associação de moradores**, que é um trabalho mutirante, que é um recurso doado das famílias. Tem isso também, de horas por família doado, que aí pode ser pra fazer comida, limpeza, pode ser pra construção, pode ser pra diversos serviços. Mas aí é quanto as pessoas podem dar, dadas as condições físicas e materiais. **Mas boa parte do grosso é pra um trabalho remunerado desses profissionais.** (Lucas Faulhaber) (grifos meus)

Quando abordado o tema da autogestão, esta comum e frequente associação imediata ao trabalho mutirante, foi percebida inclusive em algumas das entrevistas realizadas, como com Laís Coelho e Thaís Meirelles²¹⁵. Mesmo que o movimento social escolha contratar uma construtora para realizar a obra e implantar um projeto de arquitetura realizado com processos hegemônicos, convencionais e “não-participativos”²¹⁶, desde que tal escolha parta de um desejo legítimo do movimento, pode-se considerar autogestão²¹⁷. Ainda, de maneira mais ampla, cabe ponderar sobre certa limitação dos processos participativos e canteiros mutirantes, sobretudo, considerando a escala das intervenções.

Lucas Faulhaber exemplifica a questão com referência ao MTST que, embora sua atuação seja mais recente no Rio de Janeiro, trata-se de outro movimento de luta por moradia que também ocupa imóveis ociosos. O MTST é um movimento com estrutura organizacional hierárquica (GIAQUINTO, M., 2016.), que, segundo Lucas Faulhaber, por exemplo, a autogestão

214 Embora, como MIRANDA, A. (2019) conclui, os movimentos de luta por moradia também interiorizaram certos limites do programa e adaptaram suas estratégias.

215 Caso que será mais abordado ainda neste tópico.

216 Que considera, no programa espacial, necessidades mínimas como o número de famílias e de integrantes dos núcleos familiares.

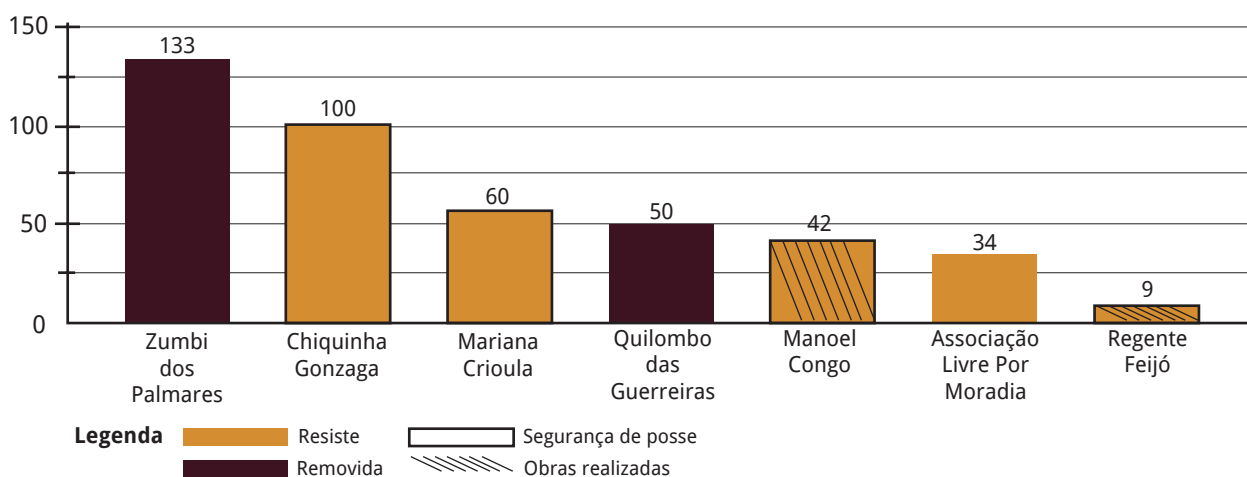
217 Considerando também que a dedicação das/os residentes à mobilização social na etapa de processo de projeto também demanda grande trabalho e lhes onera tempo.

habitacional através da administração direta não é a principal estratégia para viabilizar as construções. No MTST, em geral, escolhe-se pelo modelo de empreitada global. Embora faça ressalvas sobre o trabalho como uma lógica de emancipação, o arquiteto complementa que

por outro lado, eles têm êxito na estratégia deles também. Por que é mais fácil viabilizar o projeto e faz uma “coisa de massa” também. É muito difícil você fazer um condomínio de 500 unidades, 200 unidades, por autogestão. Então você tem os limitantes. (Lucas Faulhaber)

Embora tal modelo seja mais comum em ocupações de terrenos periféricos, segundo o referido arquiteto, “o MNLM, em vários estados, é assim também, e aí eles entregam. Se você vai ver, o Rio de Janeiro é o que menos ‘entrega’ de unidades”. Como apresenta o Gráfico 6 abaixo, no contexto das ocupações estudadas, nenhuma chegou a número tão grande de unidades. Ainda, as maiores ocupações verificadas não tiveram as obras realizadas, enquanto as menores ocupações foram aquelas nas quais as obras foram realizadas, com exceção da ALMOR que ainda resiste frente a insegurança de posse.

Gráfico 6 - Número de famílias por ocupação



Também, para que o processo seja autogestionário, a gestão dos recursos financeiros deve ser realizada pelos movimentos. Inclusive, no caso da Ocupação Mariana Crioula, conflitos relativos à gestão de recursos financeiros foi o que motivou descontinuidade com o trabalho desempenhado pela equipe técnica²¹⁸. Diante de tal situação, o MNLM-Rio criou a Associação de Apoio à Moradia que, formalizada em CNPJ, é capaz de pleitear acesso a linhas de financiamento bem como negociar formalmente com agentes públicos. No caso da Regente Feijó, também foi criada uma organização formal dos moradores, dotada de CNPJ e intitulada Associação Moradia Digna nas Áreas Centrais²¹⁹. Por abordar fatores financeiros das experiências, tal questão será adiante retomada.

218 NAPP, à época.

219 Cabe mencionar a insistência da arquiteta Laís Coelho que, por meses, passou todas os dias nos quais era fornecido serviço gratuito na junta comercial, na tentativa de formalizar a associação, das quais, claro, somente os moradores faziam parte.

Na Ocupação Manoel Congo, além de processo autogestionário, parte do trabalho no canteiro foi realizada pela Cooperativa Liga Urbana²²⁰. Esta cooperativa é interna ao MNLM-Rio, que foi contemplado com edital da Petrobrás para acesso a cursos de capacitação, entre eles, o de construção civil (RIVERA, P. et al., 2016). Não obstante, foi necessário também contratar serviços de empresas para realização de etapas como das instalações de gás, com o qual a Cooperativa do movimento não estava habilitada.

O mesmo se repete para a Mariana Crioula, considerando, no caso, a realização das fundações e restauro. Lá a população tenta viabilizar as obras por trabalho mutirante, não coincidentemente o nome da campanha lançada pelo MNLM-Rio é “Mariana Crioula com nossas mãos”. No entanto, cabe considerar a dificuldade para execução do projeto, dado o grande porte da intervenção e também a disponibilidade de tempo necessária para tal trabalho.

Sobre o trabalho mutirante, Laís Coelho apresenta o seguinte:

Então eu acho que esse tipo de atuação, **você tem que ter um organismo atuante na hora da obra**, porque senão as coisas não vão sair conforme está no projeto estabelecido, por que **as pessoas não tem conhecimento técnico para tudo**. Tem muita gente que tem conhecimento técnico de obra mas tem detalhes que não dá. Até gente que é arquiteta se enrola às vezes. Eu já precisei de engenheiro do meu lado para resolver. (Laís Coelho) (grifos meus)

Como “organismo atuante”, no contexto da entrevista, entende-se a própria equipe de apoio técnico. De fato, mesmo nos casos onde ocorreram trabalho mutirante no contexto desse estudo, foi necessário contratação de equipe para realizar etapas de projeto mais complexas ou relativas à projetos complementares. No caso da Regente Feijó, por exemplo, as obras foram integralmente realizadas por construtora contratada. Na atuação do Chiq da Silva, os movimentos sempre manifestaram a vontade de realizar trabalho mutirante em canteiro, mas havia um certo receio por parte da equipe técnica. Thais Meirelles apresenta que eram recém-formados e não tinham como fazer capacitação dos moradores para tal trabalho.

Sobre o período de obras, nas ocupações para as quais tais foram plenamente realizadas, a relação de permanência dos moradores foi distinta. Embora os residentes tivessem o legítimo receio em sair do edifício, após a garantia do aluguel social, na Regente Feijó as famílias deixaram o imóvel²²¹. Na Manoel Congo, as famílias não saíram do imóvel durante as obras e se articularam para dividir o espaço entre diferentes núcleos familiares enquanto tais eram realizadas.²²²

220 Disponível em: <<http://mnlmrj.blogspot.com/p/cooperativa-liga-urbana.html>>. Acesso em: <20/12/2021>.

221 E retornaram ao final das obras.

222 Imagens da ocupação durante as obras. Disponível em: <<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.1222008824477440&type=3>> e <<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.1222012174477105&type=3>>. Acesso em: <21/12/2021>.

5.4. Desafios

5.4.1. Remuneração da equipe técnica

A primeira questão a ser apresentada neste tópico é que todos os profissionais envolvidos nas experiências dedicaram-se à ATHIS em dupla jornada de trabalho²²³. Além disso, para todos os casos estudados foi notada dificuldade em remunerar o trabalho técnico. Como observado na tabela 2, abaixo, mesmo nos casos para os quais foi obtido recursos para o trabalho técnico, tais foram insuficientes para a manutenção dos escritórios e profissionais envolvidos. A fonte de recursos para o projeto arquitetônico na maior parte dos casos foi proveniente do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). No caso da Manoel Congo e Mariana Crioula, ocorreu pressão dos agentes públicos para migração ao MCMV-E, como será discutido em sequência.

Tabela 2 - Ocupações, fontes de recursos e remuneração da equipe técnica.

Ocupação	Fonte de recursos para o projeto arquitetônico	Remuneração da equipe técnica
Regente Feijó	Caixa Econômica Federal via Programa Crédito Solidário (2008)	*Voluntárias
Associação Livre Por Moradia	Programa de Assistência Técnica - FNHIS, contrato com o Governo Estadual	Insuficiente
Chiquinha Gonzaga		
Zumbi dos Palmares		
Quilombo das Guerreiras		
Manoel Congo		
Mariana Crioula		

Particularmente, na experiência com a Ocupação Regente Feijó, as arquitetas atuaram com dedicação voluntária²²⁴ e nunca tiveram o intuito em receber por aquela atuação. Não obstante, imediatamente, perceberam-se diante da não existência de uma política pública ou linha de crédito que pudesse compreender todas as etapas na intervenção, portanto criaram arranjos políticos que viabilizasse o proposto. Para contratação do projeto arquitetônico realiado por outros profissionais, pleitearam recursos do Programa Crédito Solidário, com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social com a Caixa Econômica Federal como agente financeiro²²⁵.

Para a equipe do Chiq da Silva, embora tenham conseguido certa quantidade de recursos para o desenvolvimento dos projetos arquitetônicos, tal remuneração foi insuficiente para

223 Sobretudo, por que é majoritário o número de mulheres profissionais de arquitetura que atuaram nas experiências e às mulheres na sociedade capitalista foi imposta dupla jornada de trabalho quando estas garantiram acesso mais amplamente ao mercado de trabalho, fator que, como Ticianne Ribeiro aponta e é de grande importância destacar, caso ela tivesse a responsabilidade com uma criança, à época, seria inviável a sua atuação - configuraria uma tripla jornada de trabalho.

224 Uma vez que Helena Galiza era servidora pública em atividade na CEF e Laís Coelho estava aposentada à época.

225 R\$143.350,69 foram destinados à Moradia Digna nas Áreas Centrais em 18/07/2008 (p. 6). Disponível em: < https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Contratos/Contratacoes_Credito_Solidario-FDS_28_02_2010.pdf>. Acesso em: <20/15/2021>.

custear a manutenção do escritório. O desafio imediatamente apresentado por Thais Meirelles é que a/o profissional recebe por contraproduto, ou seja, realiza trabalho antes de receber por ele. Tal fator limita as possibilidades de contratação dos projetos complementares que devem aceitar também trabalhar para receber consideravelmente depois do serviço concluído. Outro fator é que os prazos são muito elásticos, de modo que os recursos previstos para 1 (um) mês no planejamento, têm que se estender por vários meses²²⁶.

A questão do trabalho com contraproduto foi minimizada no caso da Ocupação Manoel Congo, cujo estudo de viabilidade com vistas a pleitear recursos para contratação do projeto se deu no âmbito de um trabalho acadêmico, no qual não caberia remuneração. No entanto, uma vez que Ticianne Ribeiro cursou ensino superior público, é relevante destacar que, portanto, tal trabalho foi custeado com recursos públicos destinados à educação.

Ainda sobre a referida experiência, uma vez aberta licitação para contratação de escritório para realização do projeto, o valor muito baixo, comparado à média de mercado, poderia fazer com que fosse uma licitação deserta. Além disso, Ticianne Ribeiro era recém formada²²⁷ e portadora de carteira provisória do conselho profissional de modo que não teria estrutura jurídica para concorrer ao pregão. Desse modo, foi necessário adotar um arranjo no qual o NAPP concorreu e venceu a licitação e o valor foi suficiente para os custos administrativos, estagiário e para a compra do computador que era utilizado na ocupação.

Lucas Faulhaber destaca que um dos fatores mais desafiadores para a remuneração dos profissionais que atuam com ocupações é a questão da composição de custos previstos nas linhas de financiamentos. Mesmo no MCMV-E, apresenta que, para obter liberação de crédito, era necessário realizar o projeto integralmente, entregando todos os complementares²²⁸ até o executivo. Por pressão nacional dos movimentos de luta por moradia tal desafio foi razoavelmente superado e, como no caso da Ocupação Mariana Crioula, o contrato com o agente financeiro do programa foi dividido em duas fases sendo a primeira referente ao desenvolvimento do projeto arquitetônico e a segunda a realização das obras.

Ainda, uma vez que a composição de custos é organizada sob a lógica das empreiteiras, o referido arquiteto apresenta que é necessário inverter certos percentuais para destinar mais recursos à realização de projeto e assistência técnica, embora a atuação de profissionais de arquitetura e urbanismo não finde com a entrega do projeto executivo. Diferente da lógica de projetos carimbo produzidos pelas empreiteiras, Lucas Faulhaber apresenta, em entrevista, que o projeto participativo

Custa mais tempo de dedicação e custa mais tempo de desenvolvimento, por que se tem um vai e vem, obviamente. Você está construindo para pessoas e

226 Rebatimentos, inclusive, da demora dos agentes públicos na aprovação dos projetos.

227 Como todos os outros profissionais de arquitetura e urbanismo que trabalharam com as ocupações estudadas neste trabalho, com exceção de Helena Galiza e Laís Coelho.

228 Cabe destacar aqui que todos os projetos complementares foram contratados com valor de mercado.

existentes, elas que vão definir a forma do que a gente está querendo fazer. É diferente de uma política habitacional que constrói para um número.

5.4.2. Recursos para as obras

Das ocupações com contribuição de profissionais de arquitetura e urbanismo, somente 2 (duas) entre as 7 (sete) ocupações estudadas foi acessado recursos para as obras, como pode ser observado na tabela 3. Os recursos obtidos para as obras foram oriundos do Orçamento Geral da União (OGU), Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e MCMV-E. As 4 ocupações que não obtiveram recursos para as obras são aquelas assessoradas pelo Chiq da Silva.

Tabela 3 - Ocupações e fontes de recursos para as obras

Ocupação	Fonte de recursos para as obras
Regente Feijó	Orçamento G eral d a Un ião vi a Em enda Parlamentar e Governo do Estado
Associação Livre Por Moradia	Obras não executadas.
Chiquinha Gonzaga	
Zumbi dos Palmares	
Quilombo das Guerreiras	
Manoel Congo	Pensado i nicialmente para ser p elo FNHIS, m as depois migrado e feito pela Caixa Econômica Federal, via MCMV - E e Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).
Mariana Crioula	

À época da experiência com a Regente Feijó, o Ministério das Cidades havia lançado o Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais (2004)²²⁹, no entanto, Helena Galiza destaca que a única fonte de recursos dele era do OGU, via emendas parlamentares²³⁰. Portanto, na prática, era necessário ter algum/a conhecido/a em cargo parlamentar para que fosse apresentada uma emenda.

Nesse ínterim, Helena Galiza tomou conhecimento de que havia “sobrado” dinheiro de OGU²³¹ que poderia ir para o projeto da ocupação, mas que seria necessário apresentar o pedido, praticamente, de imediato. Dada a urgência, mesmo com receio da negativa, estabeleceu contato com o, à época, Senador Saturnino Braga, quem já “conhecia de outras situações sociais”, e obteve sucesso na investida. A referida arquiteta destaca que foi feito um arranjo que não era contida no âmbito de uma política de habitação.

Nesse sentido, alguns dos maiores desafios encontrados foi, como apresentado por Helena Galiza, a falta de recursos específicos para programas habitacionais com vistas a reabilitação de imóveis ociosos. Ainda, os programas de moradia são modelados para famílias com renda

229 CASTRO, D., 2015.

230 Embora a referida arquiteta e Lais Coelho já tivessem décadas de trabalho dedicado à habitação social, Laís Coelho apresenta que não sabia, à época, como viabilizar a liberação de recursos via emenda parlamentar. Laís Coelho complementa, ainda, que foi necessário realizar ligações telefônicas para o Ministério das Cidades e Palácio do Planalto para que a verba fosse liberada.

231 Valor inferior a R\$200.000,00

maior que das ocupantes. Laís Coelho complementa que se fosse o caso de enquadrado em alguma linha de crédito ou programa de financiamento, no âmbito de uma atuação do governo federal, não seria necessário “trabalho exaustivo” como se deu por uma década.

Uma particularidade desta experiência é que as obras foram interrompidas em certo momento e pelo acordado com o Governo do Estado, este complementaria as verbas da OGU para a realização das obras. Nesse sentido, Helena Galiza apresenta que a “sorte foi ter começado com dinheiro do OGU”, por que enquanto a obra não findasse, o Governo do Estado não poderia assinar nenhum contrato com o Ministério das Cidades, o que forçou a célere conclusão das obras.

A segunda ocupação que teve as obras realizadas foi a Ocupação Manoel Congo via MCMV-E, embora não tenha sido a segunda a ter recursos aprovados²³². Como esta é uma ocupação para a qual há uma série de espaços coletivos previstos no projeto, cabe destacar um desafio que é a viabilização das obras dos espaços coletivos uma vez que quanto mais área de espaços coletivos, menor é o valor dos recursos, uma vez que tais são relacionados ao número de unidades habitacionais.

Tal desafio se repete, sobretudo, na ocupação Mariana Crioula, uma vez que o projeto para a ocupação contempla que lá se estabeleça a sede do MNLM-Rio. É importante reiterar que a Ocupação Manoel Congo foi a única na qual o canteiro foi também autogestionado, porém não necessariamente mutirante, de modo que a Cooperativa Liga Urbana, que atuou na realização das obras, foi remunerada.

Um outro desafio apresentado por Ticianne Ribeiro e Lucas Faulhaber²³³ foi a desestruturação do Fundo Nacional de Habitação Social²³⁴, quando da criação do MCMV. No caso da Mariana Crioula, a ocupação era a último contrato vigente com recursos do FNHIS, de modo que foi realizada grande pressão por parte do governo para migração de programa. O referido arquiteto destaca que, inclusive, o valor por unidade habitacional no contrato do FNHIS era inferior ao oferecido pelo MVMC-E, mas que o movimento popular achava que era politicamente relevante insistir no contrato com o FNHIS, para lutar pela não desestruturação do fundo. Por fim, o movimento migrou para o MCMV-E e ainda aguardam a liberação dos valores aprovados.

As ocupações com as quais o Chiq da Silva trabalhou não obtiveram recursos para as obras. Embora ainda resistam a ALMOR e Chiquinha Gonzaga, a segunda ocupação sofreu considerável desarticulação quando agentes envolvidos com tráfico de drogas começaram a se estabelecer no edifício. Por fim, outra questão problemática para o financiamento de imóveis ocupados era

232 No caso a Mariana Crioula foi a primeira ocupação a ter recursos aprovados, quase um ano antes da Manoel Congo.

233 Embora quando Laís Coelho e Helena Galiza se refiram a um fundo especial, poderia-se também referenciar o FNHIS.

234 O mesmo que é mencionado como fonte de recursos no Artigo 7º da Lei Federal de ATHIS.

que a CEF não aceitava imóveis desapropriados como garantia. Tal fator foi superado²³⁵ e, nesse sentido, cabe mencionar a contribuição de Laís Coelho quanto a proposição no âmbito de seu trabalho na CEF.

5.4.3. Gestão dos recursos

Os agentes responsáveis pela gestão dos recursos, nas experiências estudadas, partem de uma mescla entre os movimentos sociais e as equipes técnicas. Como notado na tabela 4, além da Associação Moradia Digna nas Áreas Centrais e Associação de Apoio à Moradia, representações jurídicas das/os ocupantes, também foi realizada gestão por parte da Chiq da Silva e NAPP. A formalização dos movimentos sociais nos casos estudados foi notada, sobretudo, para viabilizar o acesso e gestão de recursos por parte das famílias.

Tabela 4 - Ocupações e gestão dos recursos

Ocupação	Gestão dos recursos
Regente Feijó	Associação Moradia Digna nas Áreas Centrais
Associação Livre Por Moradia	Chiq da Silva
Chiquinha Gonzaga	
Zumbi dos Palmares	
Quilombo das Guerreiras	
Manoel Congo	NAPP, seguido da Associação de Apoio à Moradia
Mariana Crioula	

O fator que cabe destacar como desafio neste trecho é que para um processo autogestionário, deve-se também se dar a autogestão dos recursos, de modo que os movimentos populares estes devem ter formalizado um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Tal formalização contribui também para a negociação oficial com os agente públicos.

Outro aspecto que indica tal fator como desafio é que, tradicionalmente, os recursos eram acessados pelas assessorias técnicas²³⁶. Em um dos casos estudados - Mariana Crioula - no íterim do processo de pressão do governo para transferência do contrato do FNHIS para o MCMV-E, o MNLM-Rio não tinha o intento em migrar de programa, enquanto o NAPP²³⁷ fez uma avaliação técnica que também não seria viável a realização do proposto dentro do escopo do MCMV-E²³⁸. Em sequência, o MNLM-Rio, formalizado em pessoa jurídica, optou por pleitear os recursos do referido programa habitacional.

235 Artigo 20. Disponível em: < https://www.caixa.gov.br/downloads/habitacao-minha-casa-minha-vida/Contrato_Financiamento_PMCMV.pdf>. Acesso em: <21/12/2021>.

236 Como apresentado por Lucas Faulhaber, no caso do Rio o NAPP com o MNLM-Rio e a Fundação Bento Rubião com a União Nacional por Moradia Popular.

237 Equipe técnica responsável à época.

238 Situação que motivou o convite, por parte do MNLM-Rio, a Lucas Faulhaber para contribuir com o projeto arquitetônico.

No contexto do estudo, de modo amplo, as ocupações que tiveram os movimentos populares como gestores dos recursos foram aqueles que obtiveram sucesso na aprovação de recursos financeiros para as obras. Cabe destacar que a criação da Associação Moradia Digna nas Áreas Centrais se deu também por orientação e contribuição da equipe técnica²³⁹. No caso da Ocupação Manoel Congo, Ticianne destaca que foi pela abertura e articulação que o movimento popular tinha com o Ministério das Cidades que foi possível pressionar o agente financeiro (CEF) para a liberação da verba aprovada.

5.4.5. Falta de vontade política

Para introduzir este tópico, cabe destaque seguinte fala, coletada em entrevista para o presente trabalho:

Eu nem acho que a gente não tem política pública, sabe? A gente já passou desse estágio. A gente tem política pública. A gente não tem a efetivação dos direitos, assim como a gente não tem um hospital de qualidade, assim como a gente não tem uma creche de qualidade, assim como na favela não tem água no esgoto, muitas vezes em muitos locais. A gente tem política pública que diz que tem que fazer água e esgoto para todo mundo? Tem. Mas, e aí? A gente tem políticos que queiram, de fato, fazer? Não. (Ticianne Ribeiro)

A falta de vontade política é um desafio recorrente nas entrevistas, mencionado, sobretudo porém não exclusivamente, na conclusão das entrevistas quando indagado sobre os maiores desafios a serem superados para popularização do trabalho de arquitetas/os e urbanistas com ocupações. Com exceção de Helena Galiza e Lucas Faulhaber, as demais entrevistadas apresentaram expressamente este como o grande desafio das experiências. Ainda, embora o referido arquiteto não tenha mencionado tal fator como desafio, sua atuação como assessor em mandato parlamentar “de um partido de esquerda”, como destaca, indica preocupação em dirimir este desafio.

Para a ocupação Regente Feijó, embora não tivesse, à época, uma política capaz de atender plenamente as demandas da ocupação, cabe destaque para o momento no qual se deu a experiência, que coincidiu com a criação do Ministério das Cidades, em 2003. Tal momento era, em escala nacional, politicamente favorável para as demandas relativas ao direito à cidade e à moradia. Não obstante, foi necessária substancial persistência e articulação por parte das arquitetas, bem como pressão dos residentes com os agentes públicos. Laís Coelho destaca a necessidade de vontade política como um ponto básico²⁴⁰ para viabilizar a reabilitação dos imóveis ocupados.

Por exemplo, a gente começou a fazer esses projetos antes do projeto do Porto Maravilha. A gente não conseguia passar um monte de coisa com relação a patrimônio, a zoneamento, etc... Mas, chegou o projeto do Porto Maravilha,

240 Junto à subsídio.

atropelou um monte de outros projetos e foi feito. Teve a vontade política.
(Thais Meirelles)

Thais Meirelles destaca falta de vontade política mesmo nas ocupações de imóveis públicos, embora a experiência do Chiq da Silva tenha sido utilizada em “joguetes políticos” sobretudo em períodos próximos às eleições²⁴¹. No entanto, findada a eleição, findam-se as campanhas partidárias e, por fim, não foram viabilizadas as obras com nenhuma das ocupações com as quais o “Chiq” trabalhou, sendo duas delas, inclusive, removidas.

Ticianne Ribeiro salienta que o momento de demanda por políticas e programas com vistas a garantir o pleito dos movimentos de luta por moradia já foi superado, no entanto não basta o instrumento normativo existir se não há vontade política em executar o disposto, se não há recursos orientados para tal. Questiona, por exemplo, de que vale a existência do FNHIS se ele foi economicamente desarticulado e vai além, reflete que, caso a Lei de ATHIS estivesse sendo alimentada com recursos financeiros, poderia ser viabilizada a atuação profissional no contexto deste estudo.

Cabe destacar que a ocupação de imóveis em áreas centrais para fins de habitação de interesse social gera conflito com interesses privados, sobretudo, entre os agentes sociais do espaço urbano (CORRÊA, R. L., et al., 1989), os promotores imobiliários e os proprietários fundiários²⁴²: 1 - reduz o número de imóveis ociosos que contribui com a especulação com a qual lucram os agentes imobiliários; 2 - os conjuntos habitacionais geram valorização do solo privado nas periferias a partir de investimentos públicos.

Percebe-se, no contexto deste trabalho, onde somente duas das 27 ocupações observadas inicialmente obtiveram segurança de posse em imóvel reabilitado, que o Estado, por sua vez, atua em acordo com os supramencionados interesses privados. Aos grupos sociais excluídos, no caso, os ocupantes, resta a permanente luta política para pressionar o Estado que, mesmo para as conquistas apresentadas aqui, partem de uma série de acontecimentos não lineares, compostos por uma série de descumprimentos de acordos por parte dos agentes públicos²⁴³.

241 Ainda, como é destacado pela arquiteta, é mais interessante para tais agentes apresentar o projeto com falas como “esses garotos, que legais que eles são” do que “olha aqui o que o movimento social juntou para as coisas acontecerem”.

242 Que, como destaca Helena Galiza, Laís Coelho e Ticianne Ribeiro, frequentemente, são também proprietários de construtoras.

243 Como pode ser observado, por exemplo, na cronologia de lutas da Ocupação Manoel Congo. Disponível em: < <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/rj-ocupacao-manoel-congo-luta-para-que-as-obras-de-requalificacao-do-imovel-sejam-realizadas/>>. Acesso em: <21/12/2021>, bem como para a Quilombo das Guerreiras. Disponível em: < <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/rj-ocupacao-manoel-congo-luta-para-que-as-obras-de-requalificacao-do-imovel-sejam-realizadas/>>. Acesso em: <21/12/2021>.

5.5. Caminhos potenciais

5.5.1. Viabilidade econômica do trabalho

Embora restrita a quantidade de profissionais e equipes técnicas dedicadas ao trabalho com ocupações, no contexto estudado e embora haja evidente dificuldade em remunerar este trabalho, há equipes de arquitetura e urbanismo que atuam com movimentos populares tradicionalmente. Ticianne Ribeiro apresenta que, no âmbito do NAPP, criado em 1991, outros projetos custeavam projetos com menos recursos. Destaca, nesse sentido, a possibilidade das equipes adotarem dinâmica similar a escritórios de advocacia que realizam trabalhos pro-bono ou mesmo escritórios de arquitetura que participam de concursos.

Tal possibilidade não exige a/o profissional de trabalhar com contraprodução, no entanto, trabalhos anteriores poderiam custear, por exemplo, estudos de viabilidade para pleitear recursos de projetos futuros. Como referência, o arquiteto Caio Santamore²⁴⁴, quando indagado sobre o assunto em epígrafe durante seminário do curso de extensão do NEPHU²⁴⁵, apresenta que no orçamento dos projetos para os quais a equipe obtém verba, é sempre previsto um superavit. Esse valor excedente permite o contínuo trabalho da equipe e que todas as pessoas sejam remuneradas em acordo com as horas de dedicação ao trabalho.

Cabe destacar que, embora a moradia seja um direito previsto no mesmo artigo que garante saúde e educação como direitos sociais na Constituição Federal, diferente dos dois últimos citados, a Lei de ATHIS não está inserida em um sistema único, amplo e interdisciplinar que compreende todos os aspectos que envolvem a habitação popular (dos técnicos, psicosociais, jurídicos e outros). No caso da saúde, por exemplo, há o Sistema Único de Saúde, que prevê atuação integrada de profissionais de variadas especialidades para a promoção da saúde, bem como campanhas para prevenção de patologias em “conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais”²⁴⁶.

Salvo os problemas devidos ao sucateamento dos serviços públicos, uma família que vive em centro urbano tem a disposição variados equipamentos de saúde para os quais recorrer a depender da demanda de saúde. No caso da educação, similar se segue, e salvo as problemáticas e procedimentos meritocráticos de acesso sobretudo ao ensino técnico e superior, não há dúvidas de onde encontrar equipamentos de educação pública e gratuita (municipal, estadual e federal) dispersos nos centros.

Nesse sentido, uma vez que a moradia é um direito tanto quanto os supracitados, poderia-se esperar similar facilidade em encontrar profissionais para viabilizar acesso à tal

244 Que atua na ONG Peabiru, de assessoramento interdisciplinar, fundada em 1993. Disponível em: <http://www.peabirutca.org.br/?page_id=2>. Acesso em: <21/12/2021>.

245 Programação completa. Disponível em: < <http://nephu.sites.uff.br/seminario-athis/>>. Acesso em: <21/12/2021>.

246 Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

direito. O direito à moradia não cabe somente à profissionais de arquitetura e urbanismo e não compreende somente a acessoria técnica, portanto, tal trabalho deveria estar contido no escopo de uma política mais ampla. Cabe, nesse sentido, a articulação profissional integrada com profissionais que atuem com assistência social, regularização fundiária e, inclusive, de variados campos da saúde para exercer pressão por instituições públicas orientadas à garantia plena do direito à moradia.

Foi observado neste trabalho que foi necessária articulação entre diversos atores e muita persistência por parte dos movimentos populares e equipe técnica em processos extremamente morosos e, por vezes, sem sucesso em garantir o proposto. Um caminho potencial nesse sentido, à luz dos exemplos para a saúde e educação, seria, primeiramente, aumentar o corpo de profissionais do campo da arquitetura e urbanismo no serviço público “da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios”, como prevê a Lei Federal e Municipal de ATHIS, com vistas à abertura de escritórios públicos para disponibilização de serviço gratuito.

Não obstante, compreendendo a moradia como um direito central e básico para pleno acesso à todos os outros, caberia aos referidos escritórios a atuação interdisciplinar e integrada com outros serviços públicos. Cabe salientar que compreendendo o pressuposto estabelecido pela Lei, a assistência técnica “pode ser oferecida diretamente às famílias ou a cooperativas, associações de moradores ou outros grupos organizados que as representem”.

Ainda, a disponibilização de profissionais para assistência técnica por parte de setores públicos interage com o previsto no Projeto de Lei da Autogestão, elaborado pela União Nacional Por Moradia Popular, como destacado a seguir

Art. 14. Os Estados, os Municípios e o Distrito Federal poderão complementar o valor das subvenções econômicas com aporte direto de recursos financeiros, concessão de créditos tributários ou benefícios fiscais, disponibilização de bens ou serviços economicamente mensuráveis ou **por meio de assistência técnica.** (grifos meus)

A carreira acadêmica se apresenta, também, como um caminho potencial para a remuneração profissional comprometida com a luta por moradia e movimentos de ocupações, para além de aproximar a/o estudante de demandas populares no processo de formação. Como observado no seminário promovido pelo Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU)²⁴⁷, no escopo do trabalho docente é possível atuar junto a movimentos populares a partir de projetos de pesquisas e extensão universitária.

²⁴⁷ Alguns trabalhos disponíveis no endereço virtual. Disponível em: < <http://nephu.sites.uff.br/galerias/>> Acesso em: <21/12/2021>.

5.5.2. Segurança de posse dos residentes

A tabela 5, abaixo, evidencia que, dos instrumentos jurídicos aplicados para garantir a segurança de posse das famílias ocupantes, o recorrente é a Concessão do Direito Real de Uso do Solo para os moradores e, nesses casos, o Governo do Estado ainda é proprietário do imóvel. O que cabe destacar é que a ALMOR encontra-se em disputa jurídica com uma instituição do próprio Governo do Estado para conquistar a titulação de posse das unidades habitacionais, embora esteja inclusa no SNHIS, o que garante certo respaldo à ocupação. Mesmo em caso como da Ocupação Manoel Congo, no qual o imóvel pertencia à autarquia Federal, o Estado arcou com custas de compra do imóvel.

Tabela 5 - Situação fundiária das ocupações

Ocupação	Situação fundiária
Regente Feijó	Conquista dos moradores pelo Direito Real de Uso do Solo por 99 anos renováveis
Associação Livre Por Moradia	Ocupação incluída no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, com imóvel em negociação com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Chiquinha Gonzaga	Conquista dos moradores pela Concessão do Direito Real de Uso do Solo por 99 anos renováveis por mais 99, imóvel cedido ao ITERJ (proprietário atual).
Zumbi dos Palmares	Ocupação em propriedade do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS)
Quilombo das Guerreiras	Propriedade da Companhia Docas do Rio de Janeiro, ocioso, com avanço das patologias construtivas no edifício em função do estado de abandono.
Manoel Congo	Conquista dos moradores pela Concessão do Direito Real de Uso do Solo por 99 anos renováveis por mais 99, imóvel comprado pelo ITERJ (proprietário atual)
Mariana Crioula	Conquista dos moradores pela Concessão do Direito Real de Uso do Solo, imóvel cedido pelo Governo Federal, administrado pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU)

Como apresenta BONDUKI, N., (1994), a origem da história da habitação social no Brasil está ancorada na ideologia da casa própria como lógica de acesso à moradia. No entanto, no caso das ocupações de imóveis ociosos com fins de moradia, a lógica da propriedade não se apresenta a mais adequada de modo que para todos os casos estudados que garantiram segurança de posse, foi por meio de Concessão de Direito de Uso do Solo. Segundo a página oficial do ITERJ:

Nas áreas urbanas as intervenções combinam dimensões jurídica (titulação) e urbanística (infraestrutura e habitação) considerando que o reconhecimento social da moradia não se reduz ao direito da propriedade da terra.

A primeira ocupação a adotar tal modelo de regularização fundiária foi a Regente Feijó e a partir daí as seguintes também o adotaram. Sobre tal, Lais Coelho complementa, que

Então eles não poderiam vender o imóvel nunca. Então nenhum empresário pode se aproximar, porque o imóvel não é deles. Eles têm a cessão de direito

de uso, mas não têm a propriedade. **Então isso foi uma questão fundamental para que não houvesse expulsão das pessoas é daquela área.** (Laís Coelho)
(grifo meu)

No caso da Concessão de Direito de Uso, o Estado continua sendo proprietário do imóvel, de modo que não têm ônus nesse sentido, não perde a propriedade. Além disso, as famílias não correm risco de sofrer segregação residencial imposta ou induzida, a partir de pressão de agentes imobiliários para compra das unidades residenciais.

São pontos que são importantes de serem estudados juridicamente. Porque a pessoa não precisa ser proprietária. Quem ganha zero salário não tem que ter propriedade, tem que ter um imóvel para morar e viver dignamente mas não pode ser proprietária. Não tem renda para ser proprietária. Então, se ela for proprietária, ela vai vender como eu vi muitas vezes. (Laís Coelho)

A citação acima expressa o receio sobre a venda das unidades e consequente perda de seu uso com fins de habitação social, por variados motivos pessoais/financeiros dos moradores. Todas as ocupações que obtiveram Concessão de Direito de Uso resistiram mesmo no período de sucessivas remoções no âmbito da Operação Urbana Consorciada do Porto do Rio²⁴⁸. As famílias não podem vender as unidades e têm a posse do imóvel garantida por diversas gerações, sem risco de que as unidades sejam incorporadas ao estoque imobiliário do mercado. Este modelo também é favorável à flexibilização das unidades ao longo do tempo uma vez que com o crescimento/redução dos núcleos familiares ou avanço na idade dos residentes poderia haver mobilidade das famílias para outras unidades mais adequadas, sem a perda o direito à morada.

5.5.3. Fontes de recursos

Para este tópico, cabe introduzir com a seguinte citação de Helena Galiza²⁴⁹, concedida na entrevista realizada para o presente trabalho:

Para se criar um programa desse, de financiamento de habitação no centro ou de saneamento disso e daquilo, a coisa principal é ter uma fonte de recursos financeiros que vai abastecer os financiamentos que vão ser dados, para fazer seja o que for. **Então essa fonte tem que ser uma fonte especial, porque aí fica mais fácil de modelar o programa.** Tem mais liberdade de fazer um programa adequado para aquela área. (...) A Caixa chegou a lançar um programa nessa época de 2000, sem fonte de recursos definida. Dizia assim: “ah, esses Programas que estão aí servem”. PAR (Programa de Arrendamento Residencial), não sei mais o que... **um monte de programa que era modelado para conjunto habitacional em área livre.** Então, eu que já tinha sacado

248 E, com exceção da Ocupação Quilombo das Guerreiras, todos os imóveis ocupados e apresentados neste estudo aprofundado eram imóveis públicos.

249 Profissional de arquitetura e urbanismo que dedicou mais de 3 décadas da vida ao trabalho com financiamento de políticas de habitação de interesse social em agentes financeiros (BNH e CEF).

tudo, já dizia: “não serve!”, “não vai acontecer”, “não vai dar certo” e “não tem como financiar família de baixa renda no Centro!”, “tem que ter uma fonte com subsídios específicas”.

O Fundo de Garantia foi criado para abastecer esses programas do BNH.

De saneamento, programa de habitação popular... tudo isso foi em 1967. O BNH foi criado em 1964, aí viram em 3 anos que não tinha uma fonte de recurso que abastecesse os programas que teriam que ser criados, aí em 1967 criaram o Fundo de Garantia.

Então, nem o Fundo de Garantia foi liberado para esse programa da Caixa e muito menos quando, 3 anos depois a Raquel (Rolnik) tentou criar um programa desse tipo no Ministério. **Não liberaram o Fundo de Garantia.** Conselho curador, etc, as conversações da Caixa: “Não pode, não pode, não dá. Não, o que tem aí serve.”. Não serviu, claro. Por isso que nunca aconteceu, e por que não aconteceu? E aí é uma análise um pouco maior. Aos grandes agentes imobiliários não interessa fazer habitação no centro.

Aí eu entendi: **o Fundo de Garantia estava sendo guardado**, na verdade, por pressão dos grandes agentes imobiliários e das grandes construtoras **para fazer o modelo Operações Urbanas Consorciadas.** (Helena Galiza) (grifos meus)

Ao longo de toda a entrevista, Helena Galiza aponta a histórica necessidade de se ter um fonte de recursos especial para viabilizar a reabilitação de imóveis ociosos no centro com fins de habitação de interesse social. Em sua tese, intitulada “Reabilitação de áreas centrais sem gentrificação”, a arquiteta expõe como a reserva de recursos do FGTS que foi aplicada na viabilização da OUC Porto do Rio. Apresenta também que “as regras e recursos financeiros limitados já mostrou que o MCMVE não atende aos interesses dos movimentos sociais” GALIZA, H., (2015).

No presente momento, ano de 2022, o referido MCMV-E foi extinto e o FNHIS foi desarticulado. Também não há mais um programa de habitação que viabilize a reabilitação de imóveis para HIS. No entanto, como foi verificado mesmo para a Ocupação Regente Feijó, há outras possibilidades de financiamento, como com recursos do Orçamento Geral da União a partir de emendas parlamentares.

Atualmente, o Programa Moradia Digna, prevê a destinação de recursos de OGU a população de baixa renda²⁵⁰ e contempla a modalidade “requalificação de imóveis urbanos”. No entanto, exclusivamente, só pode ser pleiteado pelo “chefe do Poder Executivo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, ou seu representante legal”²⁵¹. Esse programa poderia

²⁵⁰ Endereço virtual. Disponível em < <https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-recursos-do-programa-moradia-digna-orcamento-geral-da-uniao-para-provisao-habitacional-de-interesse-social-2013-entes-publicos>>. Acesso em: <21/12/2021>.

²⁵¹ E as propostas devem ter valor mínimo de R\$250.000,00. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdr/pt->

ser aplicado de maneira similar ao que sucedeu na Regente Feijó, para realização de obras em imóvel do qual o Governo do Estado ou Município já é proprietário.

O Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público (PRÓ-MORADIA) - Modalidade de Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários (UAP), por sua vez, prevê a destinação de recursos do FGTS para promover a regularização fundiária nos moldes da Lei nº 13.465/2017²⁵². Os recursos também devem ser pleiteados por agentes públicos no âmbito do Governo do Estado e municipalidade, para ocupações com duração superior a 5 anos. Embora o programa não preveja, expressamente, atender a regularização de edifícios ociosos em área urbana, é previsto atender cortiços²⁵³, de modo que para determinados casos, a depender do porte e projeto para a ocupação, pode ser possível criar um arranjo no qual a proposta seja aceita.

Também cabe destacar editais, no âmbito do CAU/RJ, que visam incentivar a popularização de ATHIS. O edital Demetre Anastassakis²⁵⁴, lançado novamente em 2021, prevê a destinação de até R\$50.000,00 para propostas nos seguintes eixos:

- Produção habitacional autogestionária;
- Melhorias habitacionais em assentamentos humanos, urbanos ou rurais;
- Defesa e garantia do direito à moradia digna e à cidade;
- Desenvolvimento de ações estratégicas visando difundir, conscientizar e universalizar o direito à moradia e a assessoria técnica em habitação de interesse social.

Todos os eixos poderiam contemplar propostas destinadas à ocupações de imóveis ociosos. No entanto, dada a limitação financeira, tal recurso poderia viabilizar pequenas intervenções, com priorização daquelas de caráter mais emergencial. Como informa Lucas Faulhaber, que também atua como Conselheiro do CAU²⁵⁵, tais editais tem o intuito de fomentar a discussão e levar o debate da ATHIS à sociedade.

Ainda há também a possibilidade de arrecadar recursos oriundos de ONGs internacionais²⁵⁶ e também via crowdfunding²⁵⁷. No entanto, cabe aqui apresentar que a população contribui com tributos e há uma série de políticas públicas que visam garantir o direito à moradia, de modo que tal responsabilidade não deveria recair, duplamente, na sociedade civil. Ainda, o aporte financeiro possível pelo poder público é substancialmente maior que o possível via arrecadamento solidário, de modo que esta é uma alternativa que gera ainda maior morosidade [br/acesso-a-informacao/legislacao/secretaria-nacional-de-habitacao/Manual10SJAnenoIIPortaria31142020.pdf](https://www.cau.gov.br/acesso-a-informacao/legislacao/secretaria-nacional-de-habitacao/Manual10SJAnenoIIPortaria31142020.pdf). Acesso em: <21/12/2021>.

252 Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, (...) institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; (...).

253 Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-financiamento-do-pro-moradia-fgts-para-regularizacao-fundiaria-de-interesse-social-2013-entes-publicos>>. Acesso em: <21/12/2021>.

254 Disponível em: <<https://www.caurj.gov.br/edital-athis-2021/>>. Acesso em: <21/12/2021>.

255 O que apresenta como militância.

256 Ticianne Ribeiro apresenta que a Fundação Bento Rubião por muito tempo recebeu recursos de tal origem.

257 Como é realizado na Ocupação Mariana Crioula, frente a não liberação dos recursos aprovados.

no processo.

5.5.4. Articulação entre universidade e movimentos populares

Este caminho potencial rebate sobre a formação de profissionais capacitados ao trabalho socialmente comprometido mas também sobre maneiras de viabilizar concretamente obras de reabilitação de imóveis ociosos, seja com a realização de projetos ou capacitação profissional para o trabalho mutirante. O primeiro caminho potencial a ser apresentado, nesse sentido, é a valorização dos escritórios modelo nas faculdades de arquitetura e urbanismo.

Ao observar a trajetória de profissionais como Ticianne Ribeiro, Lucas Faulhaber e Núbia França, que atuaram ocupações estudadas, nota-se a influência da atuação destes nos escritórios modelo de suas universidades. Desse modo, cabe destacar, de maneira ampla, a relevância dos projetos de extensão na aproximação entre os movimentos populares e o ambiente acadêmico. Esta relevância não está restrita aos cursos de arquitetura, cabendo menção também ao Núcleo de Assessoria Jurídica Popular do curso de Direito da UFRJ, que também atua com ocupações.

O NEPHU endossa a relevância dos projetos de extensão em tal contexto. O seminário intitulado “ATHIS: um balanço necessário” contemplou participação ativa de representantes de movimentos populares de luta por moradia, junto a profissionais dedicados à ATHIS. Um destaque que cabe menção foi a contribuição de pessoas de diversas áreas do conhecimento no corpo discente, para além da arquitetura e urbanismo²⁵⁸. A participação nesta atividade do NEPHU orienta para a conclusão da necessidade de articulação interdisciplinar, de modo que cabe a interação entre projetos de extensão de cursos variados, inclusão de estudantes de outros cursos em projetos da arquitetura e urbanismo ou participação de estudantes de FAUs em projetos de outros cursos cujo escopo interaja com o direito à moradia.

Além disso, projetos de extensão na arquitetura poderiam contribuir também com a capacitação profissional de movimentos populares para o trabalho mutirante. No caso do MNLM-Rio, para formação da Cooperativa Liga Urbana que atuou no movimento, foi realizada capacitação no âmbito de edital da Petrobrás. No caso das ocupações com as quais o Chiq da Silva atuou, embora as obras não tenham sido realizadas, a falta de possibilidade em realizar campanhas de capacitação inviabilizou a previsão de canteiro mutirante. Uma vez que canteiros mutirantes são frequentemente demandados pelos movimentos populares, cabe atenção à possibilidade de viabilizar tal no escopo de projetos de extensão, de modo a proporcionar aprendizado por parte das/os estudantes, futuros profissionais, e dos ocupantes.

A realização de pesquisas com vistas à solucionar ou compreender demandas populares específicas ao contexto de estudo também é um caminho potencial a ser destacado, desde que, não dissociado da interação real com movimentos populares, não descolado da realidade vigente nas lutas por moradia. Sobre tal fator, cabe menção a trabalho desenvolvido pelo Laboratório de

258 Como por exemplo, uma Técnica de Segurança do Trabalho.

Habitação da UFRJ, intitulado Reabilitação de Imóveis na Área Central da Cidade²⁵⁹, que realizou 20 projetos que não culminaram em obras. Para somente 3 destes projetos foi verificado que o imóvel estava previamente ocupado por famílias cadastradas no ITERJ.

O que interessa sobre tal trabalho, considerando os movimentos populares como os principais articuladores para a reabilitação dos imóveis com fins de moradia, é ponderar sobre o grande repertório de projetos engavetados. Excelentes projetos podem ser nunca construídos, quando desarticulados dos principais interessados e agentes atuantes para garantir a moradia em áreas centrais, os movimentos populares. Portanto, tal ponderação encaminha para a compreensão de que a resolução dos problemas de moradia das classes populares não partirá de geniais elaborações contidas nos espaços reclusos da universidade. Este caso endossa a demanda por articulação permanente entre instituições de educação e a população que tais elaborações visam atender como caminho potencial.

No eixo ensino, para dirimir defasagens de conteúdo relativo à Habitação de Interesse Social, diversas disciplinas poderiam incluir em seu escopo a realização de trabalhos com vistas à contribuir com movimentos populares. Além de aproximar as/os estudantes de tais agentes, aproxima também à necessidade de inventividade frente a restrição de recursos e do cenário real de construção ou de irregularidade fundiária. As demandas sociais em tal contexto compreendem uma série de competências que podem ser desenvolvidas em diversas disciplinas.

A depender do porte da demanda, poderia-se desenvolver trabalhos continuados com turmas diversas e também articulados em mais de uma disciplina. É relevante que tais aspectos, no entanto, estejam presentes em disciplinas obrigatórias, afinal o compromisso com demandas sociais não pode ser optativo²⁶⁰.

Em 2019, no Dia Nacional de Mobilização pela Educação, uma série de manifestações ocorreram no Rio de Janeiro. Nesse ínterim, a FAU UFRJ desenvolveu uma série de aulas realizadas em praça pública. Embora se trate de uma situação incomum no calendário acadêmico, foi de extrema relevância não só para manifestar resistência frente ao contexto político de precarização da educação pública, mas como ferramenta de divulgação científica e interação com a sociedade. A programação das atividades foi a seguinte²⁶¹:

9h - Praça XV (ponto de encontro: monumento a João Cândido) Aula Pública sobre a expansão da cidade e mobilidade urbana. Atividade de pesquisa de campo. (Sergio Fagerlande, Alex Lamounier, Niuxa Drago, Priscilla Peixoto)

9h - Museu de Arte Moderna: Aula Pública sobre Tectônica e Lugar (Luiz Felipe

259 Disponível em: <<http://labhabufrj.weebly.com/introduccedilatildeo-pag-2.html>>. Acesso em: <21/12/2021>.

260 Sobretudo considerando cursos custeados com recursos públicos em cenário socio-econômico de profunda desigualdade.

261 Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/faubonacci/posts/2281992801843720/>>. Acesso em: <21/12/2021>.

da Cunha)

10h às 12h - Largo de São Francisco (ponto de encontro: monumento a José Bonifácio): Ateliê de croquis etnográfico (equipe de Desenho de Observação 1)

10h30 - Praça XV (ponto de encontro: em frente ao Arco do Teles): Aula Pública "Conhecendo uma cultura arquitetônica plural na Praça XV" (Priscilla Peixoto)

13h - Praça XV (ponto de encontro: chafariz do Mestre Valentim): Workshop Habitar a Cidade_Habitar a Rua. (Jorge Fleury, Raquel Tardin, Gustavo Racca, Ayara Mendo Pérez, Priscila Santos)

13h - Praça XV: Apresentação sobre saneamento urbano e exposição do LEAU - Laboratório de Águas Urbanas do PROURB. (Ana Lúcia Brito, Jorge Fleury)

13h - Praça XV: Exposição do LEU (Laboratório de Estudos Urbanos do PROURB. (Margareth Pereira, Priscilla Peixoto, Mário Magalhães)

13h Praça XV (ponto de encontro: chafariz do Mestre Valentim): Saída Fotográfica - Narrativas fotográficas do evento (Gustavo Racca)

13h - Aeroporto Santos Dumont: Peripatético com o tema arquitetura e modernização da cidade (Ana Amora)

14h às 16h - Praça XV (ponto de encontro: Chafariz do Mestre Valentim): Ateliê de Croquis Etnográfico (equipe de Desenho de Observação 1)

14h - Praça Mauá (ponto de encontro: Museu do Amanhã): Aula Pública sobre Conforto ambiental (Sylvia Rola, Maria Maia, Claudia Krause)

Pode-se notar que as atividades acima agregam, predominantemente, diversas/os docentes para abordar um tema comum, que remete à disciplinas realizadas no início do curso²⁶², nas quais duas disciplinas uniam suas turmas e realizavam aulas em espaço público periodicamente. Considerando a interdisciplinaridade como um aspecto caro à atuação de arquitetas/os e urbanistas com ocupações, incluir atividades como a referência exposta acima nos planos de aulas contribui nesse sentido e também para a aproximação do corpo discente à realidades sociais que demandem atuação nesse campo.

Por fim, cabe destacar que o estudo de viabilidade para a Ocupação Manoel Congo, ferramenta utilizada para pleitear acesso a recursos para o desenvolvimento do projeto, foi realizado no âmbito de um trabalho final de graduação²⁶³. Contribuições realizadas no eixo ensino, uma vez articuladas com os movimentos sociais de luta por moradia, podem contribuir substancialmente como ferramentas para negociação entre as ocupações e agentes financeiros.

262 Do projeto pedagógico de 2006.

263 Deve-se salientar que, nas instituições de ensino públicas, tal atendimento a demandas populares é custeada pelos recursos públicos, dos quais residentes de ocupações também contribuem.

5.5.5. Mobilização e articulação política suprapartidária

Pode-se notar que o trabalho de arquitetura e urbanismo com ocupações no contexto estudado, seja para realização do projeto ou, quando ocorreram, viabilizar a realização das obras demora longo período de tempo. Nos casos da Regente Feijó e Manoel Congo, aqueles nos quais ocorreram obras, toda a relação da equipe técnica com as ocupações durou, respectivamente, 10 e 8 anos. Face ao exposto, deve-se considerar a descontinuidade política²⁶⁴ nas diversas instâncias e mudança dos agentes com os quais os movimentos e equipe técnica devem interagir para pleitear suas demandas.

Tal questão demanda, sobretudo por parte dos movimentos populares, permanente mobilização social como ocupações de espaços institucionais²⁶⁵, participação em atividades políticas suprapartidárias e manifestações de rua²⁶⁶. Isto é, há participação de pessoas e grupos independentes, mas também há aqueles alinhados à movimentos apartidários e outros ligados à partidos políticos. A questão é a união de agentes e vozes em função de uma pauta que, aqui, é o direito a moradia em área central.

Como exemplo prático de tal articulação suprapartidária, pode-se mencionar o MNLM-Rio, que interage com agentes de variados agentes de diferentes vínculos partidários de orientação política à esquerda e, inclusive, com anarquistas. Tal interação abre espaço para diálogo e mobilização ampla em função de uma pauta comum. Lucas Faulhaber, por exemplo, arquiteto militante do movimento destaca em sua entrevista que sua atuação em um mandato parlamentar visa fazer do mesmo uma ferramenta que contribua com as lutas sociais.

Embora algumas ocupações no cenário estudado tivessem moradoras/es que eram, veementemente, apartidários²⁶⁷ e, ainda, alguns movimentos de luta por moradia com mesma orientação política, como a FIST, os casos de ocupações que viabilizaram a segurança de posse em imóvel reabilitado não se eximiram de articulações estratégicas com agentes partidários. Para acesso a determinadas fontes de recursos, o procedimento demanda arranjos políticos que envolvem cargos parlamentares. Deve-se considerar as tantas instâncias pelas quais os projetos e solicitações de financiamento e titulação de posse dos moradores passam e, portanto, a necessidade de manter uma relação estratégica com tantos agentes.

O caso da Regente Feijó é exemplar para expor como a sobreposição de interesses partidários ao direito à moradia podem quase inviabilizar o objetivo comum da ocupação e gerar atritos graves entre os moradores. Além disso, também foi necessária articulação com

264 Que, como Ticianne Ribeiro destaca, por vezes, incide também na descontinuidade em cargos técnicos.

265 Ocupação na Caixa Econômica Federal. Disponível em: < <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.1223564850988504&type=3>> Acesso em: <21/12/2021>.

266 Afinal, mesmo a aprovação quanto a liberação de recursos não é garantia de acesso.

267 Como por exemplo o Quilombo das Guerrereiras, que tinha moradoras/es anarquistas e apoio da Federação Anarquista do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/rj-centenas-de-sem-teto-lutam-por-moradia-e-direitos-apos-serem-ilegalmente-despejados-de-ocupacao-de-sete-anos/>> Acesso em: <21/12/2021>.

agentes de variados vínculos partidários para pleitear os recursos. Tal articulação, no entanto, foi estratégica no sentido de um meio para garantir o que, por fim, foi a primeira experiência, no contexto deste estudo, na qual uma ocupação foi reabilitada e seus moradores garantiram segurança jurídica de posse.

Como apresenta a arquiteta que atuou na referida ocupação, quando indagada por outra/o profissional sobre dever à sociedade, com apelo de chantagem emocional, no âmbito dos conflitos que visavam beneficiar agentes partidários,

“Eu não devo não. Se você deve, você tem a consciência pesada. Por que eu não tenho a consciência pesada. Minha consciência está limpa, porque a vida toda eu fiz esse tipo de trabalho. A vida toda eu procurei a melhor coisa, a melhor situação, fiz muita briga em vários lugares para ter isso. Então a minha consciência está tranquila, porque eu fiz o melhor trabalho. Agora, eu não vou fazer o melhor trabalho pensando só num partido político, não vou. **Eu vou fazer um trabalho para beneficiar as pessoas e não a partido político.** Se for bom para o partido político, ótimo. Se não for, paciência. Eu estou beneficiando as pessoas.” (Laís Coelho)

A articulação com agentes partidários, embora considerada necessária, não deve perder de vista o objetivo principal que é a moradia das famílias ocupantes. Ainda, a agenda de propaganda de agentes partidários deve ser observada de maneira crítica para ação ponderada e estratégica. Como apresentado na experiência de Chiq da Silva, uma série de agentes partidários se valiam dos projetos para suas campanhas eleitorais e as abandonavam após o fim da agenda publicitária. Outro fator a ser mencionado é que a moradia pela moradia, dissociada de um contexto de implantação adequado, como aponta Ticianne Ribeiro, é mais “ simples de, pelo menos, ser dito que foi feito”²⁶⁸.

Além disto, cabe a organização política ampla alinhada a pautas relacionadas a direitos humanos e constitucionais. Nesse sentido, cabe menção ao período de grandes manifestações públicas contrárias ao impeachment ilegítimo enfrentado pela Presidenta da República Dilma Rousseff²⁶⁹, dos quais os movimentos de luta por moradia participaram ativamente. Como esperado do Governo Michel Temer²⁷⁰, durante sua gestão, recursos aprovados para a Mariana Crioula durante a gestão anterior não foram liberados.

Cabe salientar que a atuação profissional está necessariamente ligada ao cenário político-

268 Cabe destacar que o mesmo governo (Dilma Rousseff) que se vale da entrega de unidades de MCMV também autoriza reitegrações de posse em imóveis ocupados no Centro, como no caso do Quilombo das Guerreiras, que possuía, inclusive, projeto arquitetônico para reabilitação do imóvel. Disponível em: < <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/rj-centenas-de-sem-teto-lutam-por-moradia-e-direitos-apos-serem-ilegalmente-despejados-de-ocupacao-de-sete-anos/>>. Acesso em: <21/12/2021>.

269 Ocorrido em 2016. Dilma Rousseff foi Presidenta da República pelo Partido dos Trabalhadores entre os anos de 2011 e 2016.

270 Vinculado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) desde 1981. Presidente da República entre os anos de 2016 e 2019.

econômico do país, de modo que a mobilização política deve ser valorizada como conteúdo do escopo do trabalho com arquitetura e urbanismo. Sobretudo considerando um trabalho socialmente comprometido e que a garantia da previsão da moradia como direito social, Estatuto da Cidade e a Lei de ATHIS partem de mobilizações históricas de movimentos populares.

No entanto, a previsão teórica de normativas não garante sua viabilização prática. Como apresenta Ticianne Ribeiro, para a atuação prevista neste trabalho, o momento de falta de instrumentos normativos já foi superado. O relatório promovido pelo Projeto REABILITA, intitulado “Diretrizes para reabilitação de edifícios para HIS: as experiências de São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro”²⁷¹ e realizado em 2007 apresenta uma síntese das leis principais incidentes para reabilitação de edifícios para HIS com 24 itens a nível global, federal, estadual e municipal.

O que se destaca, neste sentido, é a quantidade de instrumentos que incidem sobre o trabalho com ocupações de imóveis ociosos em cenário anterior a Lei Federal de ATHIS, de 2008 e de programas como o MCMV, de 2009. Como apresenta Laís Coelho: “para fazer, tudo está escrito. (...) Você tem escrito em várias línguas, inclusive. Mas eu digo assim: o problema é a questão política.”. A arquiteta ressalta que, sobretudo no Centro do Rio de Janeiro, ambiente no qual grande parte dos imóveis são do poder público.

Neste cenário portanto, para viabilizar as intervenções e a própria remuneração profissional, cabe a mobilização política de classe entre profissionais de arquitetura, também alinhados ou integrantes de movimentos sociais. Por fim, cabe recordar que a luta por moradia é uma luta por direitos e, portanto, política. Também deve-se politizar a própria atuação profissional, uma vez que está ancorada em uma série de instrumentos normativos e interage também com previsões constitucionais. A garantia de direitos estabelecidos demandou histórica mobilização social, bem como a viabilização prática dos mesmos ainda demanda.

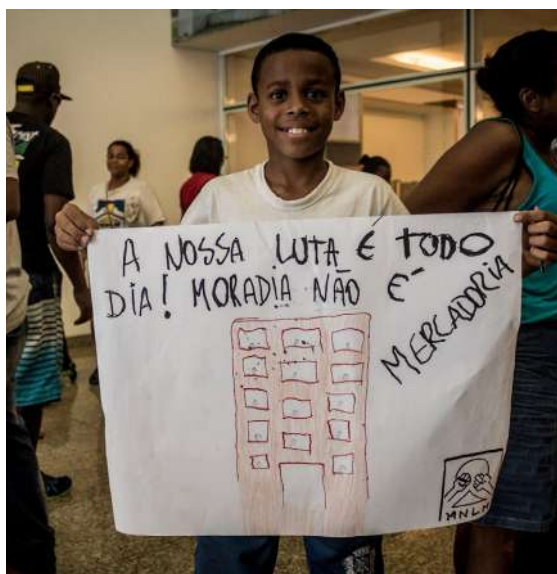


Figura 92: Ocupação na Caixa Econômica Federal. Disponível em: <<https://www.facebook.com/MNLM.RJ/photos/1361436313868023/>>. Acesso em: <21/12/2021>.

271 Disponível em: <http://reabilita.pcc.usp.br/RELATORIO_FINAL-REABILITA.pdf>. Acesso em: <21/12/2021>.

6. Considerações finais

Considerando o intento em atuar profissionalmente com dedicação à luta por moradia, em particular com ocupações nos centros urbanos, a notada a falta de entendimento e acerca da viabilidade econômica para se trabalhar na área motivou a pesquisa. Deste modo, o presente trabalho apresentou que a falta de remuneração adequada tem rebatimentos sobre a disponibilidade de tempo para o trabalho junto a movimentos populares e qualidade de vida das/os profissionais, que atuam em dupla jornada de trabalho. Além disso, destaca-se aqui que agentes dos movimentos populares também abrem mão de horário de trabalho para reunião com agentes públicos, mobilização popular e articulação interna.

Com base nos dados levantado sobre as ocupações, observou-se que não faltaram projetos arquitetônicos com vistas à atender a demanda por moradia popular no Centro do Rio de Janeiro. No entanto, a maior parte destes foi engavetado seja por falta de vontade política ou por falta de integração entre o trabalho técnico e movimentos sociais. Nesse sentido, o presente trabalho destaca que os movimentos populares são os protagonistas dos processos e principais responsáveis pela pressão sobre os agentes públicos para garantia da segurança de posse em imóvel reabilitado a partir de luta política permanente.

As entrevistas realizadas contribuíram para percepção das questões práticas sobre a interação profissional entre profissionais de arquitetura com ocupações no cenário estudado, bem como a compreensão dos entraves e arranjos adotados frente às políticas públicas para viabilizar os projetos, obras e segurança de posse das/os residentes.

Foi observado que não faltam políticas ao longo das duas últimas décadas a serem aplicadas no contexto de reabilitação de imóveis ociosos em áreas centrais, no entanto, a dificuldade está em viabilizar na prática o que está previsto em diversas normativas. Como exemplo, pode-se citar o Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, do ano de 2004 que tinha fonte de recursos bem limitada para atender a demanda federal ou mesmo a Lei Federal e Municipal de ATHIS, dos anos 2008 e 2019, respectivamente.

Considera-se que, para viabilizar o trabalho com movimentos populares, cabe, principalmente, persistência e continuar a provocar maior pressão política, ampla e suprapartidária, dentro dos espaços acadêmicos, institucionais, de organização da classe profissional. Deste modo, visando acesso a diversos direitos que já existem, como direito à moradia, função social da propriedade e de assistência técnica gratuita com recursos públicos.

Por fim, espera-se que o presente trabalho possa, para além de elucidar o exposto, gerar questionamentos e indagações que contribuam para que a mobilização sobre a atuação profissional socialmente comprometida esteja sempre ativo.

8. Conclusão

Ocupações em áreas centrais são, para além de ações diretas com vistas a acessar o direito constitucional de morar, manifestações políticas frente ao histórico dos programas habitacionais que, em ação aporofóbica, mantém a população pobre distante das vistas de classes com maior poder econômico. Também é política a atuação profissional neste contexto, uma vez que as dificuldades de manter economicamente este trabalho dotem ele de um caráter, deliberadamente, militante. Nesse sentido, cabe destacar que toda atuação profissional é política e as diferenças de remuneração entre o trabalho com a população sem-teto e o trabalho para classes dominantes são rebatimentos, justamente, de um sistema político-econômico que se viabiliza na manutenção de desigualdades sociais: o capitalismo.

É necessário, portanto, politizar o contexto no qual profissionais de arquitetura e urbanismo atuam de maneira ampla mas, no contexto do trabalho com ocupações, sobretudo. O trabalho técnico, dissociado da base dos movimentos sociais, não será capaz de transformar a realidade ou garantir remuneração adequada à profissionais socialmente comprometidas/os.



Figura 93: Manifestação por moradia no Centro. Disponível em: <<https://www.facebook.com/MNLM.RJ/photos/1227062180638771/>>. Acesso em: <20/12/2021>.

9. Referências

AMORIM, Bruno. Prefeitura é autorizada a desapropriar 14 imóveis na Região Portuária. O Globo. Rio de Janeiro. 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-autorizada-desapropriar-14-imoveis-na-regiao-portuaria-9911303>>. Acesso em: <20/08/2021>.

BAKUNIN, M. O sistema capitalista. São Paulo: Faísca, 2007.

BASSUL, José Roberto. Reforma urbana e Estatuto da Cidade. EURE (Santiago), v. 28, n. 84, p. 133-144, 2002.

BRASIL. Planilha de Imóveis da União. Portal Brasileiro de Dados Abertos. Disponível em: <<https://dados.gov.br/dataset/imoveis-da-uniao>>. Acesso em: <20/08/2021>.

BRASIL. Presidência da República. Emenda Constitucional no 26 de 14 de fevereiro de 2000. Altera a redação do art. 6º da Constituição Federal. Secretaria-Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília. 2000.

BRASIL. Presidência da República. Lei no 10.257 de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana [...]. Secretaria-Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília. 2001.

BRASIL. Presidência da República. Lei no 11.977 de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas [...]. Secretaria-Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília. 2009.

BRASIL. Presidência da República. Lei no 14.118 de 13 de janeiro de 2021. Institui o Programa Casa Verde e Amarela [...]. Secretaria-Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília. 2021.

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. *Análise social*, p. 711-732, 1994.

BUENO, Leonardo Brasil. Forma e sentido da resistência na cidade do Rio de Janeiro: a luta da ocupação Quilombo das Guerreiras. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2008.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Casa Verde e Amarela, Quem pode ter. Financiamento Habitacional. Produtos para você. Disponível em: <encurtador.com.br/fEQY5>. Acesso em: <29/08/2021>.

CAMINHA, J. A ocupação de imóveis na cidade do Rio de Janeiro - quem, como e por quê?.

Especialização em Política e Planejamento Urbano (Trabalho de Conclusão de Curso). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

CASTRO, Diana Mundim Ferrari. Política de reabilitação de centros urbanos: uma análise do programa de reabilitação de áreas urbanas centrais. 2015.

CORRÊA, R. de G. Diálogo com o tipo ideal de política habitacional em um estado de bem estar social: contribuição para a qualificação da produção de moradias no Brasil. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro 2019.

CORRÊA, Roberto Lobato et al. O espaço urbano. Ática, 1989.

COSTA, F., SOUSA, A. et al. (Org.). Regularização Fundiária. 1. ed. - Mossoró: Edufersa, 2020.

DA SILVA, Lisiana Lawson Terra. Mulheres e o mundo do trabalho: a infundável dupla jornada feminina. Revista Eletrônica Interações Sociais, v. 3, n. 1, p. 120-131, 2019.

ENTREVISTA com Ângela de Moraes Sant'Anna. Ocupar, resistir, produzir! A história e as lutas da Ocupação Quilombo das Guerreiras (Rio de Janeiro). Revista Território Autônomo, no 1, Primavera de 2012.

FALBO, Ricardo Nery; MATHEUS, André. A História Da Ocupação Chiquinha Gonzaga: Uma Análise Marxista Do Processo De Conscientização Do Sujeito. Revista Direito e Práxis, v. 10, p. 1685-1724, 2019.

FERREIRA, R. F. C. F. Autogestão e habitação: entre a utopia e o mercado. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2014.

FERRO, Sérgio. Arquitetura e trabalho livre. Editora Cosac Naify, 2006.

FJP. Déficit habitacional e inadequação de moradias no Brasil. Principais resultados para o período de 2016 a 2019. Fundação João Pinheiro, Minas Gerais, 2019.

FOLARIN-COKER, T. Unpacking The White Savior Complex. AFFINITY Magazine, 2019. Disponível em: <<http://affinitymagazine.us/2019/04/21/unpacking-the-white-savior-complex/>>. Acesso em: <22/12/2021>.

GALIZA, H. Política urbana federal de reabilitação de centros antigos: debates e diretrizes sobre habitação e inclusão social. Dissertação (Mestrado). Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

GALIZA, H. Reabilitação de áreas centrais sem gentrificação. Tese (Doutorado). Instituto

de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

GIAQUINTO, Marina Ferreira. Tornando-se um “acampado” a experiência das famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). 2016. Dissertação (Mestrado) - UFScar. São Carlos, 2016.

GRANDI, M. Espacialidade cotidiana e processos de negociação no movimento dos sem-teto carioca: Reflexões sobre um caso da variante por coletivo. *Revista Território Autônomo*, v. 1, p. 15-43, 2012.

GRANDI, M. e TEIXEIRA, E. Os campos políticos e as arenas dos movimentos sociais: Apropriação crítica de dois conceitos da Antropologia Política e sua verificação a partir das práticas espaciais cotidianas da Ocupação Chiquinha Gonzaga. 2010.

GUTTERRES, Anelise dos Santos. O rumor e o terror na construção de territórios de vulnerabilidade na zona portuária do Rio de Janeiro. *Mana*, v. 22, p. 179-209, 2016.

IBGE. Tabela 3277 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal, segundo a situação do domicílio, o sexo e os grupos de idade. Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3277>>. Acesso em: <21/08/2021>.

KALIL, Renan Bernardi. Capitalismo de plataforma e Direito do Trabalho: crowdwork e trabalho sob demanda. 2019. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2019

KUHN, Armin et al. The Cycles of Squatting in Berlin (1969–2016). In: *The Urban Politics of Squatters’ Movements*. Palgrave Macmillan, New York, 2018. p. 145-164.

MARICATO, E. Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação. *Cadernos Metrópole.*, n. 21, 2009.

_____. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. *São Paulo em perspectiva*, v. 14, p. 21-33, 2000.

MIRANDA, A. C. Autogestão habitacional no Rio de Janeiro: O acúmulo de experiências e a Influência do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades. 2019.

MOASSAB, Andréia et al. Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo. 2020.

MOREIRA, Marianna Fernandes. Casa e família na geografia: estratégias espaciais de mulheres sem-teto na construção do lar. *Espaço e Cultura*, n. 34, p. 83-122, 2013.

NETO, J. O ensino de arquitetura como agente transformador da prática profissional. Dissertação (Mestrado). Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo

Horizonte, 2007.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Cortiços: Morar, Trabalhar e Viver no Centro. Disponível em: <encurtador.com.br/ruBF0>. Acesso em: <20/08/2021>.

PICCOLO, F. D.,. Ocupações punk no Rio de Janeiro: visões de mundo e constituição das identidades. Teoria e Cultura, v. 8, n. 1, 2013.

PROJETO REABILITA. Diretrizes para reabilitação de edifícios para HIS: as experiências em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. São Paulo, 2007. Programa HABITARE. Disponível em: <http://reabilita.pcc.usp.br/RELATORIO_FINAL-REABILITA.pdf>. Acesso em: <16/12/ 2021>.

RUDY, C. Urbana subversão: a prática squatter no Brasil. In: Revista O Olho da História, Salvador, n. 17. Universidade Federal da Bahia, 2011.

SIMÃO, E. Minha Casa Minha Vida sofre com inadimplência e avalanche de ações judiciais. Revista Valor Investe - Crédito. O Globo. Brasília, 2020. Disponível em: <encurtador.com.br/aCGV9>. Acesso em: <20/07/2021>.

TEIXEIRA, Dora Nathália de Oliveira Mesquita. Requalificação de vazios urbanos para fins de habitação social na avenida Brasil, na cidade do Rio de Janeiro: limites e perspectivas para intervenções em ruínas fabris. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2020. Disponível em: < https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/23686/Dora%20Nath%C3%A1lia%20de%20O.%20M.%20Teixeira_FINAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: <20/12/2021>.

TERRITÓRIO AUTÔNOMO. Entrevista com Ângela de Moraes Sant'Anna. Ocupar, resistir, produzir! A história e as lutas da Ocupação Quilombo das Guerreiras (Rio de Janeiro). Revista Território Autônomo, no 1. Rede Reclus-Kropotkin de Estudos Libertários. 2012. Disponível em: https://rekro.webnode.com.br/_files/200000062-b9c16babb5/TA_01_Completa.pdf

UNITED NATIONS. Guidelines for the Implementation of the Right to Adequate Housing. General Assembly. Human Rights Council. 2020. Disponível em: <undocs.org/en/A/HRC/43/43>. Acesso em: <28/08/2021>.

VENTURINI, Federico. RETOMAR 2013: Ação Direta e Trabalho de Base como Práticas de Resistência. Revista Estudos Libertários, v. 2, n. 6, p. 175-212. 2020.

WESZ, Josana Gabriele Bolzan. ST 5 Reabilitação de Áreas Centrais com Habitação de Interesse Social: Benefícios para a Cidade e para seus Usuários. Anais ENANPUR, v. 17, n. 1, 2017.

XIMENES, L. e VELASCO, T. (Org.), Produção habitacional solidária: panorama internacional. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ. 2019

Agradecimentos

Primeiramente à minha avó e primeira professora Marilena Dangelis, que além de me fazer honrar a minha ancestralidade e origem periférica iguaçuana, me acolheu antes de qualquer pessoa. Com ela, além de aprender a ler e escrever, tive acesso ao carinho e apoio incondicional para me dedicar aos estudos desde a infância. Ainda bebê, pude estar em suas aulas como professora particular do bairro, fonte da renda familiar que me proporcionou alimento e conforto por grande período. Seu amor por ensinar moldou a minha enorme admiração pela docência.

Em segundo lugar, porém não menos importante, agradeço ao meu avô Carlos Alberto, que me adotou como filha e sempre incentivou meus estudos, proporcionando todo o subsídio material necessário para que eu chegasse com saúde ao ensino superior, embora ele mesmo tenha estudado até a quarta série do ensino fundamental. Sua luta, com apoio de minha avó, para que suas filhas e netas tivessem acesso à instrução acadêmica da qual ela e ele foram privados, só reforça minha dedicação aos estudos e meu apego à ideia de que a educação é emancipadora.

À minha mãedrinha e mãe de coração Glenda Alberto, minha primeira orientadora, em cargo vitalício, desde que éramos as “rainhas da matemática” juntas. Foi com ela que aprendi a estudar, e ela me levou a incontáveis passeios culturais na cidade do Rio de Janeiro junto ao meu padrinho. Sempre fez questão de reforçar a importância de visitar e contribuir com o ingresso do Museu Nacional, para incentivar a produção científica da UFRJ. Se não fosse por ela me apoiar na escolha do curso e ler o edital da FAU comigo, provavelmente este trabalho não estaria sendo realizado.

Ao meu paidrinho Reinaldo Costa, que sempre me proporcionou escuta e orientações de vida. Seu incentivo para que eu sempre buscasse ampliar meu campo de visão sobre o mundo me ensinou a perceber todas as narrativas e experiências como fonte de aprendizado. Ao meu primo-irmão João Guilherme Costa, que sempre cuidou de mim mesmo sendo mais novo e compartilhou comigo tantas noites estudando. Mesmo muito jovem, já proporciona grande orgulho para toda a família e me motiva a buscar ser a melhor versão de mim na carreira que escolhi. Ao Bento, meu paidrasto, pela paciência, escuta e todas as orientações. Obrigada, mais ainda por me dar a tranquilidade de saber que eu tenho um pai pra ligar e correr quando precisar.

À minha tia Carla Alberto, que me ensinou a ver diferenças de pensamento sem preconceitos, sempre me fez sentir querida e ouvida, e me alimentou com livros durante a infância, em toda data comemorativa. Ao meu tio Carlos Alberto Filho, que teve a vida interrompida na juventude e fez despertar em mim a sede por justiça social. Eu devo muito de quem sou a ele e ao que ele representa para mim. Eu sei que os meus Carlos olham por mim e que meu pai, Carlos Alberto, se orgulha da “maluquinha” dele chegar até aqui.

Ao meu orientador Thiago Grabois, por me apresentar as referências que transformaram minha visão sobre ensino e produção de arquitetura, por me introduzir à pesquisa científica, por todo o apoio e motivação ao longo do curso. Ao meu orientador Claudio Ribeiro, que foi muito importante para minha permanência no curso em momento de enorme incerteza, por ser uma necessária referência de posicionamento crítico dentro da academia e de docente politicamente comprometido.

Às professoras Reila Velasco e Luciana Andrade e ao professor Marcos Silvano, também meu orientador - de iniciação científica, por todas as atividades e aprendizado coletivo proporcionado no Laboratório de Ensino Laboratório de Ensaios de Materiais de Construção e Estudo dos Solos.

Às professoras e professores que contribuíram com este trabalho, dos pareceres do plano de intenção à banca avaliadora do trabalho final. A contribuição de cada um/a foi de enorme importância e agradeço, portanto, à Luciana Andrade, Conrado Carvalho, Fernando Minto, Regina Bienenstein e Iazanna Guizzo.

As entrevistadas Helena Galiza, Laís Coelho, Ticianne Ribeiro e Thais Meirelles e ao entrevistado Lucas Faulhaber. Sobretudo pela motivação gerada pelo trabalho de cada um/a, pela referência de persistência e de atuação profissional alinhada à luta por moradia, mas também pelo interesse e disponibilidade em contribuir com a presente pesquisa.

Por fim, aos diversos movimentos de luta por moradia no Rio de Janeiro, por motivar a escolha do curso que me levou ao presente trabalho, por manterem a indignação ativa e atuarem para a transformação da realidade social na qual vivemos.

ANEXO I

Tabela síntese com as informações coletadas e apresentadas no presente trabalho, relativas às experiências de ATHIS com ocupações na área central do Rio de Janeiro (2000-2022).

Ocupação	Nº de Famílias	Perfil	Movimentos populares	Ano do Dia de Festa	Ano de Remoção	Características do imóvel	Situação fundiária	Equipe de ATHIS	Anos de atuação das equipes de ATHIS	Remuneração da equipe de ATHIS	Fonte dos Recursos para o projeto arquitetônico	Fonte dos Recursos para as obras	Gestão dos Recursos
Associação Livre Por Moradia	34	Organizada independente	Apoio da CMP e UMP	1997	Resiste	Imóvel composto por 3 pavimentos, com características Art Déco.	Ocupação incluída no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, com imóvel em negociação com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro	Chiq da Silva	2008 a 2011 (aproximadamente)	Insuficiente.	Programa de Assistência Técnica - FNHIS, contrato com o Governo Estadual	Obras não executadas.	Chiq da Silva
Regente Feijó	9	Organizada independente	Grupo interno à ocupação.	2000	Resiste	Remembramento de 2 casarões do início do séc. XIX, composto por dois pavimentos, propriedade do Governo do Estado	Conquista dos moradores pelo Direito Real de Uso do Solo por 99 anos renováveis	Rehab Centro (gestão do processo de projeto)	2003 a 2013	Trabalho voluntário.	Caixa Econômica Federal via Programa Crédito Solidário (2008)	Orçamento Geral da União via Emenda Parlamentar e Governo do Estado	Associação Moradia Digna nas Áreas Centrais
Chiquinha Gonzaga	100	Organizada independente	Apoio da CMP e UMP	2004	Resiste	Imóvel composto por 13 pavimentos, antigo prédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	Conquista dos moradores pela Concessão do Direito Real de Uso do Solo por 99 anos renováveis por mais 99, imóvel cedido ao ITERJ (proprietário atual).	Chiq da Silva	2006 a não informado.	Insuficiente.	Programa de Assistência Técnica - FNHIS, contrato com o Governo Estadual	Obras não executadas.	Chiq da Silva
Zumbi dos Palmares	133	Organizada independente	Apoio da CMP e UMP	2005	2011	Imóvel composto por 8 pavimentos, antiga sede do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETEC)	Ocupação em propriedade do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS)	Chiq da Silva	Não informado.	Insuficiente.	Programa de Assistência Técnica - FNHIS, contrato com o Governo Estadual	Obras não executadas.	Chiq da Silva
Quilombo das Guerreiras	50	Organizada independente	Apoio da CMP e UMP	2006	2014	Imóvel composto por 5 pavimentos, disposto em volumes interseccionados, com grande área externa e uma série de galpões arruinados adjacentes. Antiga sede e propriedade da Companhia Docas do Rio de Janeiro.	Propriedade da Companhia Docas do Rio de Janeiro, ocioso, com avanço das patologias construtivas no edifício em função do estado de abandono.	Chiq da Silva	Não informado.	Insuficiente.	Programa de Assistência Técnica - FNHIS, contrato com o Governo Estadual	Obras não executadas.	Chiq da Silva
Manuel Congo	42	Organizada e coordenada	MNLM - Rio	2007	Resiste	Imóvel composto por 10 pavimentos, limítrofe à Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, antiga sede do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).	Conquista dos moradores pela Concessão do Direito Real de Uso do Solo por 99 anos renováveis por mais 99, imóvel comprado pelo ITERJ (proprietário atual)	Ticianne Ribeiro (estudo de viabilidade e projeto arquitetônico), com apoio de estagiário e estrutura do NAPP; Augusto César Chaves (execução das obras)	2007 a 2014	Insuficiente.	Programa de Assistência Técnica - FNHIS, contrato com o Governo Estadual	Pensado inicialmente para ser pelo FNHIS, mas depois migrado e feito pela Caixa Econômica Federal, via MCMV - E e Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).	NAPP, seguido da Associação de Apoio à Moradia
Mariana Crioula	60	Organizada e coordenada	MNLM - Rio	2008	Resiste	Ruína de bem histórico, com fachada e estrutura interior em pórticos, área com caráter de galpão com acesso por dois logradouros e predominância de área livre de construções.	Conquista dos moradores pela Concessão do Direito Real de Uso do Solo, imóvel cedido pelo Governo Federal, administrado pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU)	NAPP (estudo de viabilidade); Lucas Faulhaber, Núbia França e Bruno Caio (projeto arquitetônico)	Anterior a 2012 a 2015	Insuficiente.	Programa de Assistência Técnica - FNHIS, contrato com o Governo Estadual	Pensado inicialmente para ser pelo FNHIS, mas depois migrado e feito pela Caixa Econômica Federal, via MCMV - E e Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) - crédito aprovado porém nunca liberado.	NAPP, seguido da Associação de Apoio à Moradia

ANEXO II

Imagem síntese apresentada na primeira etapa do Trabalho Final de Graduação.
Montagem da autora, com recortes de fotografias de Luiz Baltar.



ARQUITETURA E URBANISMO COM MOVIMENTOS POPULARES

experiências da prática profissional com
ocupações na área central do Rio de Janeiro



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Trabalho Final de Graduação

AUTORA
Eduarda Alberto

ORIENTADORES
Thiago Grabois
Claudio Ribeiro

ESTRUTURA



<http://revide.blogspot.com/>

1. INTRODUÇÃO
 2. JUSTIFICATIVA
 3. OBJETIVO
 4. METODOLOGIA
 5. RESULTADOS
 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS
-

1. INTRODUÇÃO

motivações e apresentação



<https://www.brasildefato.com.br/>

- Movimentos de luta por moradia motivaram a escolha do curso
- Direito à moradia vinculada ao direito à cidade
- Técnica como ferramenta de negociação

“

O Centro ele é pronto né. **No Centro você tem condições de sobreviver.** Você tem um hospital perto, né. Você tem a praia perto, enfim... **Você tem lazer e trabalho, né?** Saúde, educação... Além da facilidade de sobreviver, existe a memória, né? As pessoas cultivam suas memórias, né? As pessoas que resistem disputam uma cidade que deve ser disputada. (...) **No Centro tem vida, no Centro tem Cultura, no Centro tem Resistência.** A sociedade precisa enxergar isso. (Ângela de Moraes, 2018)

1.INTRODUÇÃO

programas habitacionais recentes



**Minha Casa
Minha Vida**

Faixa 1

Renda familiar mensal até
R\$1800,00

Faixa 1,5

Renda familiar mensal até
R\$2000,00

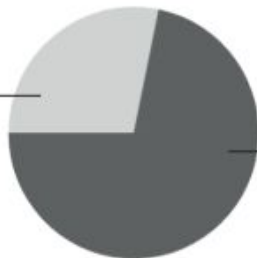


**CASA VERDE E
AMARELA**

Rendimento mensal da população do Rio de Janeiro (IBGE, 2010)

28,2%

Recebem a partir de
2 salários mínimos



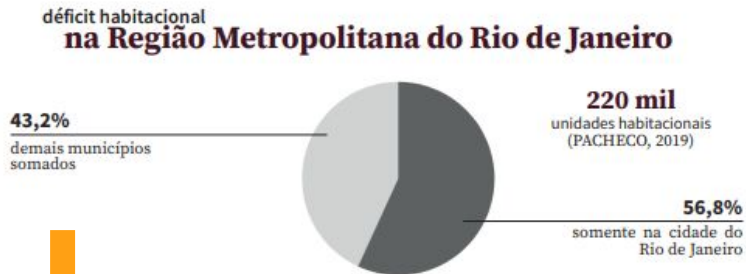
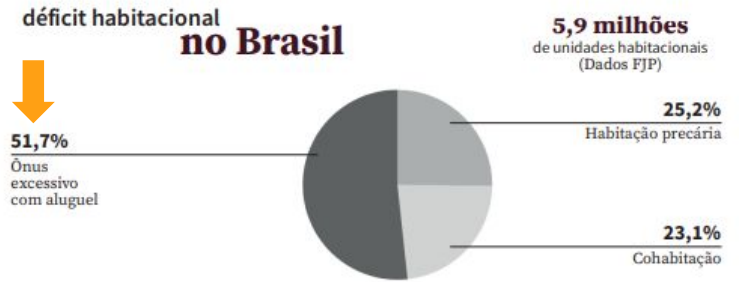
71,8%

Recebem até
2 salários mínimos

Terrenos periféricos são os que viabilizam no modus operandis atual os empreendimentos para as **faixas na base da pirâmide de renda**, cuja localização não atrairá por sua vez os setores médios. **Localizações melhores** atrairão a várias faixas de renda, mas financeiramente **inviabilizam o acesso pelos mais pobres.** (CORRÊA, R., 2019, p. 223)

1. INTRODUÇÃO

déficit habitacional



7,3 mil pessoas em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro
(PMRJ - Números do Censo da População em Situação de Rua - 2020)

Aí, como a gente entende que o **sem-teto** é alguém, hoje, que **se pagar o aluguel não come**, (...) Não é só a condição mais grave do sem-teto, que é aquele que está na rua, mas aquele que **não consegue sobreviver da sua força de trabalho**. (Ângela de Moraes, 2012)



Pessoas em situação de rua dormindo à frente de agência da Caixa Econômica Federal, banco que financia políticas de habitação.

1. INTRODUÇÃO

instrumentos normativos



<https://agenciabrasil.ebc.com.br/>

Se morar é um direito, ocupar é um dever.

1948

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a habitação.

2000

Emenda Constitucional 26

Moradia é reconhecida como direito social.

2001

Estatuto da Cidade

Regula o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo.

2008

Lei Federal de ATHIS

Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social

2019

Lei Municipal de ATHIS

Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social.

2.JUSTIFICATIVA

viabilização econômica da ATHIS



como acessar tais profissionais?



como acessar tais recursos para o trabalho?

“É importante que **não seja intermitente** e que **consigamos nos viabilizar minimamente.**”

Isaac Pereira Marcelino (Usina_ctah)

(XIMENES, L. et al., 2019)

“**Como viabilizar a obra e a Assistência Técnica?** O financiamento não paga. Paga no máximo projeto de estrutura e estudo de viabilidade. **Sempre fazemos subsídio interno do trabalho, mas isso é muito ruim.**”

Ricardo Gaboni (Ambiente Arquitetura)

(XIMENES, L. et al., 2019)

“Os movimentos colocam que **a militância sempre foi muito instável, entra e sai.**”

Luciana Lago (NIDES/UFRJ; Observatório das Metrôpoles - IPPUR/UFRJ)

(XIMENES, L. et al., 2019)

Discutir os desafios e caminhos potenciais para a **atuação de arquitetos e urbanistas em ocupações** de imóveis ociosos no centro da cidade do Rio de Janeiro. Em particular, no que diz respeito ao **acesso e a gestão de recursos financeiros** que viabilizam os projetos, as obras de reabilitação e readequação dos edifícios ocupados e segurança de posse para as/os moradoras/es.

Mapa da área Central do Rio de Janeiro

■ Área interna à OUC Região do Porto do Rio ■ Reviver Centro



3. OBJETIVO

- A partir do ano de 2000 - EC. 26
 - Bairros Centro, Gamboa, Lapa, Santo Cristo e Saúde.
 - OUC Região do Porto do Rio e Reviver Centro
- A. **Relação entre os agentes sociais envolvidos nas experiências**, da origem do contato com as/os moradoras/es à dinâmica de trabalho;
- B. **Instrumentos legais adotados para viabilizar as intervenções** e garantir a segurança de posse para as/os moradoras/es;
- C. **Programas e linhas de crédito, assim como os arranjos políticos, adotados** para viabilizar o projeto e execução das obras, considerando o modelo de gestão dos recursos.
-

4. METODOLOGIA

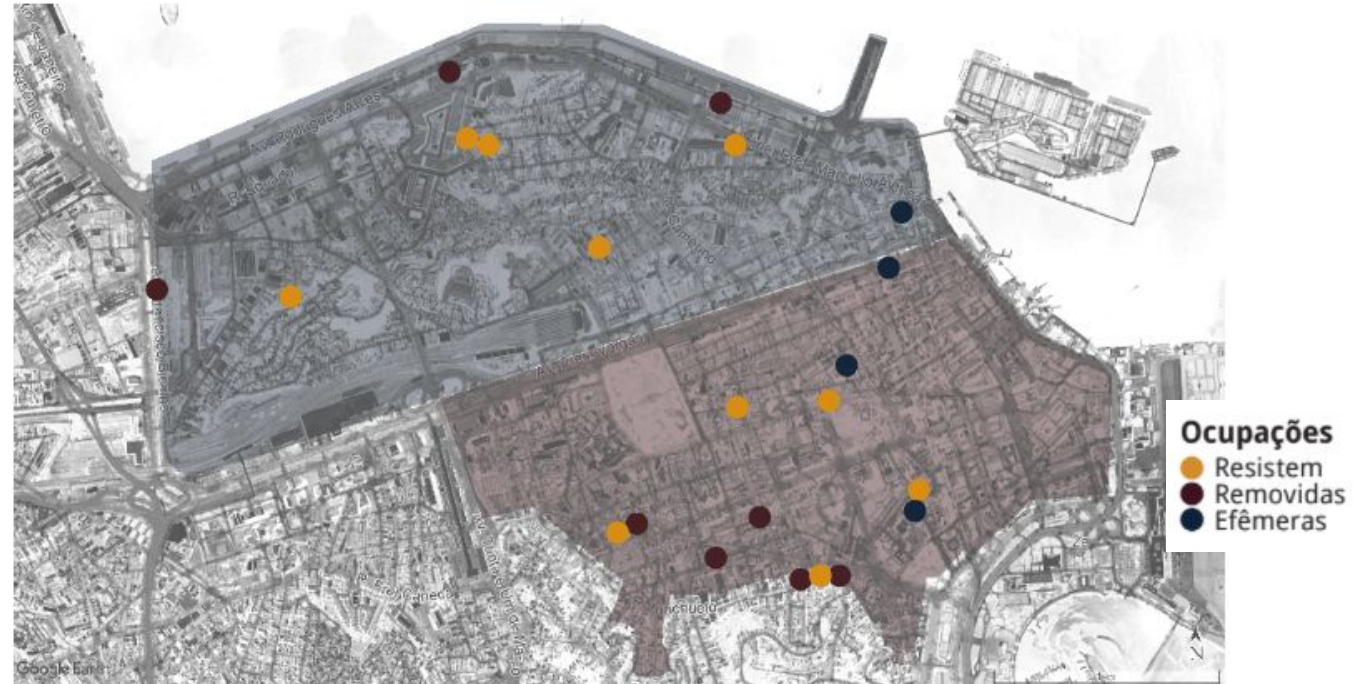
1. Definição do objeto de estudo;
 2. Estudo de instrumentos normativos;
 3. Entrevistas para estudo aprofundado das experiências;
 4. Visitas a campo;
 5. Atividades complementares:
 - a. Ampliação da discussão no âmbito da arquitetura e urbanismo;
 - b. Movimentos de luta por moradia;
 - c. Curso de extensão ATHIS: um balanço necessário.
-

5. RESULTADOS

5. RESULTADOS

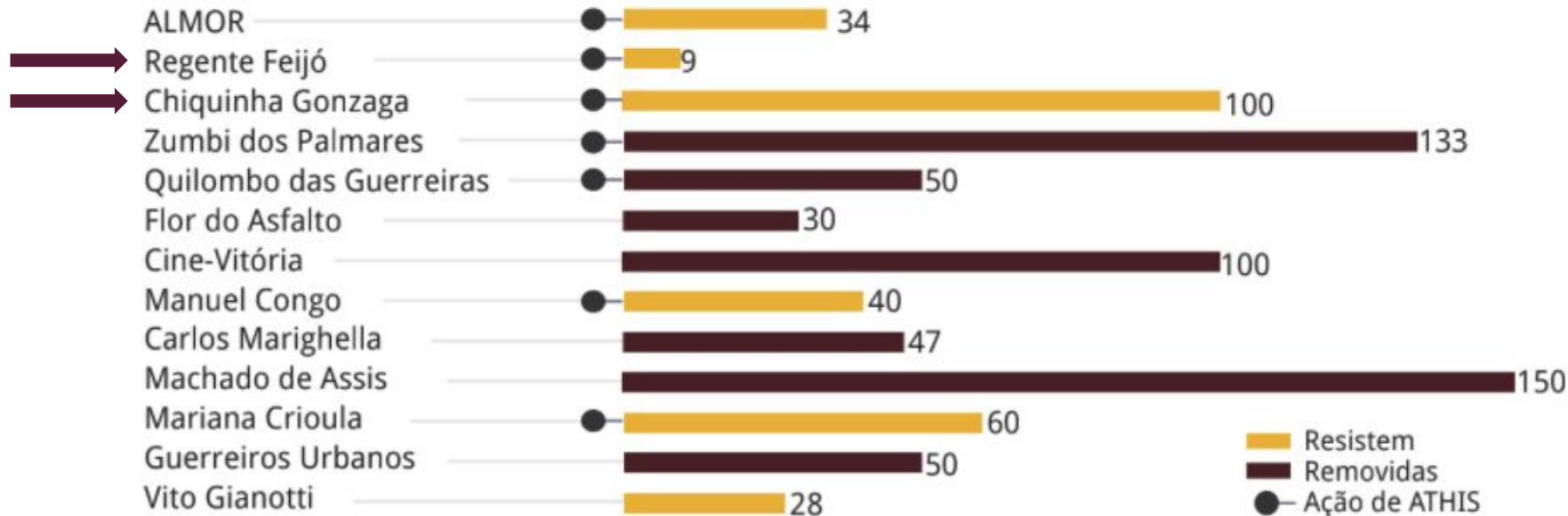
5.1. Síntese das ocupações de imóveis ociosos no Centro do Rio de Janeiro

1. Disparidade na quantidade de informações disponíveis para consulta entre as ocupações;
2. Casos de ocupações efêmeras;
3. Casos de reocupações;
4. O variado perfil organizacional das ocupações;
 - 4.1. Desorganizada
 - 4.2. Organizada independente
 - 4.3. Organizada com coordenações
5. Estética da precariedade.



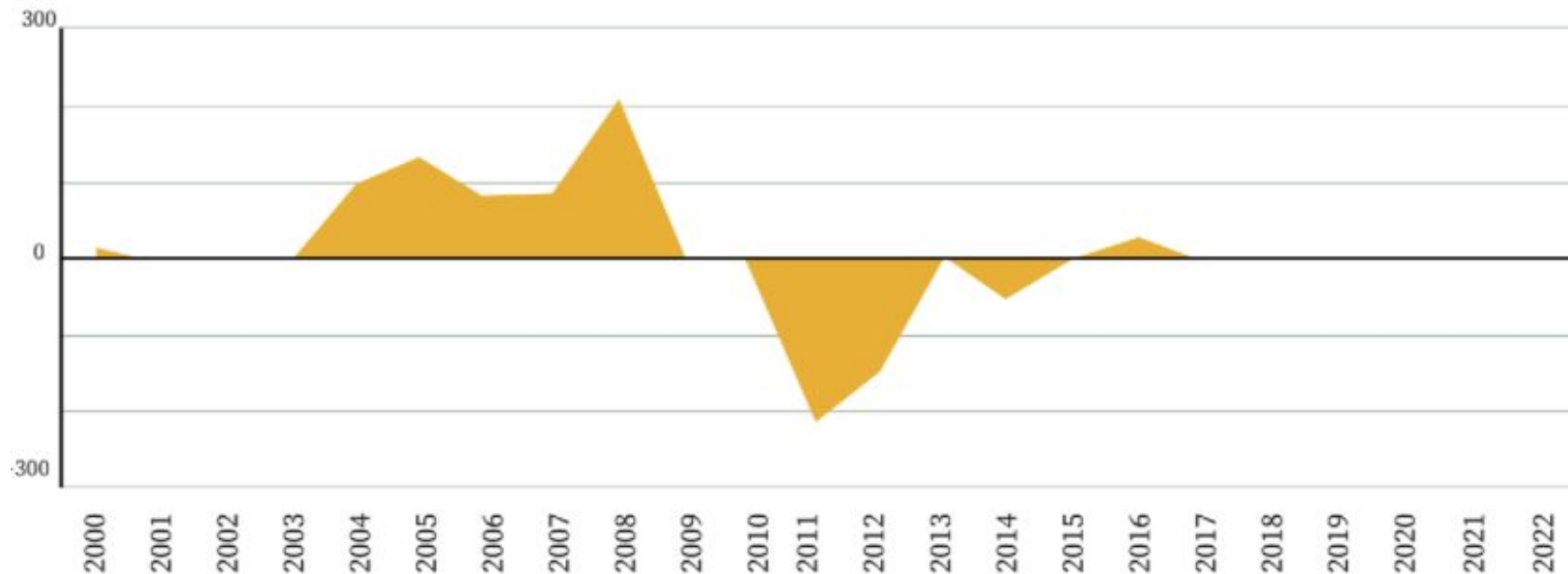
5. RESULTADOS

5.1. Síntese das ocupações de imóveis ociosos no Centro do Rio de Janeiro



5.RESULTADOS

5.1. Síntese das ocupações de imóveis ociosos no Centro do Rio de Janeiro

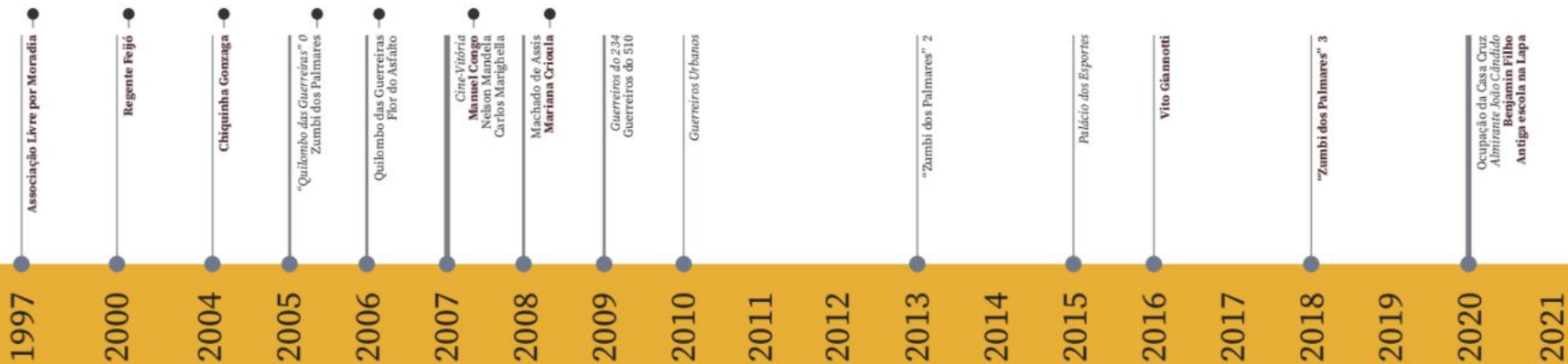


$NF_{Ocupações} - NF_{Remoções}$

Diferença entre o número de famílias que ocuparam imóveis e que foram removidas em cada ano

5.RESULTADOS

5.1. Síntese das ocupações de imóveis ociosos no Centro do Rio de Janeiro



legenda

Ocupações "efêmeras"
Ocupações que resistem

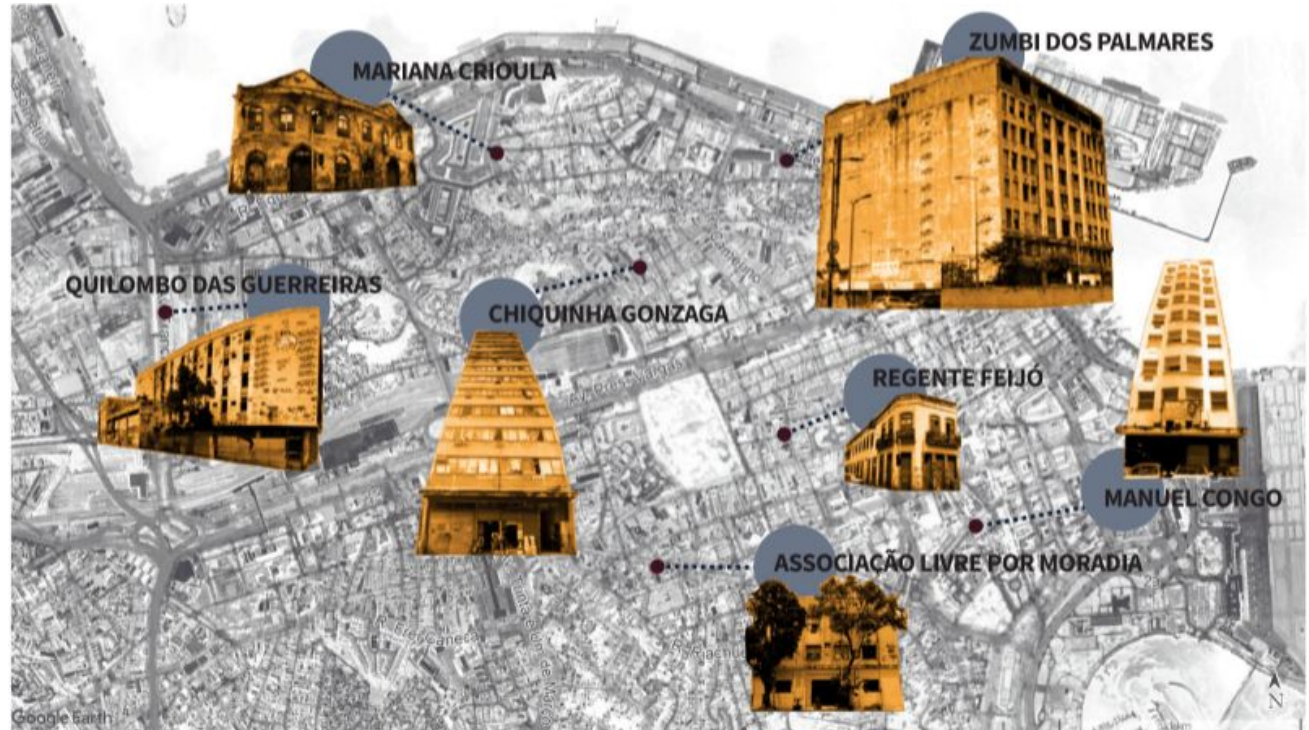
● Ação de ATHIS

ocupações

5.RESULTADOS

5.2. Ocupações com participação de arquiteta/os e urbanistas

- dispersas por toda a área central sem concentração em uma zona específica
- variados portes e escalas
- variadas características arquitetônicas e tempos históricos



5. RESULTADOS

5.2. Ocupações com participação de arquiteta/os e urbanistas

Ocupação	Nº de Famílias	Perfil	Movimentos populares	Ano do Dia de Festa	Ano de Remoção	Características do imóvel	Situação fundiária	Equipe de ATHIS	Anos de atuação das equipes de ATHIS	Remuneração da equipe de ATHIS	Fonte dos Recursos para o projeto arquitetônico	Fonte dos Recursos para as obras	Gestão dos Recursos
Associação Livre Por Moradia	34	Organizada independente	Apoio da CMP e UNP	1997	Resista	Imóvel composto por 3 pavimentos, com características Art Déco.	Ocupação incluída no Sistema Nacional de Habitação da Intense Social, com imóvel em negociação com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro	Chiq da Silva	2008 a 2011 (aproximadamente)	Insuficiente.	Programa de Assistência Técnica - FNHIS, contrato com o Governo Estadual	Obras não executadas.	Chiq da Silva
Regente Feijó	9	Organizada independente	Grupo interno à ocupação.	2000	Resista	Remembramento de 2 casarões do início do séc. XIX, composto por dois pavimentos, propriedade do Governo do Estado.	Conquista dos moradores pelo Direito Real de Uso do Solo por 99 anos renováveis	Rehab Centro (gestão do processo de projeto)	2003 a 2013	Trabalho voluntário.	Caixa Econômica Federal via Programa Crédito Solidário (2008)	Orçamento Geral da União via Emenda Parlamentar e Governo do Estado	Associação Moradia Digna nas Áreas Centrais
Chiquinha Gonzaga	100	Organizada independente	Apoio da CMP e UNP	2004	Resista	Imóvel composto por 13 pavimentos, antigo prédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	Conquista dos moradores pela Concessão do Direito Real de Uso do Solo por 99 anos renováveis por mais 99, imóvel cedido ao ITERJ (proprietário atual).	Chiq da Silva	2006 a não informado.	Insuficiente.	Programa de Assistência Técnica - FNHIS, contrato com o Governo Estadual	Obras não executadas.	Chiq da Silva
Zumbi dos Palmares	133	Organizada independente	Apoio da CMP e UNP	2005	2011	Imóvel composto por 8 pavimentos, antiga sede do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETEC)	Ocupação em propriedade do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS)	Chiq da Silva	Não informado.	Insuficiente.	Programa de Assistência Técnica - FNHIS, contrato com o Governo Estadual	Obras não executadas.	Chiq da Silva
Quilombo das Guaremas	50	Organizada independente	Apoio da CMP e UNP	2006	2014	Imóvel composto por 5 pavimentos, disposto em volumes interseccionados, com grande área externa e uma série de galpões anexados adjacentes. Antiga sede e propriedade da Companhia Docas do Rio de Janeiro.	Propriedade da Companhia Docas do Rio de Janeiro, ocioso, com avanço das patologias construtivas no edifício em função do estado de abandono.	Chiq da Silva	Não informado.	Insuficiente.	Programa de Assistência Técnica - FNHIS, contrato com o Governo Estadual	Obras não executadas.	Chiq da Silva
Manuel Congo	42	Organizada e coordenada	MNLM - Rio	2007	Resista	Imóvel composto por 10 pavimentos, limítrofe à Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, antiga sede do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).	Conquista dos moradores pela Concessão do Direito Real de Uso do Solo por 99 anos renováveis por mais 99, imóvel comprado pelo ITERJ (proprietário atual)	Ticiane Ribeiro (estudo de viabilidade e projeto arquitetônico), com apoio de estagiário e estrutura do NAPP; Augusto César Chaves (execução das obras)	2007 a 2014	Insuficiente.	Primeiramente, FNHIS, com migração para Caixa Econômica Federal, via MCMV - E	Caixa Econômica Federal, via MCMV - E e Fundo de Desenvolvimento Social (FDS)	NAPP, seguido da Associação de Apoio à Moradia
Mariana Crioula	60	Organizada e coordenada	MNLM - Rio	2008	Resista	Ruina de bom histórico, com fachada e estrutura interior em pórticos, área com castor de galpão com acesso por dois logadouros e predominância do área livre de construções.	Conquista dos moradores pela Concessão do Direito Real de Uso do Solo, imóvel cedido pelo Governo Federal, administrado pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU)	NAPP (estudo de viabilidade); Lucas Faulhaber, Nubia França e Bruno Caio (projeto arquitetônico)	Anterior a 2012 a 2015	Insuficiente.	Primeiramente, FNHIS, com migração para Caixa Econômica Federal, via MCMV - E	Caixa Econômica Federal, via MCMV - E (crédito aprovado, porém nunca liberado)	NAPP, seguido da Associação de Apoio à Moradia

5.RESULTADOS

5.3. Experiências de arquitetas/os e urbanistas com movimentos populares

5.3.1. Profissionais de Arquitetura e Urbanismo entrevistadas/o

Entrevistadas	Ocupação
Helena Galiza e Laís Coelho	Regente Feijó
Thaís Meirelles	Associação Livre Por Moradia
	Chiquinha Gonzaga
	Zumbi dos Palmares
	Quilombo das Guerreiras
Ticianne Ribeiro	Manuel Congo
Lucas Faulhaber	Mariana Crioula

5.3.2. Demais agentes envolvidos nas experiências

- **INTERDISCIPLINARIDADE**
 - juristas, assistentes sociais, psicólogas/os
 - **Protagonismo dos movimentos sociais** (articulação dos grupos de apoio e mobilização política)
 - Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro - **ITERJ**
-

5.RESULTADOS

5.3. Experiências de arquitetas/os e urbanistas com movimentos populares

5.3.3. Integração dos moradores na dinâmica de trabalho

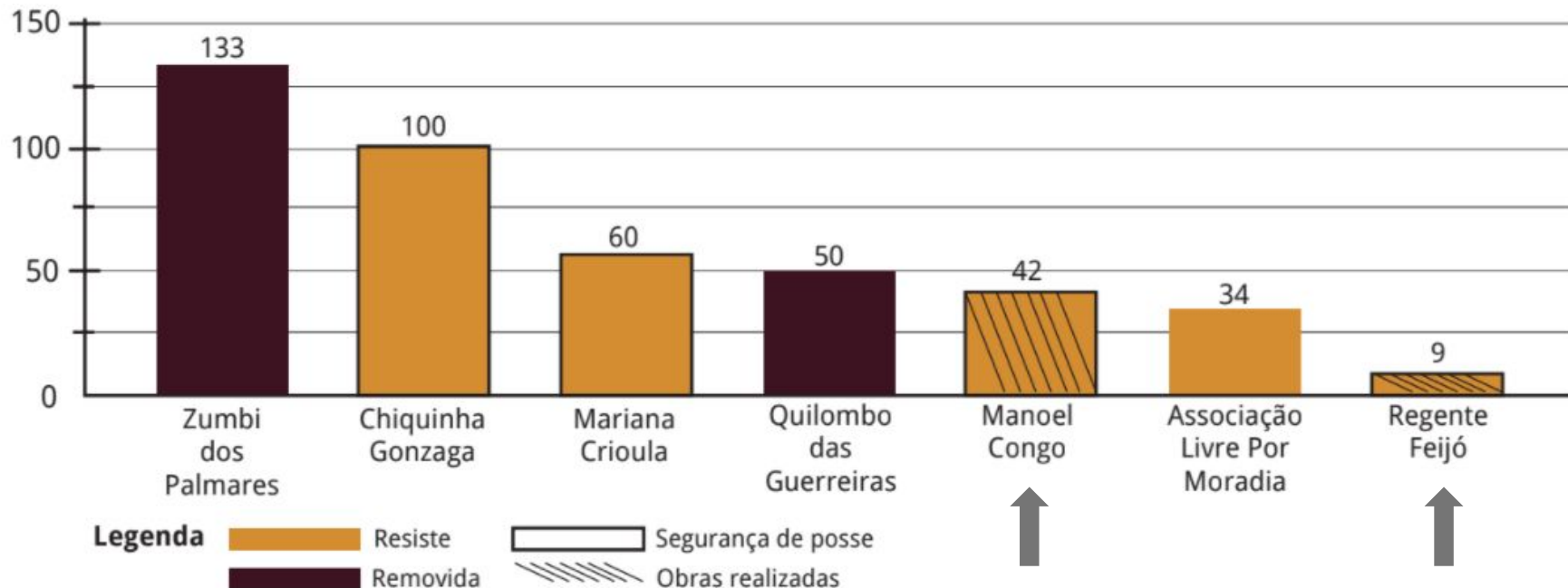
- Reuniões constantes com os residentes
- Casos em que o projeto foi discutido com demonstrações físicas dentro das ocupações
- Para nenhum foi utilizado render
- Modelos 3D, no caso da Mariana Crioula ajudaram

DIFERENÇA ENTRE AUTOGESTÃO E CANTEIRO MUTIRANTE

- os processos participativos oneram tempo das pessoas residentes
 - canteiro mutirante demanda capacitação técnica
 - gestão dos recursos financeiros
 - limitações da autogestão
-

5.RESULTADOS

5.3. Experiências de arquitetas/os e urbanistas com movimentos populares



5.RESULTADOS

Ocupação	Fonte de recursos para o projeto arquitetônico	Remuneração da equipe técnica
Regente Feijó	Caixa Econômica Federal via Programa Crédito Solidário (2008)	*Voluntárias
Associação Livre Por Moradia	Programa de Assistência Técnica - FNHIS, contrato com o Governo Estadual	Insuficiente
Chiquinha Gonzaga		
Zumbi dos Palmares		
Quilombo das Guerreiras		
Manoel Congo	Primeiramente, FNHIS, com migração para Caixa Econômica Federal, via MCMV - E	
Mariana Crioula		

Ocupação	Fonte de recursos para as obras
Regente Feijó	Orçamento Geral da União via Emenda Parlamentar e Governo do Estado
Associação Livre Por Moradia	Obras não executadas.
Chiquinha Gonzaga	
Zumbi dos Palmares	
Quilombo das Guerreiras	
Manoel Congo	Caixa Econômica Federal, via MCMV - E e Fundo de Desenvolvimento Social (FDS)
Mariana Crioula	Caixa Econômica Federal, via MCMV - E (crédito para a Fase 2 aprovado, porém nunca liberado)

5.4. Desafios

5.4.1. Remuneração da equipe técnica

- dupla jornada de trabalho
- prazos elásticos
- composição de custos

5.4.2. Recursos para as obras

- a maior parte das ocupações não viabilizaram as obras
- arranjos políticos
- a aprovação não garante acesso

5.RESULTADOS

Ocupação	Gestão dos recursos
Regente Feijó	Associação Moradia Digna nas Áreas Centrais
Associação Livre Por Moradia	Chiq da Silva
Chiquinha Gonzaga	
Zumbi dos Palmares	
Quilombo das Guerreiras	
Manoel Congo	NAPP, seguido da Associação de Apoio à Moradia
Mariana Crioula	

“Por exemplo, a gente começou a fazer esses projetos antes do projeto do Porto Maravilha. A gente não conseguia passar um monte de coisa com relação a patrimônio, zoneamento, etc... Mas, chegou o projeto do Porto Maravilha, atropelou um monte de outros projetos e foi feito. Teve a vontade política.”

(Thais Meirelles)

5.4. Desafios

5.4.3. Gestão dos recursos

- tradicionalmente as assessorias técnicas que submetiam os projetos aos programas de governo
- formalização jurídica das ocupações ou movimentos de luta por moradia

5.4.4. Falta de vontade política

- não faltam políticas públicas, falta a efetivação de direitos já conquistados
 - habitação de interesse social em áreas valorizadas na cidade confronta os interesses de agentes imobiliários
-

5.RESULTADOS

5.5.1. Viabilidade econômica do trabalho

- escritórios com dinâmica similar àqueles que participam de concurso
- previsão de superávit em outros projetos, para custear a atuação social



Constituição Federal
Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia (...).

Sistema Único de Saúde
AÇÃO DO ESTADO
POLÍTICA PÚBLICA INTERDISCIPLINAR

5.5. Caminhos potenciais

5.5.2. Segurança de posse dos residentes

- Concessão de Direito Real de Uso do Solo
- Propriedade do Estado
- Resistência à especulação imobiliária

Ocupação	Situação fundiária
Regente Feijó	Conquista dos moradores pelo Direito Real de Uso do Solo por 99 anos renováveis
Associação Livre Por Moradia	Ocupação incluída no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, com imóvel em negociação com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Chiquinha Gonzaga	Conquista dos moradores pela Concessão do Direito Real de Uso do Solo por 99 anos renováveis por mais 99, imóvel cedido ao ITERJ (proprietário atual).
Zumbi dos Palmares	Ocupação em propriedade do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS)
Quilombo das Guerreiras	Propriedade da Companhia Docas do Rio de Janeiro, ocioso, com avanço das patologias construtivas no edifício em função do estado de abandono.
Manoel Congo	Conquista dos moradores pela Concessão do Direito Real de Uso do Solo por 99 anos renováveis por mais 99, imóvel comprado pelo ITERJ (proprietário atual)
Mariana Crioula	Conquista dos moradores pela Concessão do Direito Real de Uso do Solo, imóvel cedido pelo Governo Federal, administrado pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU)

5.RESULTADOS

5.5.3. Fontes de recursos

- Necessidade de uma fonte de recursos especial
- Não há, no momento, uma política estruturada que viabilize o pleito
- Arranjos políticos
 - Programa Moradia Digna (OGU)
 - Pró-moradia (FGTS)
- Editais do CAU
- Financiamento coletivo

* aporte financeiro restrito

5.5. Caminhos potenciais

5.5.4. Articulação entre universidade e movimentos populares

- extensão
- pesquisa
- ensino

5.5.5. Mobilização e articulação política suprapartidária

- direito à moradia acima de interesses partidários
 - necessidade de relação com parlamentares para pleitear recursos
-

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abandonar a ideia do arquiteto salvador ou genial.

Politizar a atuação profissional.

Ampliar a mobilização de classe em função de políticas interdisciplinares para garantia do direito à moradia.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Presidência da República. **Emenda Constitucional nº 26 de 14 de fevereiro de 2000**. Altera a redação do art. 6º da Constituição Federal. Secretaria-Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília. 2000.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana [...]. Secretaria-Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília. 2001.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.977 de 7 de julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas [...]. Secretaria-Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília. 2009.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 14.118 de 13 de janeiro de 2021**. Institui o Programa Casa Verde e Amarela [...]. Secretaria-Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília. 2021.
- CORRÊA, R. de G. **Diálogo com o tipo ideal de política habitacional em um estado de bem estar social: contribuição para a qualificação da produção de moradias no Brasil**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro 2019.
- DE QUEIROZ E MELLO, I. **Trajetórias, Cotidiano e Utopias de uma Ocupação no Centro do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- ENTREVISTA com Ângela de Moraes Sant'Anna. **Ocupar, resistir, produzir! A história e as lutas da Ocupação Quilombo das Guerreiras (Rio de Janeiro)**. Revista Território Autônomo, nº 1, Primavera de 2012.
- FERREIRA, R. F. C. F. **Autogestão e habitação: entre a utopia e o mercado**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2014.
- FJP. **Déficit habitacional e inadequação de moradias no Brasil. Principais resultados para o período de 2016 a 2019**. Fundação João Pinheiro, Minas Gerais, 2019.
- FONSECA, B., FARAH, C., **Milhares de imóveis da União estão vagos para uso**. Agência Pública. 2018. Disponível em: <https://apublica.org/2018/06/milhares-de-imoveis-da-uniao-estao-vagos-para-uso/> (Acesso em: 19/12/2021)
- IBGE. **Tabela 3277 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal, segundo a situação do domicílio, o sexo e os grupos de idade**. Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3277>. Acesso em: <21/08/2021>.
- MARICATO, E. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras**. São Paulo em perspectiva, v. 14, p. 21-33, 2000.
- MOASSAB, Andréia et al. **Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo**. 2020.
- MOREIRA, Marianna Fernandes. **Casa e família na geografia: estratégias espaciais de mulheres sem-teto na construção do lar**. Espaço e Cultura, n. 34, p. 83-122, 2013.
- NETO, J. **O ensino de arquitetura como agente transformador da prática profissional**. Dissertação (Mestrado). Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.
- RIVERA, P., COLI, P., PERROTTA-BOSCH, F. **As alternativas habitacionais dos movimentos sociais: lutar, ocupar, resistir**. Studio-X. Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <https://architecture-appropriation.hetnieuweinstituut.nl/sites/default/files/studiox-tabloide.pdf> (Acesso em 19/12/2021)
- TERRITÓRIO AUTÔNOMO. **Entrevista com Ângela de Moraes Sant'Anna. Ocupar, resistir, produzir! A história e as lutas da Ocupação Quilombo das Guerreiras (Rio de Janeiro)**. Revista Território Autônomo, nº 1. Rede Reclus-Kropotkin de Estudos Libertários. 2012. Disponível em: https://reko.webnode.com.br/_files/200000062-b9c16babb5/TA_01_Completa.pdf

Aos orientadores,

Às discentes presentes na
banca avaliadora

Muito obrigada!

eduarda.alberto@fau.ufrj.br

**Presidente Presente
Hoje e Sempre!**

Ellan Lustosa